



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Daniela Bomfim Pina

**Sertão: a representação do Brasil desconhecido**

Rio de Janeiro

2024

Daniela Bomfim Pina

**Sertão: a representação do Brasil desconhecido**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Oliveira de Castro

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

P645 Pina, Daniela Bomfim.  
Sertão: a representação do Brasil desconhecido / Daniela Bomfim Pina. – 2024.  
108 f.

Orientador: Ronaldo Oliveira de Castro.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais.

1. Sociologia - Brasil - Teses. 2. Literatura brasileira - Brasil - Teses. 3. Mimese na literatura - Teses. 4. Características nacionais - Teses. I. Castro, Ronaldo Oliveira de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

CDU 316:821.134.3(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Daniela Bomfim Pina

**Sertão: a representação do Brasil desconhecido**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 14 de junho de 2024.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Ronaldo Oliveira de Castro (Orientador)  
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Helena Maria Bomeny Garchet  
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

---

Prof. Dr. Robert Wegner  
Fundação Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro

2024

## AGRADECIMENTOS

Ninguém constrói nada sozinho. São as experiências, as vivências, as conversas e as escutas que nos tornam o que somos e nos auxiliam nos períodos mais intensos da nossa vida. Nesses últimos dois anos tive a oportunidade de passar por cada um desses momentos e a partir de cada um deles me permitir desenvolver este trabalho da forma mais dedicada e atenta. Poder refletir sobre o Brasil, o sertão e um imaginário social sobre o desconhecido não seria possível sem a ajuda, o acolhimento e atenção de algumas incríveis pessoas, e para elas realizo meus agradecimentos:

À Deus, pelo fôlego de vida e pela inspiração até aqui;

À minha mãe Sonia, por todos os dias acreditar em mim;

À minha irmã Daniele, por todo o companheirismo nesta jornada;

À meu pai Agnaldo, pelas palavras de incentivo;

Às minhas amigas Liza, Luane e Juliane pelas ajudas em momentos inesperados e pelos risos espontâneos nos dias difíceis;

À equipe de direção e coordenação, de funcionários e professores da Escola Municipal Rio de Janeiro, na qual sou agente educadora, pela compreensão e consideração para a elaboração desta Dissertação;

Aos meus queridos colegas de graduação Catarine Marques, Maria Luiza Guimarães, Rhuann Fernandes, Túlio Tavares e Valéria Toledo, por cada um, ao seu modo, contribuir para esta pesquisa;

Ao Prof. Dr. Vinicius Kauê Ferreira, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS), por me aceitar gentilmente para a realização do estágio docente em sua disciplina e pelas contribuições intelectuais;

À Prof. Dra. Helena Maria Bomeny, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS), e ao Prof. Dr. Robert Wegner, da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), pelas indicações e orientações imprescindíveis para o desenvolvimento desta pesquisa;

Ao Prof. Dr. Ronaldo Oliveira de Castro, meu orientador, pela colaboração com referenciais teóricos e diálogos relevantes, e pelo aceite e confiança a esta pesquisa.

O que se busca no sertão é o Brasil e o brasileiro.

*Custódia Sena*

## RESUMO

PINA, Daniela Bomfim. *Sertão: a representação do Brasil desconhecido*. 2024. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

A partir de uma detalhada análise da relação entre os campos da sociologia e da literatura, debruçando-se ainda sobre o conceito de representação, este trabalho tem como objetivo discutir a relevância do termo sertão para a construção da ideia de identidade nacional no Brasil. Para tanto, faz-se necessária uma investigação esmiuçada, baseada na elaboração de um imaginário social comum repousado sobre o mundo sertanejo. Dessarte, como estudo de caso dessas projeções, há um exercício comparativo entre as perspectivas acerca do sertão desenvolvidas por Euclides da Cunha, em "Os Sertões", e Sérgio Buarque de Holanda, em "Raízes do Brasil" e "Caminhos e fronteiras".

Palavras-chave: sertão; identidade nacional; representação.

## ABSTRACT

PINA, Daniela Bomfim. *Sertão: the representation of the uncharted Brazil*. 2024. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Based on a detailed analysis of the relationship between the fields of sociology and literature, also focusing on the concept of representation, this work aims to discuss the relevance of the term “sertão” (hinterland) for the construction of the idea of national identity in Brazil. To this end, an in-depth investigation is necessary, based on the elaboration of a common social imaginary based on the country world. Therefore, as a case study of these projections, there is a comparative exercise between the perspectives on the “sertão”( hinterland) developed by Euclides da Cunha, in "Os Sertões", and Sérgio Buarque de Holanda, in "Raízes do Brasil" and "Caminhos e fronteiras".

Keywords: sertão; national identity; representation.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>1 SOCIOLOGIA E LITERATURA: TERRENOS DA REPRESENTAÇÃO</b> .....	13
1.1 <b>A relação entre a sociologia e a literatura</b> .....	13
1.2 <b>Entre narrativas e disputas de discurso, o conceito de representação na construção do imaginário social</b> .....	22
<b>2 O BRASIL-SERTÃO</b> .....	38
2.1 <b>Sertão: uma ideia de contornos republicanos</b> .....	38
2.2 <b>Delimitando a ideia de Sertão</b> .....	52
<b>3 O SERTÃO E SEUS PERSONAGENS: O HOMEM DA TERRA E O DESBRAVADOR PAULISTA</b> .....	66
3.1 <b>Entre o cenário e a categoria: um imaginário</b> .....	66
3.2 <b>Dos atrasos à autenticidade: o mundo sertanejo de Euclides da Cunha</b> .....	73
3.3 <b>A abertura dos sertões e a identidade nacional no pensamento de Sérgio Buarque de Holanda</b> .....	88
3.4 <b>Das diferenças às aproximações do imaginário sobre o sertão para Euclides da Cunha e Sérgio Buarque de Holanda</b> .....	99
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	104
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	107

## INTRODUÇÃO

Há muitos caminhos para se interpretar o Brasil. Não foram poucos os que tornaram esta uma incumbência real em seus trabalhos, e, assim, construíram a imagem de um país orientado por virtudes e vícios, tradições e rupturas, rumo a um ideal de nação. Por meio da interpretação, o Brasil se transformou em um personagem central no debate sobre sua autoconstituição. Os capítulos, assinados por diversos intelectuais pertencentes às elites brasileiras, mostram uma nação composta por fragmentos acoplados à investigação de um Brasil genuíno.

Posto isso, entre os aspectos pertinentes aos ensaios desenvolvidos dentro do denominado Pensamento Social Brasileiro, datados do final do século XIX e início do século XX, a questão acerca do espaço geográfico se faz presente como uma observação física e territorial sobre a temática. E assim surge o sertão, como um dos símbolos mais evidentes dessa discussão. A relação entre a formação social, econômica e política de um país esbarra na tentativa de compreensão desses aspectos diante das características apresentadas na própria terra. Os pensadores do Brasil tiveram como desafio escrever sobre uma nação em que eram conterrâneos, mas que também continha trajetórias distintas e distantes de seus contextos pessoais.

Nessa conjuntura, a dicotomia sertão/litoral encontra-se expressa nas obras ensaísticas fundadoras do Pensamento Social Brasileiro, nas quais as diferenças entre essas regiões são expressas por meio de perspectivas exteriores ou não tão aproximadas do sertão. Escritores como Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda compuseram registros de olhar sociológico baseados em uma análise histórica da formação do Brasil, em que confere-se a visão distanciada sobre a temática geográfica um pilar relevante de análise sobre o país.

Além disso, as discussões acerca da teoria social brasileira ocuparam também as páginas de obras literárias, atribuindo ainda o caráter documental à ficção de temática engajada, principalmente de autores da denominada geração de 1930. Desse modo, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, José Lins do Rego e Jorge Amado são nomes recorrentes ao se tratar de literatura regionalista.

Dessa forma, pode-se sugerir uma aproximação de duas disciplinas que tiveram como seus objetivos retratar o Brasil: a sociologia e a literatura. A recorrência de temas em comum nos dois campos de conhecimento demonstra o modo como as manifestações artísticas e estudos com viés científico apresentaram e representaram configurações histórico-sociais de determinado contexto. Assim, a investigação acerca do sertão se colocou como uma forma de

observação da correspondência entre os debates dentro das esferas sociológica e literária. Aspira-se aqui compreender como se elaborou no imaginário social brasileiro a concepção de identidade nacional atrelada aos aspectos característicos do interior do país. Desse ponto, ainda tem-se como objetivo esmiuçar as diferenças entre as perspectivas do mundo sertanejo representadas nas obras de dois pensadores brasileiros: Euclides da Cunha e Sérgio Buarque de Holanda.

Sabendo-se das contradições existentes entre os métodos literários e sociológicos de escrita, analisar e refletir sobre a percepção do sertão a partir da interpretação de Cunha e Holanda pode ser um percurso atrativo para se perceber também as formas de construção da nacionalidade com base em narrativas apresentadas nos ensaios sociológicos inaugurais sobre interpretações do Brasil. Se ater a diferentes perspectivas também propicia um olhar mais atento as minúcias dos discursos produzidos, e tentar compreender em que medida essas narrativas implicaram no imaginário social brasileiro. Embora os dois autores se enquadrem em uma classe intelectual preocupada em entender o país em seus dilemas, ressaltar as distinções encontradas em seus textos pode demonstrar traços ficcionais intrínsecos, que, por conseguinte, também podem revelar um lado literário nas investigações sobre a nação brasileira, ou até mesmo invenções.

Seria o sertão desde o princípio um lugar imaginado? Ou a apreensão de uma espacialidade característica das terras brasileiras? Essas indagações fazem parte dos questionamentos que serão recuperados no decorrer desta pesquisa e tenderão a direcionar as reflexões acerca do termo, no qual o aspecto desconhecido se insere como uma das justificativas para o interesse suscitado pelos intelectuais do início do século XX. Com isso, se debruçar sobre essas inconclusões torna-se outro ponto relevante deste trabalho, pois quando desconhecer está associado à ideia de ignorar, de não conhecer, o sertão se coloca como um lugar de alteridade. Lá, no interior do país, vive o outro e suas características. E nessa distância se constrói um imaginário que ao mesmo tempo em que se investiga, cria e recria narrativas que darão os contornos das possíveis identidades nacionais. Isso porque em meio às adversidades da terra, às mudanças climáticas intensas, às doenças, à falta de água, ou a rios de correntezas perigosas, habitaria a representação da autenticidade brasileira. Nesse sentido, o sertão, desconhecido como é, mostra-se aos poucos, num movimento de apresentação, elaborado por sujeitos que ao olharem para o percurso histórico e para a formação do território, viram nos lugares mais ignotos o ensejo de tornar conhecido ao público-alvo, seus pares e aproximados, o que é o Brasil, e que é o brasileiro.

## METODOLOGIA

A partir do debate acerca da relação entre as áreas de sociologia e literatura, esta pesquisa se debruça sobre a construção da ideia de Brasil presente nas discussões estabelecidas entre os autores do denominado Pensamento Social Brasileiro. Com base nos textos publicados por parte da elite intelectual da época, o conceito de sertão aparece como uma das formas de orientação e interpretação de um país autêntico, em que os elementos do interior do Brasil se mostram como peças fundamentais de compreensão da identidade nacional.

Nesse sentido, a pesquisa tem como hipótese a ideia de sertão como uma construção imaginária que se utiliza de características territoriais, sensoriais e físicas em comum para se autodefinir, embora não tenha demarcação oficial. Desse ponto, as representações do imaginário sertanejo seriam decorrentes das ficções e dos ensaios sociológicos da virada do século XIX até a primeira metade do século XX. Para direcionar as investigações desta pesquisa, faz-se necessária a discussão mais detalhada acerca da formação da ideia de sertão, em contraposição às características pré-constituídas ao litoral, ainda que latentes. Demonstrada a relação dicotômica entre esses espaços opostos, mas também complementares, este estudo realizará o exercício de análise de duas perspectivas distintas sobre o sertão brasileiro.

Em vista disso, a pesquisa se organizará em um capítulo inicial composto por revisão de literatura, em que se debaterá a relação entre os campos da sociologia e da literatura, apontando o percurso de semelhanças a contrastes metodológicos, considerando essas duas disciplinas terrenos da representação social. Nesse contexto, estabelece-se ainda a discussão sobre o gênero ensaio, tendo em vista o aspecto sociológico-literário presente em obras ensaísticas, principalmente brasileiras.

Posteriormente, no capítulo dois, tem-se como discussão central a formulação da ideia de sertão, em que serão analisados a conjuntura social e política do país correspondente o período de publicação dos ensaios inaugurais do Pensamento Social Brasileiro. Nesse mesmo capítulo desenvolve-se uma análise sobre a delimitação do termo sertão no campo da geografia, atendo-se ainda ao uso da palavra nos tempos coloniais.

Em seguida, no capítulo três discorrem quatro seções de análises, em que o primeira se atém ao cunho literário presente na palavra sertão; a segunda e a terceira exibem a apreciação de obras de Euclides da Cunha e Sérgio Buarque de Holanda, respectivamente selecionadas a partir de uma escolha prévia desses autores, com objetivo de se debruçar sobre suas perspectivas; e uma quarta seção em que se desdobra uma análise comparativa entre as

percepções dos autores com relação à ideia de sertão. Dentre os pensadores abordados, tem-se como proposta de observação as concepções elaboradas por esses intelectuais, em que se almeja retirar tanto uma visão de um sertão marcado pelo atraso e por adversidades imprevisíveis e danosas ao progresso nacional, quanto uma perspectiva de sertão voltada para a ascensão de São Paulo como centro modernizador do país. Como conjectura para a hipótese levantada, esta investigação se alicerçará em três livros pertencentes ao Pensamento Social Brasileiro:

Seção dois:

*Os Sertões*, de Euclides da Cunha (1902);

Seção três:

*Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936);

*Caminhos e fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda. (1956).

A escolha pela análise das perspectivas desenvolvidas por esses dois autores acontece pelos percursos históricos adotados em suas obras, nas quais o sertão aparece de forma explícita ou transversal, mas que recria um imaginário social que ainda prevalece. As diferentes percepções acerca do sujeito sertanejo também serão elemento de estudo desta pesquisa, em que os traços de nacionalidade desenhados por Euclides da Cunha e Sérgio Buarque de Holanda podem oferecer características distintas, o que se torna um aspecto relevante para esta investigação.

Ademais, apesar desses pensadores terem elaborado concepções díspares sobre o sertão, consistirá também nesta pesquisa verificar as aproximações das perspectivas dos autores com relação a ideia de sertão, avaliando o mundo sertanejo como um imaginário que atravessa as primeiras discussões sociológicas brasileiras. Identificar aproximações e distinções referentes ao sertão contribui para o estudo sobre (possíveis) traços ficcionais presentes nos ensaios sociológicos escolhidos para a produção deste trabalho.

Desse modo, este trabalho terá como metodologia de pesquisa a revisão de literatura, a reflexão teórica da palavra sertão e o estudo de caso das obras previamente citadas nas seções dois e três, realizando-se também uma análise comparativa entre as perspectivas. Para fundamentar este estudo, serão utilizados ainda artigos, livros e obras literárias que se aproximem da investigação proposta aqui. Nesse sentido, considerando as questões apresentadas, esta pesquisa tem como objetivo principal comparar e demonstrar diferentes visões referentes a representação do sertão para autores contemporâneos ao início do século

XX, tendo como fundamento constatar o papel do sertão no imaginário do país para a construção da identidade nacional, tendo em vista as discussões presentes tanto dentro do Pensamento Social Brasileiro quanto na literatura documental produzida simultaneamente, evidenciando o aspecto literário e sociológico perceptível nos ensaios publicados nesse período.

## **1 SOCIOLOGIA E LITERATURA: TERRENOS DA REPRESENTAÇÃO**

### **1.1 A relação entre a sociologia e a literatura**

Os campos de conhecimento da literatura e da sociologia apresentam semelhanças no que concerne ao objetivo de representar a realidade social. Dotadas de metodologias distintas, as duas áreas tendem a produzir panoramas que espelham fenômenos sociais, e que conseqüentemente abarcam as relações entre os indivíduos. Realizada por meio de observação sistemática, rigorosa e baseada em técnicas, a sociologia se coloca como o campo atrelado à elaboração do saber científico. Em contrapartida, a literatura tem como principal característica o seu elemento ficcional, que a permite construir um mundo idealizado, embora os episódios cotidianos façam parte das múltiplas inspirações dos textos literários.

À vista disso, é comum encontrar obras, tanto literárias quanto sociológicas, que buscam retratar períodos históricos como uma tentativa de interpretação do passado e das questões que ainda impactam a realidade de seus respectivos autores. No caso brasileiro, as produções ensaísticas e ficcionais do início século XX exemplificam a relação entre essas áreas de conhecimento, e apontam para uma provável disputa discursiva acerca das narrativas sobre o Brasil, o que será discutido posteriormente.

Com relação às semelhanças entre os campos de saberes, em “As Três Culturas”, Wolf Lepenies discute como as ciências sociais e a literatura deixaram de seguir um caminho enredado comum para, afinal, se tornarem disciplinas caracterizadas por modos quase que opostos de elaboração (1996). Ao direcionar sua análise para o contexto do século XVIII, Lepenies descreve as mudanças desse intervalo de tempo que transformaram o olhar atribuído à ciência social, em detrimento ao campo literário (1996). Este detrimento não ocorre no sentido de reduzir a importância da literatura, mas de retirá-la do mesmo espectro disciplinar das ciências sociais, e, principalmente, da sociologia.

Desse modo, ao expor o exemplo da carreira intelectual de Georges-Louis Leclerc, o conde de Buffon, Lepenies realiza o desenho do ápice ao desprestígio do naturalista, em que nos momentos iniciais como escritor e cientista, o primeiro ofício se sobressaía perante o segundo. Ao se discutir acerca da conjuntura cultural da França de meados do século XVIII, o sociólogo expõe o caráter literário como o mais requisitado nas produções textuais, de modo geral (Lepenies, 1996). Naquele contexto, a qualidade escrita se sobrepunha ao conteúdo apresentado nas obras publicadas. Contudo, ao sofrer as transformações relacionadas ao

Iluminismo, ao final do século, o que se observou foi um movimento em direção aos saberes científicos, nos quais a sociologia se posicionava, mesmo como disciplina estreada.

Neste processo de transição, Wolf Lepenies traz a discussão Honoré de Balzac, escritor que tem como característica de suas obras análises sociais e psicológicas, contidas no universo dos personagens. Pertencente à escola literária do Realismo, Balzac expôs em seus trabalhos perspectivas que, de acordo com Lepenies (1996), poderiam ser apontadas como “Estudos Sociais”, em razão do tom descritivo com que constrói um sistema social, em concorrência ao objetivo estipulado ao campo das ciências sociais, em específico a sociologia. Nessa perspectiva, é possível questionar em que consistiria ainda a concorrência indicada entre esses dois campos. A disputa pelo conhecimento aprofundado das relações sociais, das dinâmicas das sociedades e dos pormenores dessas conjunturas são os objetos de discussão, em primeiro plano, tanto da sociologia quanto da literatura realista do século XIX. Sendo assim, a incipiência da sociologia nesse período abriu margem para uma produção literária com caráter científico em nível de consolidação semelhante à conferida à sociologia, contudo sem as críticas sociais designadas à literatura. A dificuldade em se estabelecer no meio acadêmico também aparece como um dos obstáculos iniciais enfrentados pelos sociólogos precursores.

Dessa maneira, Lepenies considera que para se afastar das formas literárias de produção, a sociologia precisou buscar um reconhecimento próprio dentro do campo científico, em que para tanto se adotou uma metodologia analítico-sistematizadora, em contraposição ao processo classificatório-narrativo, associado ao fazer literário (1996). Logo, esse distanciamento pôde ser visto como um dos primeiros estágios de alicerçamento da sociologia durante o século XIX. Em razão da concorrência notória entre as áreas de conhecimento, seus defensores também se colocavam como intelectuais reivindicadores de um conhecimento relacionado às ciências sociais (Lepenies, 1996), e esta, portanto, seria uma das medidas inaugurais, em sentido de definição de campo e metodologia sociológica.

O “entre-lugar” ocupado pela sociologia pode se manifestar na sua posição de um tipo de terceira cultura, balizada entre as ciências naturais e as ciências humanas (Lepenies, 1996). Este quadro aponta o caráter possivelmente fluido da disciplina, o que também significa a sua instabilidade no cenário acadêmico, e em relação ao seu reconhecimento. Ao rivalizar com as ciências exatas, as ciências sociais encontraram como desafio os prestígios concedidos aos saberes científicos pelo suposto aspecto de neutralidade atribuído, o que, no período do século XIX, permitia financiamento governamental (1996), e assim, possibilidades de aprofundamento e pesquisas consistentes. Essas questões indicavam sinais do Iluminismo, em que se observava



a razão e o experimento como fatores de credibilidade para a consolidação das formas de conhecimento.

Entretanto, os exageros provenientes da valorização excessiva da perspectiva da razão também eram pontos de preocupação dos pensadores iluministas. Conforme se acompanhava o desenvolvimento das investigações e experimentos, novos aspectos se tornaram relevantes para o fazer científico, como, por exemplo, a discussão sobre a neutralidade e ausência de interesses que caracterizariam a produção de saberes sistematizados. Logo, se chegariam ainda a outras implicações, como a tendência a superiorização, conferida ao pensamento científico, que retiraria das outras formas de conhecimento, por um intervalo de tempo, a sua potência de impacto social ao serem subjugadas pelo poder de razão (Lepenies, 1996). A falta de espaço no processo de concorrência do conhecimento, para Lepenies, poderia trazer dinâmicas reativas consideráveis (1996). Se a separação entre ciências e letras fazia parte do contexto da modernidade, superestimar a primeira parte é o que poderia gerar correntes totalitárias como resposta ao imperativo da razão (1996).

Sendo assim, ainda que se tenha o estabelecimento da sociologia enquanto disciplina, a disputa pelas orientações e análises sociais continua em ação, e aparecem como provocações importantes para o jogo social atrelado também ao campo epistemológico, de modo geral. São alguns dos conflitos que ocorrem dentro dessas esferas que desencadeiam as alterações do pensamento da sociedade em suas múltiplas formas de construir os saberes que a direcionam.

Ao se discutir a função da literatura, enquanto elemento da sociedade, Luiz Costa Lima (2002) demarca o papel de ilustração, exemplificação ou comprovação de um caminho interpretativo de um corpo social, em que, a depender das correntes defendidas e argumentadas por seus escritores, tem inclusive como finalidade transformações no interior da sociedade. O impacto de uma publicação, ou o discurso narrativo apresentado nas obras literárias são pontos que Costa Lima discute ao tentar diferenciar o ramo da sociologia da literatura e a análise sociológica do discurso literário (2002).

No anseio de se compreender uma sociedade a partir de suas obras literárias, há a tentativa de reconhecer nessas produções aspectos da conjuntura social e de episódios recorrentes no cotidiano dos indivíduos ali representados. Desse modo, essas obras tendem a captar contextos que traduzam, de forma ficcional, o enquadramento social de um determinado grupo, ou sujeito simbólico. Os acontecimentos significativos para a dinâmica interna dos indivíduos representados nos trabalhos literários exemplificam o modo como a literatura, em certa medida, foi acionada como um tipo de documento social (Lima, 2002). Uma das explicações para esta relação, de acordo com Costa Lima, está na possibilidade de aproximação

entre a teoria defendida por um analista social e a obra literária lançada à mão. Sendo este um dos potenciais recursos da literatura, os manejos realizados por sociólogos e analistas sociais podem trazer distintos horizontes de investigação. O primeiro especialista, ao se debruçar em uma obra, o faz sem necessariamente se ater aos aspectos estéticos, como a forma ou os recursos linguísticos. Ele fixa suas observações entre conteúdo e o arcabouço em que a história contada é apenas um dos elementos de análise. Outros aspectos se tornam parte da investigação, como o contexto de publicação, a recepção dos leitores, as críticas decorrentes, o cenário político e social.

Nesse sentido, a produção literária, enquanto fato, não deve ser vista como isolada e distante do seu meio de elaboração para posteriormente se transformar em objeto de análise social. Os elementos condicionantes a sua produção devem ser considerados como fatos sociais que integram o processo de escrita sobre a sociedade.

De acordo com Émile Durkheim, fato social pode ser compreendido como toda ação, ainda que não inerte, que seja passível “de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou, ainda, que é geral ao conjunto de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter” (1978, p. 6). Logo, ao se estender à literatura o posto de fato social, os fenômenos atravessados por ela também se transformam em aspectos que traduzem a circunstância social pertencente. Essa perspectiva amplia o peso das obras literárias no que tange a representação da trajetória e contexto histórico da sociedade por ela demonstrada.

Com isso, além da literatura, Luiz Costa Lima (2002) discute o papel da linguagem enquanto mais um elemento social perpassado pelas regras de orientação da sociedade, e que não é utilizada apenas como mais um instrumento de comunicação entre indivíduos. Para o crítico literário, a linguagem oferece elementos que fazem parte de um sistema maior, orientado por normas superiores às suas regras próprias de uso, e que também são submetidas e interferidas por esse mesmo sistema (2002). Assim, dentro do campo literário, por exemplo, a parte de discursos e gêneros seria regida por normas semelhantes às que regem a estrutura maior vigente (Lima, 2002).

Nesse sentido, ao retornar a discussão sobre as diferenças entre a análise sociológica da literatura e sociologia da literatura, Costa Lima afirma que as distinções entre as formas de aprofundamento sobre o campo literário são sucintas, e envolvem aspectos de valor também (2002). O sociólogo que se debruça sobre a literatura como objeto, o faz apontando-a como instituição social, em que apresenta consigo elementos condizentes com esta perspectiva (Lima, 2002).

Segundo Peter e Brigitte Berger, o conceito de instituição social, a princípio, pode ser definido pelo padrão de controle da conduta dos indivíduos na sociedade (1977). Somando-se a esta designação, o termo abrange ainda a ideia de uma organização de pessoas que se encontram em determinado espaço físico atravessado por fatos sociais, como a escola, o hospital, a prisão, entre outros. Contudo, outros significados, não tão aproximados, também aparecem ao se acionar o conceito de instituição social.

Com o objetivo de se referir às entidades sociais, os indivíduos utilizam o termo instituição para sintetizar a concepção acerca dos entes metafísicos que envolvem seu cotidiano (1977). Assim, o Estado, a economia, a educação, e demais entes passam a compor o rol extenso de instituições sociais. Entre as características que as colocam em mesmo patamar, segundo Berger e Berger (1977), o termo instituição geralmente está relacionado aos regulamentos e às normas que vigem a sociedade, entretanto, não podem ser reduzidas a esses aspectos. Com isso, a linguagem novamente aparece, todavia, como uma instituição social. Em verdade, os autores a consideram como instituição primeira no processo de socialização do indivíduo, por meio do “arcabouço linguístico de classificação, conceitos e imperativos dirigidos à conduta individual; em outras palavras, dependem de um universo de significados construídos através da linguagem e que só por meio dela podem permanecer atuantes” (Berger e Berger, 1977, p. 193).

Dessarte, o conceito de instituição social ainda aparece como composto por características fundamentais (1977). A exterioridade, a objetividade, a coercitividade, a autoridade moral e a historicidade são apresentadas como elementos substanciais para a operação dessas entidades. Atendo-se a três das características mencionadas, é possível cogitar a relação entre o conceito de instituição social e literatura. De acordo com Berger e Berger (1977), as instituições sociais possuem realidade exterior e, dessa forma, são situadas fora do indivíduo. Nesse sentido, a exterioridade é um fator que estabelece a instituição como algo externo à manifestação física dos sujeitos. Ela se coloca no mundo como um dos elementos que geram as relações ao se mostrar em meio às dinâmicas sociais.

De modo semelhante, a autoridade moral aparece como mais uma característica fundamental das instituições. Ao se propor uma entidade que exerça padrão de controle, a ideia de legitimidade do poder se insere também na moralidade. Com isso, a autoridade moral leva o indivíduo a sentir a sensação de vergonha pela infração cometida (1977). A depender do ato infracional, a legitimidade interfere até no uso da força, o que acontece, por exemplo, na instituição Estado. Contudo, geralmente, os constrangimentos sociais são os sinais mais evidentes da ação da autoridade moral exercida pelas instituições.

Não menos fundamental, a historicidade é considerada parte das instituições sociais (1977). Conforme os autores afirmam, elas (as instituições) “ não são apenas fatos, mas fatos históricos; têm uma história” (Berger e Berger, 1977, p. 198). Assim, as instituições trazem consigo saberes e conhecimentos acumulados por gerações anteriores, que são manifestos na própria estrutura, sendo resultado da interação de indivíduos do passado. O quesito historicidade aponta para abrangência do elemento trajetória na composição das instituições. Em meio ao acervo de experimentações ocorridas ao longo dos séculos, o caráter institucional viabilizou o arcabouço do que veio a se tornar o conceito de instituição social. Dessa forma, resgatando ainda as características de exterioridade e da autoridade moral, o campo literário é passível de ser atravessado por aspectos detalhados. Sabendo-se que na literatura é factível encontrar representações que são exteriores, fora do indivíduo, descritas a partir da legitimação de quem escreve (ou lê), e que ainda podem apresentar contextos históricos, pode-se conferir a ela a posição de instituição social.

Com isso, em relação à análise social do discurso, desenvolvida por Luiz Costa Lima, a literatura se coloca como um elemento atravessado por demais aspectos, interligados e que apontam para o quadro da sociedade representada. Para tanto, Lima expõe a perspectiva sobre o panorama “socio-epocal” encontrada relacionando uma obra, seu escritor e a *intelligentsia* (1994). Ao comparar a associação entre literatura e a posição de um autor no contexto social de publicação do livro, Costa Lima aponta para as influências recebidas e propagadas pelos textos literários, principalmente a partir do século XIX, com a ascensão e fortalecimento da burguesia.

Nesse contexto, Wilma Patrícia Maas (2000) discute de que forma o desenvolvimento da burguesia teve no gênero romance sua mais intensa exposição. Tendo como definição inicial a narrativa longa sobre a vida de um protagonista diante dos conflitos estabelecidos com os demais, e os problemas do mundo externo, Maas considera que as transformações sociais causaram alterações também na elaboração das obras romanescas. Desse modo, a professora argumenta:

Uma classe média incipiente elege então essa forma narrativa como literatura reflexiva, que constrói, ao mesmo tempo em que reflete, as instituições basilares da vida burguesa. Profissão, casamento, formação, e mesmo economia, fazem parte de um repertório que o romance passará a veicular, em estreita conformidade com as ‘pequenas questões’ da sociedade em meio à qual se originou (MAAS, 2000, p. 23).

Com isso, pode-se sugerir que o gênero romance corresponde a uma forma literária que traduz os anseios da classe burguesa. E, dentre os subgêneros específicos, o *bildungsroman*<sup>1</sup> e

---

<sup>1</sup> *Bildungsroman*, ou romance de formação é um subgênero que tem como enfoque a representação da formação de seu protagonista desde o período inicial de sua trajetória até atingir o patamar de perfectibilidade, em que os

o romance realista se mostram como manifestações consecutivas e inter-relacionadas que descrevem as aspirações e inquietudes do mundo burguês. A busca por uma formação intelectual e universalizada, percebida no romance de formação, e a tentativa de representação das angústias da nova classe no modelo realista fazem do gênero romance “produzido, consumido e editado pela burguesia” (2000, p. 23), o que também colabora para que o campo literário exprima discussões latentes desse contexto, e que, inclusive, altere as visões sobre a importância do uso da literatura e a sua aceitação social.

Desse jeito, Luiz Costa Lima novamente demonstra, por exemplo, o uso da literatura como um instrumento social que se defronta com o campo religioso. Diante do desenvolvimento do pensamento iluminista, também no século XIX, a prática da leitura sofre alterações no quesito moral, e assim, se antes era marcada pelo veto religioso recebido, conforme ocorreram as transformações conjunturais, um remanejamento de perspectiva acontece na esfera religiosa, em que o gênero romance passa a fazer parte do cotidiano, superando o primeiro momento, de proibição pela religião (1994).

Assim sendo, Costa Lima faz um exercício de aproximação do caso brasileiro aos demais europeus no que tange à produção literária, e em relação a construção de uma classe de intelectuais. Nesse sentido, ao ver na *intelligentsia* brasileira traços incipientes de formação, o autor esboça pontos que sugerem semelhanças entre a situação russa e o arcabouço literário do Brasil. A figura do intelectual nos dois casos se confunde com a de um líder político. Nessa circunstância, as obras produzidas em ambas as situações apresentam, de forma tácita, a instituição de origem do escritor como um fator de maior relevância do que os argumentos elaborados dentro do texto (1994). O que se percebe, dessa questão, é a importância conferida ao pertencimento social do autor, que intrinsecamente indica o status/prestígio dado ao intelectual, em razão de sua matriz de formação.

Desse modo, o intelectual aparece ainda com uma dupla função de “escritor-funcionário” ou “escritor-líder” (Lima, 1994, p. 117), que, por meio de seus trabalhos, esboça uma visão de país inacabada, mas com possibilidade de alteração. Nesse sentido, com relação especificamente ao caso brasileiro, deve-se considerar o fato do país ter passado pela experiência colonial, que afeta diretamente as formas de consolidação da estrutura social. Logo, a produção literária brasileira tem como característica elementos que demonstram a

---

objetivos de vida se orientam para a aperfeiçoamento intelectual e universalizado, voltado para a especialização das atribuições profissionais. Tendo como característica inaugural a expressão do espírito alemão do final do século XVIII, quando foi primeiramente elaborado, o *bildungsroman* apresenta elementos importantes para a discussão a respeito da relação entre o gênero Romance e ascensão da burguesia (MAAS, 2000).

interferência cultural da metrópole ao longo do período colonial, e que, por conseguinte, apontam para “padrões europeus, quer de filosofia política, quer de filosofia de vida” (Lima, 1994, p. 117), embora a conjuntura brasileira também externalize desajustes em comparação ao modelo português. Alguns dos aspectos referentes à experiência colonial serão discutidos no próximo capítulo.

Com base nos apontamentos trazidos por Luiz Costa Lima, pode inferir-se que, a despeito dos elementos que distinguem a sociologia da literatura e a análise sociológica do discurso literário, ambas as áreas possuem pontos em comum e isso possibilita compreender a literatura como um fato social. O primeiro campo sugere e utiliza a literatura como uma instituição social, perpassada de aspectos que permitem a interpretação de fenômenos sociais mais gerais, encontrados principalmente em obras de cunho realista, como as produzidas a partir do século XIX. Por outro lado, o último aborda um modo de investigação da sociedade direcionado pela estrutura social que a envolve. Desse modo, sendo a literatura participante desse conjunto, percebe-se que o campo literário é passível de discussões que orientam uma interpretação da sociedade, tanto de modo exterior, quanto por meio dos enredos particulares de uma obra ficcional.

Em vista dos aspectos discutidos, Erkki Sevänen (2018) discute acerca do papel da literatura como formadora de discurso e de conhecimento, tendo como momento-chave a era moderna. Para tanto, o autor parte da ideia de que a literatura tem como um de seus componentes a representação da realidade a partir do século XIX. Contudo, Sevänen aponta para postulações mais recentes sobre a temática, em que intelectuais questionam esse paradigma. Em modo mais crítico, os estudiosos ampliaram as discussões acerca das polissemias advindas dos contextos abordados nas obras (2018). Entre especialistas como Umberto Eco e Roland Barthes, “a literatura deixa de ser uma rota epistêmica para o mundo, embora seja ainda, (...), capaz de problematizar distintas visões da realidade” (Sevänen, 2018, p. 50).

Nesse sentido, Sevänen discute questões concernentes à linha de pesquisa inaugurada e defendida como Sociologia da Literatura. Em sua perspectiva, o professor finlandês apresenta a área de conhecimento como uma “interface entre estudos literários e a sociologia” (2018, p. 52). Com a formulação de um campo literário ocidental, decorrentes das transformações sociais, filosóficas e morais, a literatura conhecida como moderna traz à baila debates referentes ao próprio contexto social vivenciado pelo autor. E com isso, os problemas representados ali mostram a intersecção entre essas questões. O panorama criado por meio da ficção sugere uma realidade que indica circunstâncias e perspectivas de ação por meio das próprias narrativas.

Assim, ao postular acerca das escolas de pensamento dos estudos literários, Erkki Sevänen discute sobre a problemática em torno da perspectiva filosófica do final do século XIX e início do século XX, que “não questionava a capacidade da mente humana para produzir percepções e representações confiáveis do mundo” (2018, p. 53). Logo, a literatura realista produzida nesse período, para Sevänen, sofre de críticas como as apresentadas por Barthes e Eco (2018). Por terem como finalidade transpor um retrato da sociedade, essas obras tenderiam a se colocar como realidades definidas, apenas transcritas por sujeitos que experienciaram o cenário representado. A concepção de um texto literário como um documento social oficial é problematizada por esses autores, que não veem capacidade humana para tal missão. Desse modo, entre a realidade sócio-cultural e as obras ficcionais haveria um distanciamento, e essas representações apenas simulariam os fenômenos do contexto social (2018).

A partir dessas concepções, admite-se que a literatura realista-naturalista tradicional, segundo Sevänen, apresenta elementos questionáveis e obsoletos em relação à sua forma de representar, principalmente no aspecto epistemológico. Entre as correntes que postulam o conhecimento objetivo contido no texto literário há o pós-estruturalismo, que traz à discussão a possível equiparação entre os campos científico, filosófico e literário. Nesse prisma, as três áreas teriam em comum os recursos de escrita e de persuasão retórica (2018). Com isso, a ideia de ceticismo se mostra evidente no modo como os intelectuais dessa corrente construíram suas bases de análise. Sabendo-se que elas se opõem a visão da literatura como um conhecimento concreto da realidade, essas perspectivas demonstram as possibilidades de orientação inseridas no campo literário. Dessa forma, o construtivismo também pode ser percebido como um caminho a assentar-se na literatura.

De acordo com Sevänen, “o construtivismo epistemológico não considera o conhecimento humano como um reflexo da realidade, mas sim como uma interpretação mais ou menos criativa desta (...)” (2018, p. 56). E, para esmiuçar essa ideia, o autor enfatiza o pensamento desenvolvido por Niklas Luhmann, que defendia a ideia de que a mente humana produz concepções da realidade a partir de suas próprias apreensões, ou seja, de modo pessoal e subjetivo. Assim, a depender das posições ocupadas pelo indivíduo, suas percepções sobre o mundo real são distintas, o que sugere que o conhecimento adquirido pela mente humana encontra-se no mundo fenomenal (2018).

Em relação à literatura, as possibilidades de criação e alteração da ordem em voga, fazem desta manifestação artística um meio para rearranjos sociais. Contudo, essas revisões convivem também com as produções que se ocupam em retratar a realidade sociocultural da

conjuntura pertencente (2018). A diferença entre as finalidades de operação da obra literária pode, assim, indicar as potencialidades da literatura, a partir das suas características intrínsecas.

Apesar dos estudos literários mais recentes ignorarem a questão sociocultural no processo cognitivo que é acionado pela literatura, Sevänen insere novamente a relevância desse fator para a compreensão de um corpo social (2018). Para o autor:

a realidade sociocultural consiste de entidades sociomateriais (estruturas de poder econômico-político, redes de comunicação, redes de trânsito, fábricas, edifícios), bem como de entidades socioimateriais (discursos, significados, valores, regras, normas, visões de mundo (2018, p. 59)

Desse modo, a estrutura social que envolve os indivíduos, e os forma culturalmente, é baseada nas informações e conhecimentos circundantes. Com isso, na visão de Sevänen, os saberes adquiridos pelas pessoas, em último grau, apresentam concepções autênticas da realidade sociocultural (2018), que abrangem tanto suas experiências e observações pessoais quanto as interações com os demais. Assim, a literatura, principalmente a produzida a partir do século XIX, aparece como uma prática que manifesta as reações ou respostas da sociedade diante de questões morais, sociais, filosóficas que apontam para as transformações em andamento na conjuntura (Sevänen, 2018).

Logo, é possível perceber na literatura um papel de emissora das complexidades perceptíveis no contexto de mudanças socioculturais que ocorrem ao longo da História. Para isso, os trabalhos contêm as funções representacionais, expressivas e apelativas, que são referentes às formas do próprio campo. A depender do gênero literário, essas funções aparecem de modo mais evidente. Se na poesia cada palavra conduz a interpretações mais emotivas, o gênero tende a ter um caráter expressivo mais acentuado. Também nesse mesmo caminho, os romances e as peças teatrais interseccionam as funções de representação e apelo de maneira mais nítida. Nessas obras, os comportamentos das pessoas, os valores e as atitudes fazem parte de uma elaboração narrativa que ao mesmo tempo que constrói um personagem (envolto de representação), usa, a partir desses mesmos elementos, a função apelativa, que tem como finalidade influenciar a interpretação do leitor para determinadas visões de mundo (2018).

## **1.2 Entre narrativas e disputas de discurso, o conceito de representação na construção do imaginário social**

Segundo a professora Ella Shohat, a História, enquanto campo de conhecimento, se utiliza de “narrativas, discursos e visões de mundo” (2004, p. 13) para sustentar os fatos a ela



atribuídos. Sendo assim, as propostas de escrita sobre o mundo podem ser interpretadas e acompanhadas de interesses intrinsecamente manifestos por meio dos posicionamentos em discursos tanto sobre a modernidade quanto à antiguidade.

A partir desse contexto, Shohat discute a figura histórica de Cleópatra, baseando-se nos diferentes discursos acerca de sua origem. Entre a ascendência egípcia, grega e/ou macedônica, para alguns estudiosos especializados no tema, as possíveis ligações da rainha do Egito com quaisquer dessas origens a colocaria, por definição, pertencente a determinado grupo étnico-racial. Com isso, as dicotomias trazidas para o debate sempre inserem Cleópatra em polos de origem puros, sem considerar os hibridismos possíveis do mundo antigo.

Conforme se comparam os diferentes discursos e justificativas sobre a origem de Cleópatra, percebe-se um jogo dual, no qual todo o passado é interpretado a partir do olhar da era moderna. Desse modo, todas as questões que se tornaram pertinentes aos períodos iluminista, colonial e imperialista a diante se transformaram também em um prisma de investigação da antiguidade. E assim, a depender do tom de pele (de Cleópatra), sua origem estaria limitada ao seu território de nascimento e pertencimento. A ligação seria direta entre cor, etnia e nacionalidade. Com isso, Ella Shohat aponta:

(...), o que é notável no debate - tanto no discurso eurocêntrico quanto no afrocêntrico - é a maneira como a categoria raça como marcador biológico se confunde com as de etnia e nacionalidade como sintomas de filiação geográfica, social e cultural (Shohat, 2004, p. 20).

Logo, essas tentativas de delimitação de características, com objetivos de definições étnico-raciais, sugerem a ideia de que as sociedades egípcias e gregas teriam entre si uma espécie de antagonismo, no qual entre as duas não existiriam influências, ainda que em contato direto e por séculos. Essa projeção tem como premissa o estabelecimento de grupos étnicos puros. Nesse contexto, em concordância com Shohat, o crítico literário Edward Said considera que as narrativas criadas com essa finalidade, se desenvolvem a partir da omissão de vestígios indesejáveis do provável “contágio” (Said, 2021). Sendo assim, os dois autores salientam a questão do uso de narrativas para a consolidação de visões de mundo, embora Shohat ainda se atenha acerca de um aspecto delicado, porém significativo, para a elaboração das dicotomias nos discursos modernos.

Ao discutir sobre a construção dos imaginários das sociedades do mundo antigo, a autora discorre sobre a utilização da perspectiva do essencialismo biológico para a leitura dessa época. Segundo Shohat, a tentativa de equiparação das interpretações de mundo do século XIX para com a antiguidade teria como objetivo embasar as discussões e torná-las cronológicas, o

que pode não ser exatamente factível. Com isso, de modo contrário, a pensadora teórica problematiza a questão, e sugere que o mundo antigo não realizaria as mesmas diferenciações raciais (2004), como se tornou recorrente após o processo de colonização e imperialismo. As narrativas da modernidade acionaram o conhecimento científico para justificar seus discursos.

Desse modo, o racismo científico teve como finalidade legitimar as diferenciações apresentadas em contexto de dominação/subordinação. O determinismo biológico foi utilizado para produzir hierarquização a partir de características genéticas. Assim, Shohat diz:

O determinismo biológico argumenta que as diferenças socioeconômicas entre raças, classes e sexos eram produto de traços genéticos herdados; o social era um epifenômeno da biologia. A decadência era atribuída à mistura das raças; o ‘mestiço’ tornou-se a personificação da dialética de império e emancipação, e era temido pelos racistas como um monstro, um híbrido infértil (Shohat, 2004, p. 24)

Percebe-se, então, que para se construir um imaginário composto de características definidoras, os discursos realizados buscam acionar elementos que afirmem e confirmem suas postulações. E para tanto, entre as formulações desses discursos aparecem estratégias linguísticas que transformam o modo interpretativo das narrativas enunciadas. De acordo com Shohat, o tropo, enquanto figura de linguagem, foi utilizado para a elaboração de identidade na era moderna (2004). A propagação da ideia de raça seria, nesse contexto, um exemplo de manifestação do recurso linguístico, pois é decorrente de uma validação da diferença resultante das dicotomias criadoras de categorias e distinções (Shohat, 2004). Além disso, como dado científico, o conceito de raça não existe entre seres humanos, e apenas se evidencia em características físicas externas dos indivíduos.

Nesse sentido, o tropo se apresenta como efeito da passagem da compreensão denotativa para a conotativa dos signos. A mudança de sentido na interpretação das palavras leva a novas possibilidades de leitura de conjunturas. Essa ação decorre de um processo no qual acontece um deslocamento epistêmico, que gera ressignificações (Claro, 2021). No plano conotativo, o tropo linguístico é o segundo grau de assimilação, em caráter simbólico e subjetivo, que tem efeitos na construção das visões de mundo, e consequentemente na aplicação de práticas no mundo real.

De resultado, infere-se que as disputas de narrativas podem ser acionadas como instrumento de compreensão de perspectivas. Com isso, as chances de se inverter prismas é o que torna esse processo em um jogo, que pode criar também visões “únicas”, quando essas são as mais difundidas e consideradas autênticas. Ademais, percebe-se que as narrativas têm pontos que as fazem simultâneas, ainda que baseadas em fatos que se contradizem, pois ao

estabelecerem uma oposição de sentidos ou de interpretações, podem indicar o entrelaçamento desses discursos.

E para tanto, pode-se entender que as concepções de mundo criadas por meio das interpretações e narrativas dos países (ou grupos) dominantes apenas se sustentam por meio da propagação dessas ideias representadas ao longo da História. Sendo assim, a palavra representação é um termo passível de discussões, como aborda Dominique Santos. A depender do idioma, as variações da tradução do conceito levam a significados diferentes. Na língua alemã, por exemplo, utilizam-se três palavras distintas para se equiparar ao termo em português (2011). Nesse sentido, “representação” pode assumir pesos de compreensão diversos, nos quais expõe a complexidade de seu uso para o debate acerca de questões que frequentemente o acionam. Representar pode indicar presença, ausência, performance e posição social e política. Essas possibilidades de uso atingem o processo de elaboração textual, principalmente pelo modo como articulam a realidade com a descrição do imaginário social.

As representações sociais, nesse contexto, aproximam a ideia de criação do imaginário, a partir dos fenômenos que são experienciados de forma coletiva, mas sem excluir as vivências individuais (2011). Com isso, Santos afirma que essas representações são “uma forma de conhecimento que tenta construir uma realidade comum a um conjunto social” (Santos, 2011, p. 32). Além disso, essas formas de conhecimento sintetizam as orientações que os grupos sociais realizam sobre a percepção de suas vivências em relação ao tempo e ao espaço (2011).

Desse modo, o conceito de representação social se correlaciona à ideia de identidade cultural e nacional ao estabelecer um conhecimento comum à coletividade, que abarca compreensão cognitiva de um grupo e o coaduna à construção de um modelo de nação, e de sujeitos pertencentes a esse território. Em vista disso, as representações sociais apresentadas em obras clássicas, literárias ou não-ficcionais, tendem a ocupar uma parcela de espaço no imaginário coletivo. Ainda que não exerçam concretamente ação sobre os indivíduos, o conhecimento decorrente da utilização desse conceito gera impactos na interpretação do mundo em que estão inseridos e, por conseguinte, na visão acerca de si e da pessoa do outro na construção da identidade nacional. Os arquétipos e os padrões são definidos, e passam a ser símbolos, elementos de referência.

Diante disso, a questão da representação também é trazida a debate em “Cultura e Imperialismo”, no qual Edward Said apresenta a relação entre as produções literárias ocidentais do século XIX com o processo de expansão imperial de países europeus a outras regiões do globo. Tendo como obra anterior o livro “Orientalismo”, a proposta de Said se encurva à concepção de que as obras artísticas exibem e refletem questões do contexto em que foram

produzidas, e que seus autores são intelectuais que trabalham essas questões direta ou indiretamente.

Com o objetivo de aprofundar a discussão, Said lança mão de determinadas obras clássicas europeias, e detalha os componentes literários que tornam esses livros modelos de interpretação, observação e parâmetro acerca das estratégias imperialistas. A partir desses pontos, o autor aponta para o gênero romance como um expoente das experiências imperiais (2021). Nessas obras, o papel da narrativa aparece como condutora de discursos que legitimam ou enfraquecem a prática de uma nação, principalmente na busca de dominação de outras sociedades. Desse modo, Said considera que:

(...) as histórias estão no cerne daquilo que dizem os exploradores e os romancistas acerca das regiões estranhas do mundo; elas também se tornam o método usado pelos povos colonizados para afirmar sua identidade e a existência de uma história própria deles (Said, 2021, p. 11).

Assim, o uso de narrativas se mostra como um dos pilares da construção da diferença, que marca a dicotomia nós/eles. Os atributos descritos e relacionados por meio dessas obras, ou por meio da oralidade, estabeleceram estereótipos, o que a longo prazo pode consolidar as distinções na elaboração de um outro, exterior ao grupo social. Contudo, essa mesma forma de contar histórias também influencia na formulação de aspectos de identidade nacional de diversos Estados-nação. Para a criação do sentimento de pertencimento aos indivíduos, faz-se necessário o retorno de costumes e tradições, que podem convergir (ou não) com os instrumentos de dominação, mas que, em última instância, cria segregações de caráter estético. A essas diferenciações, Said se refere como uma das definições para o conceito de cultura (2021).

Para realizar a discussão apresentada no livro, Said se detém às experiências de Inglaterra, França e Estados Unidos, enquanto nações imperialistas, para tecer a respeito da construção de “uma estrutura de atitudes e referências” (Said, 2021, p. 26). Ao elucidar as escolhas para a produção da obra, o autor aponta para a existência de outros impérios, que incidiram sobre outras sociedades e povos. De modo geral, argumenta-se que o imperialismo se constituiu como um sistema que envolve a dominação e o estabelecimento de formas de subordinação, que, conseqüentemente, materializam a separação entre grupos.

Ao relacionar o mundo contemporâneo à preparação do livro, e as imagens criadas pelos escritores europeus do final do século XIX, Said direciona a análise para a recorrente criação de personagens (negativos ou positivos), que são condicionados ao padrão ocidental de comportamento, saberes, costumes e ações (Said, 2021). Tanto os vilões quanto os mocinhos

se tornam modelos que expressam a visão do Ocidente sobre África, América Latina, Oriente Médio, China, entre outros territórios. A primazia que se constitui apenas serve de parâmetro para indicar como devem ser vistos, compreendidos e difusos os povos dominados nesse processo.

Com base nas narrativas construídas e compartilhadas pelas nações, pode-se observar que vários confrontos e guerras foram e são justificados, sobretudo por apresentarem elementos que se conflitam. Todas essas divergências se apoiam nas histórias relacionadas à trajetória daquele país, à sua soberania, ao seu poder, e ao seu objetivo de permanecer coerente à narrativa que conta sobre si. À vista disso, os aspectos que constituem os costumes e tradições desses territórios se transformam nos mesmos pontos que levam a disputas de discurso, e por fim às lutas por domínio ou em razão de resistência.

Os impérios, enquanto resultado de expansão de território, valendo do controle e influência de povos que passam a ser subjugados, têm por ações medidas que vão além de acúmulo e aquisição. A noção de dependência e necessidade de dominação se mostram através da concepção de inferioridade, e da propagação de ideias de autoridade (Said, 2021). Dessa forma, o lucro não é apenas o único condutor desse processo. As articulações realizadas têm como um de seus pressupostos a missão de tornar os territórios ocupados em terras “civilizadas”.

De acordo com Norbert Elias, em “O Processo Civilizador”, o conceito de civilização está atrelado à imagem que o Ocidente construiu de si (1994). Conforme o sociólogo sugere, o termo:

(...) resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo (...). (Elias, 1994, p. 23)

Essa definição, segundo Elias, traduz a ideia de *civilisation*, decorrente dos pensamentos francês e inglês sobre suas trajetórias como Estados-nacionais, e por fim, sua consciência nacional (1994). Logo, as ações desempenhadas por esses centros de influência tiveram como alvo a alteração dos padrões para equiparação ao que seria considerado civilizado. Conseqüentemente, o mundo se transformou em um lugar globalizado, em que os modelos de orientação são pautados nas trajetórias ocidentais europeias, principalmente de França e Inglaterra. Com a expansão imperialista, desde o final do século XIX, e metade do século XX, a busca pelos padrões econômicos, políticos e sociais europeus assumiu a perspectiva de

integração total, ainda que não recebida de forma pacífica pelos povos dominados nesse processo.

Retornando à discussão elaborada por Edward Said, as práticas imperialistas ocorreram também por meio de influências no campo cultural. Entretanto, o seu primeiro estágio mostrou o início do processo de dominação através das lutas geográficas. Said considera que a ocupação de território é a ação basilar que desencadeia os demais conflitos (2021). A obtenção de mais terras indica uma maior possibilidade de presença e consolidação. O controle desses territórios se desdobra em eixos que não se limitam a conflitos armados. Segundo Said, essa luta é complexa e interessante porque não se restringe a soldados e canhões, abrangendo também ideias, formas, imagens e representações” (2021, p. 40). Não por menos, as obras literárias, e as artes em geral, têm seu papel de refletoras de um discurso que promove a identidade nacional, acompanhada pela questão cultural. Nos livros são encontrados arquétipos dos sujeitos que compõem determinada sociedade, embora o peso da descrição contribua tanto para a legitimação de poder quanto para a subordinação. Essas formas de representação são esteio para a discussão sobre a construção de alteridade, como se discutirá mais à frente.

Em busca de retratar a expansão imperialista, Said não se atém apenas aos casos francês e inglês. Os Estados Unidos são alocados ao debate como exemplo de um império surgido ao final do século XIX, mas que se estabeleceu após a Segunda Guerra Mundial. O caráter recente do caso norte-americano elucida episódios atuais, em que são perceptíveis o impacto dos Estados Unidos num mundo globalizado, ao serem considerados uma superpotência.

Assim, como assinalado anteriormente, o uso de narrativas é um dos pilares da construção de legitimidade de controle de territórios e povos. Em vista disso, o caso estadunidense apresenta seus próprios elementos narrativos. A postura geralmente difundida tem como marca ações de defesa de determinados países, com objetivo em primeiro plano de proteção, mas que desencadeia a tutela desses territórios aos desígnios norte-americanos. O combate a um inimigo mais hostil seria a justificativa para o recebimento de auxílio dos Estados Unidos. Contudo, interesses implícitos aparecem empregados nesse percurso, e o controle sobre esses territórios tem reflexos nas relações econômicas, políticas e sociais. Tanto os países dominados quanto sua metrópole, aqui exemplificada pelos Estados Unidos, criam um vínculo de dependência, que podem ser visíveis ou velados. Entretanto, a maneira como essa ligação se estabelece demonstra as posições de poder e subjugação.

Desse ponto, pode-se também conceber que as narrativas ao serem utilizadas para dominação, se fazem por meio da ideia autoridade que é constituída no processo de escrita sobre o outro e são encontradas em produções literárias e sociológicas de autores oriundos de países

dominantes. Assim, a problemática da representação expõe o peso das descrições elaboradas pelos escritores, que ao realizarem esta feita podem conduzir os representados a papéis reduzidos em relação à interpretação da sociedade. O lugar de alteridade, nesse contexto, se coloca como um aspecto relevante no debate acerca da representação social de indivíduos, principalmente no que tange ao campo da literatura.

Segundo a socióloga Oyèrónke Oyèwúmi, “quem está em posições de poder acha imperativo estabelecer sua biologia como superior, como maneira de afirmar privilégio e domínio sobre os ‘Outros’” (Oyèwúmi, 2021, p. 27). Desse modo, é possível realizar um paralelo dessa afirmação ao retrato apresentado pelos escritores que pensaram o Brasil, principalmente com relação à ocupação do interior do país, o chamado Sertão. Ainda que de forma inconsciente, a figura do sertanejo, nesses trabalhos, frequentemente aparece com características que o reduz a um sujeito de agência limitada. Com isso, o que se encontra é um indivíduo de posição social desfavorecida, reflexo de sua condição social e diferenciação corporal. Assim, Oyèwúmi continua a discussão, ao considerar que “acredita-se que, ao olhar para ele (o corpo), pode-se inferir as crenças e a posição de uma pessoa ou a falta dela” (Oyèwúmi, 2021, p. 28). Com essa análise é possível avaliar a construção dos estereótipos, que ao mesmo tempo que “facilitam” a leitura de determinado grupo, reduzem o olhar para com esses sujeitos, tornando-os estigmatizados. Em relação à interpretação dos corpos diferentes, essa postura pode ainda expor a superioridade que decorre do processo, no momento em que ao se desejar analisar outrem, as diferenças são os primeiros elementos a se sobreporem e, majoritariamente, implicam na construção de uma hierarquia corporal, expressa na esfera social.

Com a ideia de sertão difundida como um lugar em oposição ao litoral, em que o poder público não tem êxito de atuação (Lima, 1999), os corpos ali inseridos apresentam consigo características que recorrentemente os colocam em posição de inferioridade social e/ou de ameaça. Ao considerarmos as palavras comumente atribuídas a população que vive em territórios mais “afastados”, é possível refletir sobre o tipo de relação de poder que se interpõe entre dois eixos: o Sertão e o Litoral. Indolentes, preguiçosos, ou até mesmo a criação de personagens como Jeca Tatu<sup>2</sup> demonstram as primeiras interpretações desenvolvidas, ainda que

---

<sup>2</sup> Jeca Tatu foi uma personagem criada por Monteiro Lobato (1882-1948), que apresentava características relacionadas à população habitante do sertão. A grande problemática gira em torno dos aspectos atribuídos ao personagem, que se colocava como um retrato da identidade nacional, ou seja, de um brasileiro do interior afetado pela falta de saneamento, higiene, e consequentemente improdutivo por motivos de doenças (LIMA, 1999).

no campo literário, que tiveram como objetivo trazer à baila quem era o sertanejo que vivia no interior do Brasil, e que ali tentava sobreviver em meio às próprias dificuldades da terra.

Desse modo, Oyèwúmi analisa que:

“mulheres, povos primitivos, judeus, africanos, pobres e todas aquelas pessoas que foram qualificadas com o rótulo de ‘diferentes’ (...), foram consideradas como corporalizadas, dominadas, portanto, pelo instinto e pelo afeto, estando a razão longe delas. Elas são o Outro, e o Outro é um corpo” (Oyèwúmi, 2021, p. 30).

A partir desse posicionamento, pode-se inferir o corpo sertanejo como mais uma expressão corporalizada, e que traz consigo os elementos de alteridade. A ambiguidade de ser interpretado como um ser rural, ignorante, rude, sem cuidados que, ao mesmo tempo representa a figura do brasileiro, expõe o olhar simbólico, ainda que nocivo sobre quem é o “outro” no Brasil, sendo este um dos arquétipos pertencentes à identidade nacional.

Posto isso, podemos refletir que as descrições e formas como corpos diferentes foram e são expostos apontam para como o relator, ou quem observa e analisa um determinado grupo tem responsabilidade no processo de descrição, na escolha das palavras, na tentativa de transmissão de subjetividades. Essa questão surge em razão do autor, que eventualmente também pode ser encontrado na pessoa do pesquisador, ser colocado em lugar de superioridade/autoridade, ao ter o poder de nomear, descrever, esmiuçar um grupo social a partir de sua visão de mundo. Nesse caso, deve-se sempre considerar os pormenores e as particularidades avistadas nos textos decorrentes de análise social, principalmente nas obras advindas do campo literário.

Essas observações têm como base ainda a argumentação de Oyèrònké Oyèwúmi, que avalia o papel da pesquisa social enquanto um processo que frequentemente se utiliza do determinismo biológico para estudar as categorias por ela mesma criada. Ao distribuir/separar grupos para análise, essa forma de investigação tende a produzir um “tipo de pensamento como raciocínio corporal” (Oyèwúmi, 2021, p. 32). E nesse caso, a problemática permanece por continuar um ciclo de diferenciações que constrói um “outro” inferiorizado, o que, segundo Oyèwúmi, é um processo anterior, encontrado na dominação realizada pelo Ocidente ao pensamento africano (2021), e as demais correntes, de modo geral.

Dessa forma, pode-se supor que a criação da alteridade surge num movimento de percepção de sujeitos categorizados a partir de suas diferenças. Essas distinções, para que se ressaltem, precisam ser evidenciadas por meio de instrumentos de exposição, descrição e retrato sobre o outro. Assim, em um processo como o de escrita literária, os elementos que compõem o texto elaboram simultaneamente representações que podem abranger contextos históricos e



sociais, recriando possibilidades de mundo mediante a verossimilhança. Nesse sentido, a reconstrução da realidade na literatura é um aspecto que apresenta, de maneira intrínseca, vislumbres do que os autores compreendem como o real, mas que ao mesmo tempo não são tangíveis pelo caráter pessoal de suas percepções. Nesse âmbito, a ideia de representação se mostra como uma interseção entre o mundo “real” e as apreensões dos escritores, expostas em suas obras.

Em vista disso, no que concerne a ideia de representação, Erich Auerbach discute os diferentes momentos ao longo da história em que a literatura utilizou a *mimesis* para se estabelecer. Nesse contexto, o autor constrói uma aproximação entre a imitação e a ideia de verdade, que segundo o próprio advém de Platão, em "República" (1971). Assim, neste caso, o filólogo alemão argumenta que a representação literária assumiria o lugar da imitadora da realidade, dispondo consecutivamente dos aspectos coadunados (Auebach, 1971).

À medida que escolhe trechos de obras de distintos momentos da história para abordar as formas de representação, Auerbach considera os elementos que favorecem a construção da ideia de veracidade latente nos textos literários (1971). Assim, ao se debruçar sobre textos pertencentes à chamada literatura moderna, o autor se atém às características que fazem das obras desse período os exemplares que mais se esforçam para transpor a representação da realidade. Dessa forma, ao analisar um extrato de “Ao Farol”, de Virginia Woolf, Auerbach se direciona a elementos que apontam para recursos estilísticos da autora, para a construção de uma ideia de realidade não baseada na objetividade, tão esperada do escritor ficcional. Segundo o filólogo, as incertezas apresentadas na descrição do narrador, dentro da obra, sugerem a representação de sujeitos desconhecidos pela própria autora. Essa dinâmica aparece por meio do “discurso vivenciado” ou “monólogo interno” (1971), que transmitem os fluxos de consciência dos personagens, em simultâneo às suas nuances. Com isso, as descrições aparentes se mostram subjetivas, e o elemento imaginação não se restringe apenas ao leitor, mas se faz presente nos questionamentos do escritor, dentro da obra.

Dessarte, a discussão que se coloca refere-se aos modos de construção da realidade, e em que medida os autores criam mundos por eles dominados ou não. A depender do modo como a descrição e interiorização do personagem é feita, a realidade é posta de maneira objetiva ou subjetiva. Dessa forma, Auerbach afirma:

Goethe ou Keller, Dickens ou Meredith, Balzac ou Zola comunicavam-nos, partindo de um conhecimento seguro, o que as suas personagens faziam, o que pensavam ou sentiam ao agirem, de que forma deveriam ser interpretadas as suas ações ou pensamentos, estavam perfeitamente informados acerca dos seus caracteres” (1971, p. 470).

A posição dos escritores indicados por Auerbach anteriormente se opõem ao caminho escolhido por Virginia Woolf em sua obra. No mundo construído por Woolf, a partir do trecho transcrito pelo filólogo alemão, há o que poderia ser considerado um lado desconhecido, demonstrado muitas vezes por imprecisões, dúvidas, cogitações da escritora-narradora no texto. Nesse sentido, a realidade inventada por Woolf, de acordo com Auerbach, tem como uma de suas finalidades compor uma percepção do real que atravessa as questões mais tangíveis, e assim, adentra uma parte abstrata, porém imanente, do personagem, que nesse contexto, se torna um indivíduo (1971). Dessa maneira, esse exercício literário se coloca como uma tentativa de “alcance das possibilidades humanas de conhecimento, e de expressão” (1971, p. 471).

Logo, é possível observar que a representação literária amplia as formas de investigação do sujeito, principalmente numa esfera mais pessoal e subjetiva. Ainda que essa perspectiva do campo literário concorra com uma forma de descrição da realidade mais objetiva e balizada, esse arranjo propicia ao leitor, e provável intérprete do mundo real, uma maior apreensão dos saberes a ele apresentados por meio da literatura. Esta pode ser compreendida como uma forma de esquadrihar uma realidade de maneira mais profunda, a partir de fatos que podem se confundir entre o ficcional e documental.

Como se perceberá mais adiante, em razão das investigações sobre a realidade e as questões que envolvem o cotidiano dos indivíduos, a relação entre sociologia e literatura se estabelece por meio da ideia de representação, que se fez presente mediante aos escritos produzidos por sociólogos, escritores e pensadores, que ao longo da modernidade têm proposto a construção de obras que criam consequentemente perspectivas sobre a temática discutida, ainda que em modo ficcional ou por meio de análises sociológicas. Sendo assim, entre as formas de composição desses trabalhos, o gênero romance, na literatura, e os ensaios, oriundos das observações de intelectuais demonstram como podem se manifestar as representações sociais.

O ensaio é um gênero literário que tem como característica a apresentação de ideias de modo mais aberto e fluido, de modo permitir futuras revisões e ampliações, caso seja necessário ou de interesse do autor (Vinci, 2022). Com isso, as produções ensaístas costumam conter discussões que prezam pela visão do autor sobre determinado ponto, ou ainda seus questionamentos sobre alguma temática. Assim, os pensamentos do autor se tornam uns dos pontos cruciais para a interpretação desse tipo de trabalho.

Sob essa perspectiva, Christian Fernando Ribeiro Vinci (2022) discute sobre as disputas dentro do campo acadêmico acerca do retorno de uma cultura ensaística no tom dos escritos, com a finalidade de se expor de modo mais evidente as ideias do pesquisador, para uma combinação entre resultados de investigação e posicionamentos do autor com relação àquelas

informações. Esse movimento, de acordo com Vinci, tem também como objetivo romper com a lógica atual de produção de conhecimento, marcada por uma “ordenação excessiva e rígida das ideias” (2022, p. 2), decorrente tanto do avanço do capitalismo quanto do processo de racionalização do saber.

Desse modo, os ensaios surgem como uma vertente de escrita que abranda as formas de produção de conhecimento no sentido do rigor e da sistematização, mas que ao mesmo tempo apreendem e coadunam as ideias do autor, de modo a ressaltar sua perspectiva sobre a temática abordada. Além disso, ao inserir uma dimensão mais pessoal sobre suas percepções na escrita ensaística, o autor tende a compor uma obra mais atrativa, que se desvencilha de um traço hermenêutico, repousado em jargões (2022). Assim, a manifestação do pensamento se coloca como o elemento chave da elaboração dos ensaios, e demonstra um lado insubordinado do ato de escrever, embora constantemente condicionado pelas temáticas relevantes de determinado contexto. Dessarte, Christian Vinci argumenta:

O trabalho vivo do pensamento, aquele que acontece entre a letra maiúscula e o ponto final de um escrito, pode ser calado pelo modo expressivo dogmático ou, pelo contrário, pode ganhar um corpo por meio de uma escrita viva e indomável, ensaística quiçá, capaz de dar vazão à inquietude do pensamento (2022, p. 5).

Nesse sentido, infere-se que a escrita ensaística tem como característica ainda um traço de incômodo, com o qual não se detém a comunicação de informações puras, indexadoras, mas que explana a apreciação de ideias e argumentos como parte da estrutura do texto. Desse ponto, soma-se também o aspecto inacabado que compõe o ensaio, e que direciona esses trabalhos para possíveis releituras, reformulações de pressupostos e questionamentos. Esses atributos, na medida que distinguem o modo ensaístico de escrita, o conduzem para uma forma de produção do saber que se opõe ao processo de racionalismo, difundido na Europa a partir do século XVI (Vinci, 2022). Assim, ainda que acionado para propagar ideias, os ensaios constantemente foram acomodados como um gênero literário menor, sem compromisso com métodos e ordenamento na elaboração de discussões. Segundo Vinci, as ideias apareceriam aqui como pensamentos estilhaçados, costurados em rearranjos, quando necessário, porém, contendo o caráter de esboço, ou até mesmo amador, tomado ainda por instabilidades e incertezas (2022).

Com isso, Christian Vinci relaciona o gênero ensaio com o conceito de fabulação. Ao realizar essa associação, o professor defende a visão de Gilles Deleuze com relação à necessidade desta forma de criação artística para a recriação de novas possibilidades de mundo (2022). Desse modo, essa fabulação significaria a elaboração de existências diferentes da realidade, em direção ao que estaria no porvir. Nessa perspectiva, o ensaio seria um

experimento narrativo próximo da oralidade, capaz de mediar novos caminhos de se projetar o mundo através da escrita. Com efeito, Vinci enuncia:

Escrever e pensar devem ser compreendidos como uma única e mesma coisa. O pensamento não compreende o mundo de maneira imediata, apenas em fragmentos, o mesmo devendo ocorrer com a escrita. 'Ensaiar', portanto, passa a significar o estabelecimento de uma outra relação com a escrita e, por conseguinte, com o mundo (2022, p. 10).

Logo, verifica-se que o ensaio apresenta elementos específicos que o interseccionam como uma forma de escrita que coaduna pensamentos, reflexões e traços inventivos numa mesma obra, ainda que esta se construa por argumentos incompletos, em virtude do próprio caráter do gênero narrativo. Em vista disso, compreende-se que os ensaios permitem a exposição de ideias em meio a ponderações de seu autor, como num exercício do pensar sem o encerramento das discussões apreciadas. Além disso, esse movimento de realização artística, intrínseco, aquiesce uma produção de saber mais aberta e fluida, o que diverge da escrita atual acadêmica.

Por essa razão, percebe-se que os ensaios, ao longo dos últimos quatro séculos, foram mobilizados de maneira alternada, mas sempre como obras importantes para se compreender determinadas discussões relevantes à sua época. Nesse contexto, acerca das produções ensaísticas brasileiras, Ricardo Benzaquen de Araújo (1994) realiza algumas considerações sobre o gênero literário que demonstra apresentar discussões que abrangem outras áreas, para além da literatura. Na conclusão de "Guerra e Paz", Araújo direciona suas análises para as características do texto de "Casa Grande & Senzala", obra de maior expressão de Gilberto Freyre. Ao se debruçar sobre esse aspecto, Araújo aborda a questão da oralidade como um elemento a ser ressaltado não apenas dentro da estética do texto, mas também em outros trabalhos de Freyre. De toda forma, de acordo com a perspectiva de Araújo, o texto de "Casa Grande & Senzala" apresenta uma linguagem cotidiana que, embora discuta temas sociológicos, contém ambigualmente um caráter literário decisivo para as discussões que aparecem ao longo da obra. A partir desses pontos, o inacabamento e a imprecisão presentes na narrativa de Freyre são apontados como aspectos que justificam o dual olhar para o ensaio datado do início do século XX. Nesse contexto, o ensaio sociológico produzido por Freyre tende, simultaneamente, a se desenvolver partindo de temáticas caras a formação social brasileira, todavia, marcado por elementos que o enquadre também em um gênero ficcional.

Em vista disso, Ricardo Benzaquen de Araújo se atem ao modo como Gilberto Freyre realiza observações que, mais uma vez, atravessam a questão estética de elaboração textual, ao passo que discorre sobre problemáticas brasileiras. Com respeito às diferenças entre o português

falado e o português escrito, Freyre salienta as distinções de uso, conforme a classe social dos grupos. Dessa mesma observação, Araújo evidencia duas versões da língua falada, que em suas diferenças se tornam aparentes de acordo com o seu uso em espaços como a Casa Grande ou a Senzala. Sendo assim, a construção textual de Freyre demonstra uma espécie de alternância de narrativa, que ora escreve como quem fala, simplificando seus argumentos, ora reivindica um lado aristocrático, repousando em um saudosismo notório. Essa postura, de acordo como Araújo, demonstra a perspectiva de Freyre para com a sociedade que observava e pertencia. O que também desencadeou sua produção ensaística.

Nesse sentido, o método ensaístico pode ser percebido como um recurso de escrita que abrange o encontro do autor com as temáticas que deseja se debruçar. E nesse caso, mais do que isso, uma forma de construção de um passado histórico, atravessado por experiências pessoais que contornam os escritos, e sobressaltam a aproximação entre os campos da sociologia e da literatura, durante a década de 1930, no Brasil. Essa questão também apresenta como aspecto relevante o conceito de autenticidade, que se adere às obras ensaísticas, em razão, principalmente, do caráter intelectual de seus autores. Com isso, discussões caras à sociedade brasileira são aprofundadas por meio de recursos literários, que geram uma dupla interpretação social, baseada em memórias familiares validadas, em certo ponto, por relatos anteriores de outros estudiosos que se direcionara à mesma temática. Nesse sentido, o ato de colocar-se em uma obra ensaística, como o faz Gilberto Freyre, sabendo-se do objetivo de construção de um arcabouço histórico-social brasileiro, tem-se como consequência um movimento de tentativa apreensão da realidade, condicionada pelas percepções do escritor, tornando ainda essas perspectivas em discurso autêntico.

Ao abordar a relação de Gilberto Freyre com a escrita acadêmica e as memórias pessoais, Ricardo Benzaquen de Araújo relembra a formação intelectual de Freyre, e sua aproximação com a Antropologia Social, desenvolvida por Franz Boas, nas primeiras décadas do século XX. Tendo em vista essa interação, Araújo assemelha o “método introspectivo”, usado por Freyre, às etnografias produzidas como resultado de trabalhos de campo, desse mesmo período. Nesses termos, Freyre realiza por meio de seus escritos uma sistematização de fatos, tornando-os textos documentais, validados ainda pelo uso de outros documentos oficiais que corroboram com suas percepções. Posto isso, Araújo dedica à “Casa Grande & Senzala” a seguinte observação:

A autenticidade, portanto, transforma-se em um poderoso motivo retórico em CGS, convencendo-nos de que, não só quando Gilberto se aproxima de seu objeto como membro da sociedade que estuda, mas também quando sua abordagem segue um ritmo

acadêmico e indireto, mais ou menos atento às evidências da documentação, estamos diante do mesmo impulso da natureza *confessional* (1994, p. 194)

Entre a autenticidade e a descrição da sociedade, o ensaio sociológico elaborado por Gilberto Freyre aponta para um exercício de análise histórico-social que lança mão de informações validadas, como registros de casamentos ou confissões do período da Inquisição no Brasil, para justapor suas perspectivas, somando-se ainda ao modo narrativo como essas circunstâncias são detalhadas. Sendo assim, pode-se inferir que o gênero ensaio é praticado como um instrumento de construção e harmonização de um enredo nacional em “Casa Grande & Senzala”, em que as investigações sobre o passado do país também demonstram uma busca pela história pessoal do autor. Nesse sentido, o desconhecimento sobre os tempos anteriores permite a recriação e o ajuste de eventos históricos a partir do aspecto literário presente na obra, considerados autênticos conforme os relatos se entrelaçam com a vida de Gilberto Freyre.

Em vista disso, no tocando a produção de ensaios, e de sua aproximação com o aspecto ficcional, tanto os textos de Gilberto Freyre quanto outras obras importantes do pensamento social brasileiro destacam-se por serem trabalhos que inauguram percepções sobre o país ao mesmo tempo que constroem um imaginário social comum para seu público leitor, no então período de publicação, principalmente no início do século XX. Esses ensaios que proporcionam descrições da realidade, se assemelham às propostas realistas de algumas obras literárias. Logo, pode-se sugerir que conforme se encontram em obras literárias projeções de contextos verossímeis, nos ensaios, as observações percebidas por seus autores remontam a realidade. Contudo, por se tratarem de campos que se estabeleceram por meio de características distintas, deve-se ter em vista que as perspectivas apresentadas, a depender da área de conhecimento, orientam seus apreciadores para interpretações do mundo real, com base em seus próprios parâmetros. Todavia, deve-se ainda considerar que, a partir de trabalhos realizados em específicos contextos socioculturais, tornam-se evidentes a aproximação entre a sociologia e a literatura.

No Brasil, essa relação aparece recorrentemente em obras publicadas a partir do início do século XX. Entre as primeiras décadas, a discussão acerca do que constituiria o país enquanto nação resultou numa investigação profunda sobre a formação histórica, política e social, que se utilizou ainda de vários campos do conhecimento para propagar as informações encontradas. À vista disso, os retratos do Brasil se compuseram, tendo como características os traços que mais se destacaram diante da análise histórico-social. Para se (re)conhecer o Brasil, a literatura e a sociologia se dispuseram a esse exercício de esboço e representação, em que,

entre os aspectos ressaltados, encontra-se o debate sobre questões referentes às condições da terra, e em que medida esta também aparece como um dos elementos que representa a nação.

Dessa forma, a elaboração do sertão do Brasil como um espaço demonstrante da genuinidade da identidade nacional é uma perspectiva que expressa o peso da representação por meio das obras referentes à temática. Pertencente aos debates sobre o Pensamento Social Brasileiro, a ideia de sertão baliza as condições de investigação do Brasil, em que seus especialistas e formadores intelectuais produziram a imagem de um país grande, contraditório, desconhecido, mas também fundado em aspectos considerados autênticos.

## **2 O BRASIL-SERTÃO**

### **2.1 Sertão: uma ideia de contornos republicanos**

Observar as implicações da palavra sertão no contexto brasileiro demanda um exame aprofundado sobre a conjuntura política e social ao qual pertenciam os intelectuais do pensamento social brasileiro. Nesse sentido, ater-se ao período de instauração do governo republicano se torna uma investigação imprescindível pois apontará eventos históricos, correntes de pensamento e discussões que também participaram da construção do imaginário nacional, orientando interpretações de mundo, ainda que de um mundo localizado no interior do país.

Em “A questão nacional na primeira República”, Lúcia Lippi Oliveira discute algumas temáticas que perpassaram pelos debates intelectuais no final do século XIX e início do século XX. Ao se debruçar sobre o conceito de nação, e por conseguinte nacionalidade, a socióloga assinala os aspectos mais relevantes para a consolidação da ideia de ser brasileiro. Realizando um retorno a episódios que precederam a Proclamação da República, em novembro de 1888, Oliveira explana o contexto intelectual que defendia a instauração de um novo regime, em contraposição à Monarquia, vigente até então (1990). Assim, ao expor os argumentos que embasaram os anseios intelectuais pelos ideais republicanos, Lúcia Lippi credencia à geração de 1870 de pensadores a difusão de uma corrente ideológica voltada para a República, em que tinha-se como objetivo direcionar o Brasil para os mesmos estágios de modernidade do Ocidente. Dessa forma, a autora considera que “entender o Brasil, construir o Brasil, era uma meta fundamental para esses homens que julgavam que o país deveria repetir, de forma acelerada, a experiência do Ocidente” (1990, p. 85).

Nessa perspectiva, para construção da ideia de Brasil, a questão da nacionalidade se coloca como um dos pontos fundamentais para o estabelecimento de uma esfera política de consciência mais autônoma, alicerçada na vida social e nas expressões culturais. O sentimento de pertencimento aparece, nesse contexto, como parte de um processo de diferenciação do outro, que ao mesmo tempo gera a sensação de proximidade pela semelhança por algum aspecto em específico. De acordo com Oliveira, um dos primeiros momentos em que este sentimento se manifesta é no período de decadência da mineração, no século XVIII. Em um segundo episódio, na Guerra do Paraguai (1864-1870), o alistamento para a participação nos confrontos também expande o sentimento de nacionalidade, em razão de seu caráter servil (1990), e pelas



promessas aos regressos da Guerra. Posteriormente, com as insatisfações em relação ao regime monárquico, e com base nas influências exteriores referentes às transformações políticas, a aspiração pela República se torna mais um capítulo na consolidação da ideia de Brasil, enquanto nação, e de ser brasileiro.

No tocante à geração de 1870, as discussões entre positivistas e cientificistas tinham como ponto em comum a perspectiva de Brasil com horizontes republicanos, em que o desejo de ruptura com os paradigmas estabelecidos pelo movimento romântico, principalmente na literatura, contribuíram para uma visão iluminista para com o país (1990). A projeção de um país pautado na ordem, no progresso e na ciência conduziu os intelectuais da época a uma postura combativa ao que caracterizaria vínculo com o Império, que trazia consigo marcas da subordinação a Portugal, antiga metrópole. Nesse contexto, a ideia de instauração de um novo regime no país trouxe um espírito de autonomia em relação à concepção de ser brasileiro (Oliveira, 1990), pois, de modo intrínseco, essa ação demonstrava uma movimentação política “própria”, enquanto nação, embora deva-se considerar as influências filosóficas de outros Estados-nação do mesmo período. Sendo assim, o Brasil República simboliza um passo de emancipação na formação da identidade nacional, que ainda sofrerá algumas alterações, em razão dos aspectos fluidos da identidade, em fase de consolidação no início do século XX.

Na visão de Lúcia Lippi Oliveira, a chegada do regime republicano ao Brasil apresentou diferentes atores sociais responsáveis verdadeiramente pelo fim da Monarquia e instituição da República (1990). Ao descrever sobre a participação de populares, militares, intelectuais e elites oligárquicas, a socióloga evidencia as disputas internas ocorridas de modo simultâneo. Assim, em relação ao poder político, percebe-se que este continuou em domínio das famílias donatárias de terras do período da colonização portuguesa, e por conseguinte, tanto a Política de Governadores quanto o Coronelismo se tornaram características que demonstravam a inalterada distribuição de poder no país (1990). Ademais, tal qual aponta Oliveira, os conflitos entre a classe militar e segmentos da sociedade provocaram instabilidade nos anos iniciais da República. Se num primeiro momento o Golpe militar de 1889 recebeu apoio de parte da sociedade, insatisfeita com a situação vigente, em seu encadeamento, revelaram-se as controvérsias e rupturas entre esses grupos.

Deve-se ressaltar que no período pré-republicano desenhou-se uma aproximação entre os militares e a população por meio da figura do soldado-cidadão, com o qual se afirmava o patriotismo na correlação entre exército e um novo regime de governo (Oliveira, 1990). Desse episódio, infere-se que para a consolidação de camadas de apoio às mudanças orquestradas para

o Brasil no campo político, mobilizou-se também um modelo de representação da identidade nacional, que neste caso estava atrelado à proteção e serviço do país.

Nesse contexto, tanto as participações populares quanto as articulações realizadas pelos intelectuais do período se mostraram ofuscadas pelos rumos políticos do Brasil. Com a permanência de certas estruturas de poder, os debates com viés filosófico e ideológico perderam forças, colaborando para o retorno de uma visão pessimista dos próprios intelectuais acerca dos futuros da nação. A população, acionada quando necessária para ser pilar de sustentação dos projetos dos grupos políticos, se tornou coadjuvante nos processos subsequentes para a organização do Estado brasileiro.

Em relação a esses pontos, Raymundo Faoro em “Os donos do Poder” desenvolve o panorama político brasileiro, partindo dos antecedentes da organização do poder no país, como a administração colonial portuguesa. Dos argumentos apresentados, Faoro elenca momentos importantes do período da Primeira República no Brasil. A transição da Monarquia para um novo regime, de acordo como o cientista político expôs alterações com nuances de continuidade das estruturas (2021). Dentre as características ressaltadas por Faoro percebe-se a divisão da sociedade em quatro segmentos: os intelectuais, as oligarquias, os militares e o povo. Sendo o poder um elemento que circula entre os três primeiros grupos, resta aos populares uma atuação distante, condicionada aos interesses dos mais poderosos.

Conforme descreve o cenário político dos primeiros anos da República, Faoro estabelece o protagonismo do estado de São Paulo em relação aos demais, em razão de sua autonomia econômica como principal região produtora de café (2021). Nesse contexto, as pautas políticas aparentes tinham como um de seus pontos cruciais o federalismo hegemônico. Essa estratégia tinha como objetivo descentralizar o poder da União para as unidades estaduais, ainda que instaurado o regime republicano. Dessa forma, os arranjos locais continuariam com sua estrutura de poder.

Assim, Raymundo Faoro expõe os encadeamentos políticos que ocorrem desde a chegada do Marechal Deodoro da Fonseca à presidência do país, em novembro de 1889, com a chamada República da Espada; os entraves subsequentes até a entrada de Prudente de Morais, em 1894; e os mecanismos usados para a consolidação do federalismo no governo de Campos Sales, a partir de 1898 até os últimos anos da década de 1920 (2021). Nesse desenho, fica evidente que com as mudanças decorrentes do regime republicano, grupos que anteriormente compuseram a ala responsável pelo fim da Monarquia, passaram a sobrepor seus interesses. E, à vista disso, rupturas políticas se desenvolveram de modo gradual. Sendo as elites oligárquicas, especialmente as paulistas, o grupo que terminará como “dono do poder” da Primeira

República, a relação com os militares é a primeira a ruir. Ambos os setores apresentam visões distintas em relação ao papel da União, o que prejudicaria os desejos pelo pacto federal. Além disso, no que tange às Forças Armadas, o estado de São Paulo possuía contingente capaz de enfrentar as forças nacionais. Dessarte, Faoro analisa que “São Paulo, economicamente próspero, estava em condições superiores à própria União para se armar, unido na defesa de seu café, base da riqueza nacional” (2021, p. 540).

Desse modo, as forças estaduais, comandadas pelas elites oligárquicas, representaram uma posição de concorrência com a União, esta enfraquecida ainda com o Guerra de Canudos (1896-1897), no interior da Bahia. Os conflitos entre sertanejos, liderados por Antônio Conselheiro, e o Exército brasileiro, segundo Faoro, contribuíram para uma visão incompetente em relação aos militares por causa do fracasso do primeiro confronto (2021). Com este episódio, o quadro de instabilidade política se acentua pois tem-se ainda como sentimento a ideia de uma nação despreparada para revoltas internas no contexto republicano. Na perspectiva do cientista político:

A derrota catastrófica de uma coluna militar, sob o comando do coronel Moreira Cezar, nos sertões da Bahia, cai sobre o Rio de Janeiro (então Capital federal) como um furacão, no momento em que o presidente (Prudente de Moraes), reassume o poder (2021, p. 542-543).

A partir dessas questões, o movimento seguinte de reação se realiza de dois modos: o primeiro é de reorganização dos ministérios da União, e o seguinte se faz por meio da mobilização das forças paulistas para repressão de ações subsequentes de rebeldes ou manifestações anti-governo, entre elas de algumas classes militares (FAORO, 2021). Durante esse período são propagadas imagens contra as Forças Armadas nacionais, diluindo-se a relação entre os militares e classe popular, sendo este um dos pilares que sustentou a realização do Golpe Militar de 1889. A rejeição implicará em revoltas internas nas corporações, instaurando-se mais uma vez um ambiente turbulento no país. Desse modo, das medidas adotadas pelo então presidente da República para apaziguamento das crises, acionar a ala de militares do Congresso Nacional aparece como um movimento importante, pois tem como objetivo o retorno às ideias de orientação dessas instituições: o cumprimento da lei e ordem, obedecendo a hierarquia.

De forma simultânea, São Paulo aparece mais uma vez como um estado dominante e decisivo para as articulações nacionais (2021). Prudente de Moraes, oriundo das elites oligárquicas cafeeiras, começa um processo de aproximação entre setores políticos paulistas e o governo federal, que culminará na Política de Governadores, e na Política Café-com-Leite, sendo a primeira uma estratégia que possibilitará a execução da última.

Com base nesse aspecto, percebe-se que a organização política brasileira se estruturará de modo a seguir os interesses paulistas no que concerne à dispersão do poder no país. Com o afastamento dos militares de parte da política nacional, o sistema federalista adquire mais força, e tem como finalidade “os estados não se deixarem subjugar pelo Rio de Janeiro, pela Rua do Ouvidor ou pelos quartéis” (Faoro, 2021, p. 547). Nessa conjuntura, tem-se ainda como objetivo o freio dos poderes da presidência da República, impedindo sua interferência em questões regionais. Dessa premissa, no governo Campos Sales (1898-1902), sucessor de Prudente de Moraes, estabelece-se a Política dos estados, ou dos Governadores, mas que para se sustentar, enquanto um acordo, faz-se necessário o sistema coronelista.

De acordo com Raymundo Faoro, o coronelismo se estabelece como mecanismo de troca de favores e interesses, dos quais constrói uma relação entre o governo estadual e as forças locais (2021). Há nesse recurso ainda um jogo no qual se expõe regras a serem obedecidas por uma das partes, para próprio benefício e consolidação enquanto representação de poder em determinada região.

Para compreender a influência da figura do coronel em uma localidade, Faoro retorna ao período do Império, e credita a Guarda Nacional o surgimento dessa forma de autoridade. Dali recebe essa alcunha o chefe municipal, sendo este uma “pessoa socialmente qualificada” (2021, p. 596), e possuidora de bens. Desses requisitos, por tradição, fazendeiros ou homens com notório poder econômico passaram a ser referidos como coronéis, em razão, principalmente, do estilo de vida equivalente ao chefe de regimento municipal (2021). Assim, a figura do coronel se concretiza por meio de um conjunto de atributos que consolidam o seu prestígio numa região. Os poderes econômico e social são aspectos fundamentais para que esses sujeitos criem em municipalidades formas de agência, que serão mobilizadas pelos governadores quando necessário ao poder estadual.

Nesse contexto, um elemento a ser ressaltado é que a autoridade do coronel é concedida por meio de um reconhecimento social advindo de suas posses, e por conseguinte, suas possibilidades de mando. Segundo Faoro, “ele (o coronel) recebe - recebe ou conquista - uma fluida delegação, (...), de fonte estadual na República (2021, p. 597). Essa delegação, validada por um poder superior, permite a construção de uma relação de confiança entre governadores e coronéis, sendo esses últimos as bases de apoio aos interesses das oligarquias estaduais.

Tendo em vista que o processo de instauração da República alterou alguns aspectos políticos, a Constituição de 1891 tinha como um de seus pontos, além do pacto federalista, a subordinação dos municípios aos estados. A justificativa estaria no refreio de possíveis episódios de anarquia e violência, e ainda reduzir as disputas internas em questões referentes a

cargos políticos no Congresso Nacional (Faoro, 2021). Percebe-se que essa estratégia tinha como objetivo enfraquecer as comunas (municípios) em ascensão ou em ensejos de fortalecimento. Essas condições criaram as premissas necessárias para um rearranjo para os fins de interesses das elites oligárquicas estaduais. Os grupos mais poderosos puderam sustentar suas formas de domínio, o que também se apresentou em cenário nacional com a hegemonia dos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Nesse sentido, no tocante a organização administrativa das comunas, o cargo de prefeito era ocupado por meio de nomeações, realizadas pelos governadores, em que esses chefes administrativos, em certa medida, passavam a ocupar também o cargo de coronel, ainda que de tom informal (Faoro, 2021). Esses administradores municipais agiam conforme os desígnios dos governadores, o que se tornava mais evidente durante as eleições. Os coronéis eram os responsáveis por angariar votos, ou criar condições para a vitória dos interesses dos governos estaduais. Esse era um ponto fundamental do sistema coronelista, em que Faoro argumenta:

Nesse esquema de supremacia estadual e da eleição sancionadora se insere o coronelismo. Ele se irmana à oligarquia das unidades federadas, num recíproco jogo de interações ativas. O comando do sistema caberá ao governador, isto é, o grupo por ele representado, intermediário dos favores e benefícios da União sobre as comunas. Entre o governador e o coronel, a relação é de obediência, autoritariamente garantida pela milícia estadual e pelos instrumentos financeiros e econômicos que partem daquele (2021, p. 603)

Desse trecho pode-se inferir que as interferências dos governadores eram um instrumento de sujeição dos coronéis. Assim, a condição de prefeito não era a única a representar posições de poder em uma localidade. Outras figuras prestigiadas, como advogados, comerciantes, além dos proprietários de terras, inseriam-se nessa dinâmica num movimento de subordinação ao governo estadual, tanto devido aos favores políticos, como por receio de represálias. Isso porque o sistema coronelista também expunha as concorrências existentes nas municipalidades. O governador, ao remanejar suas formas de poder, entregava a autoridade de uma região quando o coronel daquela localidade tinha uma postura condizente com os interesses do estado. Assim, em casos de desobediência o mando local era retirado, e transferido a outro, geralmente pertencente a famílias rivais (Faoro, 2021).

Contudo, deve-se salientar que, embora a relação entre governadores e coronéis indiquem uma forma de subordinação, esta situação não era ausente de conflitos. Os favores eram o recurso utilizado para se conciliar os interesses próprios dos coronéis em meio a coerção do governo do estado. Pode-se ter como exemplo dessa conjuntura, as forças militares estaduais, que, quando consolidadas e fortemente armadas, auxiliavam os chefes municipais indicados pelos governadores a controlar as questões locais. Nos estados em que essas milícias não

apresentavam amplo contingente, caberia ao “corpo paramilitar estadual” (Faoro, 2021, p. 605), composto por coronéis da região, o domínio daquele território. Nessa circunstância, a figura do coronel recebe uma maior agência, sendo este o responsável pela manutenção da ordem no estado.

Dessa forma, observa-se que o coronelismo, como um sistema, foi utilizado como um instrumento que alicerçou as bases da política de governadores, em que, no que tange a administração dos municípios, fincou as bases para um controle abrangente do governo estadual, intermediário às comunas com relação à União. A chegada de recursos financeiros às localidades estaria condicionada a postura do coronel, e aos anseios das elites oligárquicas, dominantes na organização administrativa do país, de modo geral. A partir dessas questões é possível vislumbrar alguns cenários políticos, e seus desdobramentos no que se refere a conflitos regionais em relação ao estado e a União.

Dessarte, apenas a partir do governo de Campos Sales que a situação política brasileira tende a estabilidade. Com a “fixação pragmática do federalismo” (2021, p. 548), a estrutura de poder no Brasil passa a se basear numa hierarquia entre as entidades administrativas, sendo os governos estaduais os principais agentes de articulações políticas. Com isso, Raymundo Faoro considera que este quadro contribuiu para o “elitismo de cúpula” (2021, p. 547), em que se observa a apropriação do poder nacional para os interesses privados desses grupos. Pode-se perceber que no percurso político brasileiro, durante a Primeira República os arranjos realizados tiveram como sentido de orientação a preservação de poder nas mãos dos mesmos sujeitos, economicamente fortalecidos e capazes de sobrepor seus interesses em relação aos demais segmentos da sociedade. As oligarquias se tornaram responsáveis por ocupar os cargos mais importantes da administração pública do período. E assim, outras partes acompanharam distantes os movimentos da esfera política.

Conforme aponta Faoro (2021), os populares ocasionalmente eram acionados para participarem do processo eleitoral. Entretanto, essa participação era meramente ilustrativa. Os cidadãos habilitados a exercerem o voto, realizavam suas escolhas coagidos pelas lideranças locais, e para fins de validação das eleições. Isso porque nos primeiros anos do regime republicano a imagem de participação popular fazia-se necessária para se opor ao quadro anterior, conduzido pela Monarquia. Assim, pode-se observar que o povo, enquanto camada majoritária, não tinha influência na esfera política, sendo apenas instrumento de apoio a composição do Congresso Nacional (deputados e senadores) no início do século XX. Dessa forma Raymundo Faoro postula:

Mais uma eleição, outra eleição como as demais de outros tempos, sem que a República trouxesse, como prometera, a sonhada soberania popular. Esta dançava entre senhores, sem condições para expandir-se, desamparada da independência econômica do eleitor. (...). Enquanto o futuro não chega, organiza-se o regime, sob a indiferença das camadas liberais, que viram, desde logo, a exclusão irremediável do povo das decisões políticas (2021, p. 599)

Desse modo, entre os segmentos analisados por Faoro, a classe popular é a que recebe a maior sobrecarga decorrente das decisões políticas dos grupos que assumiram a organização administrativa do país predominantemente. Ainda que existissem opositores nas câmaras, esses não tinham proeminência sobre as deliberações dos governadores, ou da União, comandados, de forma geral, pelas elites oligárquicas. Com isso, percebe-se que a relação entre o povo e a cena política, na recém-instaurada República, era pautada numa espécie de tutela, em que a maior parte da população estava sob os desígnios dos “donos do poder”, nos quais os aspectos econômico e social se tornaram imprescindíveis para o que futuramente ocasionará na manutenção da estrutura desigual do Brasil. O prestígio concedido às elites seguirá de maneira a excluir um outro grupo social, embora esse segmento tenha na escrita as possibilidades de expressão. Os intelectuais do final do século XIX e do início do século XX serão os responsáveis pela elaboração de um conjunto de narrativas que consolidarão a corrente do Pensamento Social Brasileiro.

A partir desses pontos, o Brasil República pode ser visto como um projeto de fortalecimento da ideia de nação e de estabelecimento da nacionalidade. Todavia, em razão dos desapontamentos acerca das expectativas lançadas pelos intelectuais para este novo momento, os discursos paralelamente difundidos pelos críticos ao regime republicano, na forma como esse se alçou, aparecerão em produções literárias que discutirão o Brasil coevo a instauração da República, e os elementos que colaboraram para o panorama ali existente.

Tendo em vista essas questões, o olhar cético novamente aparece nos discursos dos intelectuais no início do século XX. E assim, como argumenta Lúcia Lippi Oliveira, a República, que “seria o governo da opinião pública, da ausência de privilégios, da liberdade nas relações morais e civis, da igualdade perante a lei” (Oliveira, 1990, p. 91), se transforma em uma continuidade das estruturas básicas no que se refere a organização econômica, social e política. E assim, o caráter moderno almejado com a chegada do regime republicano se dissipa. Em vista dessa sucessão de acontecimentos, escritores como Euclides da Cunha apresentarão um olhar repousado na ideia de atraso (1990), fundamentada principalmente em suas viagens ao interior da Bahia, para acompanhar as ações do Exército contra o Arraial de Canudos.

Entre o atraso e a modernidade, o debate sobre os aspectos que representam a nação brasileira e seu povo mais uma vez se encontram em questão. A comparação com os modelos

européus de organização social contribuiu para a elaboração de um debate no Brasil que tinha como finalidade compreender sua situação “inadequada”, ao passo que investigava os traços característicos que distinguiriam o Brasil-Nação. Ser brasileiro nos primeiros anos da República indicava ainda uma ideia a ser consolidada, passível de reformulações, em razão principalmente pelas dissonâncias dos discursos sobre as perspectivas sobre o país. Com o objetivo de se aterem a uma chave interpretativa do Brasil, alguns pensadores da época escolheram o conceito de Sertão para orientarem suas indagações e análises. A partir das experiências cosmopolitas e de um movimento inverso de estudos sobre o interior do território nacional, esses intelectuais encontraram no imaginário sertanejo vestígios da ideia de brasilidade, num complexo processo de construção da identidade nacional.

Nesse contexto, Heloísa Starling desenvolve o conceito de sertão, no qual o descreve como um dos “caminhos possíveis para a interpretação da República” (2008, p. 133). A partir desse prisma, a historiadora associa três aspectos relevantes para a correlação entre o regime republicano e a ideia de sertão: invenção, imaginação e o caráter simbólico. Ao desenvolver a discussão, Starling enfatiza o quanto necessário se tornou a busca por elementos que se transformariam nas características partilhadas pela enfim nação brasileira. Nesse trajeto, o sertão se apresenta mais uma vez. Todavia, na visão da autora, o sertão expressa-se como um conceito que sintetiza um modo de conceber o país, compreendendo alguns aspectos que trilharam uma perspectiva singular acerca do Brasil. Desse modo, para Starling a relação entre sertão e a ideia de conceito se aproximam de seguinte forma:

Uma palavra torna-se conceito quando a plenitude de um contexto político e social de significado e de experiência no e para o qual essa palavra é usada pode ser nele condensado. No caso da palavra sertão, o conceito revela uma maneira peculiar de narrar o projeto sempre problemático da fundação nacional brasileira a partir dos confins, das margens em que se refletem e se cruzam as dúvidas sobre os dilemas da nossa formação histórica e social (2008, p. 133).

Com base no trecho acima, percebe-se que a palavra sertão pode ser analisada como um conceito emblemático, que abrange múltiplas esferas de interpretação do Brasil. Ao se avaliar a conjuntura histórica, o elemento sertanejo se constrói aos poucos, num movimento de descoberta, voltado para o interior do território, ao mesmo tempo em que é aproximado do ideal de nação. Sendo assim, ainda ao trazer sertão como um projeto, Starling amplia as formas de mobilização do conceito, o que gera um olhar mais complexo para com o termo. Isso porque há neste enquadramento a recriação de um cenário em comum para as interrogações e controvérsias encontradas no passado brasileiro. Por essa razão, o projeto sertão se elabora apresentando ainda dilemas que traduzem um aspecto ambíguo, que será recorrente nas



tentativas de se definir o Brasil (2008). Entre as dicotomias apontadas, os pares cidade/interior e modernidade/arcaísmo são inseridos ao debate, por Starling, como fios condutores que exemplificam e ligam alguns pontos da ideia de sertão, e conseqüentemente de Brasil.

Nesse sentido, sertão e Brasil constroem-se como ideias que se atravessam e se complementam, apresentando sentido quando descritas por seu traço indefinido, dentro de uma discussão que tem como elemento principal a delimitação de um espaço geográfico e suas características. Ser um lugar sempre em suspenso e em caráter fluido aproximou os termos ainda para um entre-lugar, no qual o sentimento de inadequação acompanha e condiciona as reflexões acerca do espaço. Desse modo, compreende-se que as incertezas do sertão representam a complexa formação e conjuntura brasileira. Pode-se ainda sugerir que o sertão está em contínuo processo de delineamento, o que torna sua projeção inacabada, tal como a identidade nacional.

Dessarte, Heloisa Starling realiza uma breve história do conceito sertão, desde o século XVIII até os primeiros anos de instauração da República (2008). Segundo a perspectiva da historiadora, o aspecto ambíguo consta como parte de seu significado desde o princípio do uso. Conforme Starling descreve:

Originalmente uma contração do aumentativo desertão, (...), o termo sertão carregou consigo, desde o início, uma forte dose de ambigüidade. Durante o século XVIII serviu para designar as terras do interior, lugar de desvio das povoações, domínio do desconhecido, área de ausência da mineração. Desde então, seu sentido encontra-se articulado por uma dupla rede de significação: de um lado sertão indica o processo de formação de um espaço interno, a perspectiva do interior; de outro lado, sertão traduz a configuração de uma realidade política: a condição do desterro, a ausência de leis, a precariedade dos direitos, a inexistência da ordem (2008, p. 134)

De acordo com esses pontos, observa-se que a ideia de sertão, em verdade, contém percepções não somente ambíguas, mas também paradoxais, nas quais a antítese presença/ausência aparece como também parte dos discursos sobre as imprecisões que assolam o ideal de Brasil. Os contrastes internos que se arrolaram a partir da formação histórica e social brasileira foram evidenciados na ideia de sertão, mas que só foram possíveis por meio das imagens propagadas do interior e dos confins do país.

Ainda sob a perspectiva de Heloísa Starling, o imaginário construído no Brasil sobre o sertão tem como ponto de origem o livro “Os Sertões”, de Euclides da Cunha. As concepções relacionadas ao caráter indefinido, tão presente no universo sertanejo, teriam como partida o olhar de Cunha, baseado nas percepções sobre os confrontos da Guerra de Canudos e seus desdobramentos (2008). A visão que se transcorre, segundo Starling, demonstra uma mudança de concepção de Cunha com relação aos sertanejos, o que, conseqüentemente, alterou o uso do

termo sertão, e do que o envolveria. Assim, à medida que a obra acompanha e narra o contra-ataque do exército da recente República ao levante baiano, tem-se na escrita do texto o recurso da personificação da terra, que passa a apresentar “imagens de medo, solidão e abandono” (2008, p. 135). A observação do mundo sertanejo assume uma espécie de protagonismo, que levará a ideia de sertão a transformar-se em uma chave interpretativa do Brasil.

Nesse sentido, conforme Starling discute os eventos presentes em “Os Sertões”, a historiadora salienta as dúvidas que surgiram naquele período com relação ao projeto republicano de nação, tendo em vista as ações do Exército brasileiro na região de Canudos, em retaliação à derrota do primeiro confronto. A postura direcionada ao extermínio de uma comunidade interiorana, mas que apresentava características que representavam o quadro do país, apontava para um desajuste entre realidade e projetos futuros. A questão conflituosa estaria vigente no distanciamento entre esses dois pontos, mas que ao mesmo tempo demonstraria uma semelhança, ainda que de modo pouco perceptível, entre os defensores da República e os sertanejos (2008). Tanto o levante de Canudos quanto o Exército, teriam como aspecto intrínseco um traço de obstinação, embora as forças militares tivessem consigo a legitimidade. Assim, o fanatismo sempre atribuído à figura de Antônio Maciel, o Conselheiro, e seus seguidores, também estaria inserido nas práticas do Brasil República, o que pode ser considerado como um elemento a se debruçar, com relação à Identidade Nacional.

Contudo, a associação entre República e barbárie, de acordo com a visão de Euclides da Cunha acerca do Brasil, sugere um olhar desacreditado para os rumos da nação. Isso porque, conforme é demonstrado seu estranhamento às regiões do interior, é por meio de seus escritos que se construiu no imaginário brasileiro a concepção de uma alteridade dentro do país (Starling, 2008). São os aspectos narrados por Cunha que trazem à evidência um Brasil heterogêneo, diverso e com outras práticas, outras formas de conhecimento, um outro Brasil. Desses pontos, pode-se perceber que o caráter desconhecido do sertão brasileiro começa a se apresentar, baseado principalmente nas vivências de autores que, ao seu modo, delinearam o mundo sertanejo como uma imagem, um símbolo, ainda que por meio de suas invenções sobre o interior da nação.

Consoante a essas questões, Heloísa Starling debruça-se sobre a ideia de pária, como mais um traço descrito por Euclides da Cunha em referência aos sertanejos. De acordo com essa perspectiva, haveria um descompasso entre os ideais republicanos de modernidade e as “falhas” encontradas e contínuas do Brasil (2008). Assim, a ideia de distanciamento aparece novamente, relacionada aos paradigmas do progresso. A comparação entre as imagens do sertão e a modernidade inseria o Brasil num contexto de permanente atraso, sendo Canudos uma

região (e um episódio) que indicariam uma representação do mundo inacabado que é o sertão. A partir dessas percepções, os contornos do sertão realçam-se aos poucos, não através de uma demarcação oficial, mas pelo imaginário literário, atrelado à conjuntura política brasileira do início do século XX. Para essa questão, Starling sinaliza a representação dicotômica que se desenha, na qual o sertão aparece como um retrato do Brasil ao mesmo tempo que indica uma “abissal dimensão do vazio” (2008, p. 137).

Desses imaginários, pode-se inferir que durante as primeiras décadas da República, o sertão, enquanto símbolo que condensa uma possibilidade de representação do Brasil, se tornou parte da discussão acerca da identidade nacional. Sua presença nos debates de diferentes esferas aponta ainda para a abrangente referência ao termo em relação à interpretação do país, e seus eventos sociais, políticos e econômicos. Ao comparar o exercício semelhante de Graciliano Ramos, de escrever sobre o sertão, Heloísa Starling direciona para uma *poética da escassez*, em que o contexto republicano mostra-se como um cenário fundamental para o que compreende como uma visão de Brasil desajustada, marcada ainda por doenças, pela miséria e pelas ausências do novo regime de governo (2008). O sertão inventado por Ramos, principalmente na obra “Vidas secas”, é composto por mazelas, condições precárias e pela inoperância do Estado sobre essas questões.

Assim, de acordo com Heloísa Starling (2008, p. 138)

De fato, quando Graciliano Ramos compôs *Vidas secas*, de maio a outubro de 1937, estava diante de uma República sem a vocação de incorporação política e social de setores da sociedade que, até então, viviam inteiramente à sua margem.

A partir dessas observações, pode-se sugerir que a percepção sobre o sertão como um símbolo de alteridade dentro do país apenas se faz possível quando esta forma de representação aparece de modo contrário ao que se objetivou com a instauração da República. Dessas observações infere-se ainda que a ideia de sertão, no início do século XX, mobilizada no imaginário brasileiro, se sustentou como um retrato oposto aos ideais republicanos, ou seja, uma imagem distante do projeto de nação desenhado para o Brasil naquele momento. Assim, infere-se ainda que as concepções sobre sertão se tornaram mais evidentes durante as três primeiras décadas da República. As obras literárias publicadas nesse período, segundo Starling, elaboraram imagens do interior do país dotadas de traços e visões que demonstravam cenários de atraso, desajuste, moléstias e problemas que colocavam o Brasil em permanente estado precário (2008). Nesse sentido, a instauração da República pode ser interpretada como um ideal que, embora alcançado, apresentava aspectos contrários ao que se visualizava nos sertões, sendo

este último um lugar composto por mazelas, mas que se colocava como uma representação da nação.

Com isso, Starling aponta para um processo de incorporação dos sertões, no qual, com a participação de alguns intelectuais do período, tinha-se como objetivo o movimento de encontro entre os que pensavam o Brasil e os que o representavam (2008). Esse interesse pela localidade sertaneja trazia intrinsecamente um anseio pela projeção de unidade do país, apesar das diferenças regionais.

Desse modo, Nísia Trindade Lima (1998) também aborda essa perspectiva quando considera que durante as primeiras décadas da República, o Estado brasileiro promoveu ações que indicavam um movimento de valorização dos aspectos sertanejos. As discussões pertinentes a esse período conduzem para um processo de interação entre os atores sociais sediados no litoral e as descobertas a serem apresentadas ao Brasil, relacionadas ao imaginário do sertão. Com isso, Lima aborda algumas expedições realizadas pelo próprio Estado brasileiro, dentre as quais encontram-se as missões lideradas por Cândido Rondon e as viagens empreendidas por Euclides da Cunha à região de Canudos, no interior da Bahia. Tendo em vista a ideia de sertão como uma chave simbólica de interpretação do Brasil, Lima estabelece uma associação entre a busca de compreensão dos sertões e as representações elaboradas por intelectuais do início do século XX, interessados afinal em apresentar uma região desconhecida até aquele momento, mas que estaria em percurso de incorporação à ideia de nacionalidade, fundamental para a consolidação do sistema republicano.

Conforme a autora esmiúça, as missões realizadas em direção ao interior do território tiveram como alicerces projetos cientificistas e de horizonte civilizatório (Lima, 1998). O diálogo entre essas questões possibilitou e justificou as ações republicanas, impulsionadas também por projetos de saneamento e integração política das regiões ditas sertanejas com o resto do país, que neste caso se localizaria na parte costeira. Nesse contexto, os intelectuais do período foram responsáveis pelo desenvolvimento de uma “cultura heróica”, na qual tinha-se como tarefa a criação de aspectos definidores da noção de nacionalidade (1998). Conseqüentemente, observa-se como emblema desse grupo uma proposta de reconfiguração das representações nacionais, em que consta, assim, a elaboração de elementos de referência à nacionalidade brasileira.

Logo, Nísia Trindade Lima considera o sertão como um ponto de redescoberta para as discussões realizadas pelos intelectuais brasileiros do início do século XX (1998). No momento em que compõe a ideia de sertão, esses pensadores desenvolvem o que Lima denomina como “sertões imaginados” (1998, p. 165). Atentando para esse aspecto, a socióloga esmiúça a gênese

do conceito sertão, e o localiza em um enquadramento que atravessa as delimitações espaciais. Por essa razão, ao se propor em apresentar algumas definições acerca da ideia de sertão, a autora sinaliza a relação entre região deserta e região colonial (1998). Nesse caminho, é possível designar o sertão como um espaço que representa a ausência da população, onde vive o desconhecido e um lugar em que não houve o alcance da administração colonial. Essas apreciações demonstram o imaginário recriado por intelectuais que analisaram a expansão territorial ao interior do país, e ressaltam a influência da colonização na organização e nas formas de interpretação do Brasil. O sertão, nessa conjuntura, manifesta-se como uma localidade que se distancia das ordens de poder, divididas naquele período entre a Igreja e o Estado (1998).

Ao passo que Lima expõe as diferentes definições referidas a palavra sertão desde o século XVIII, a socióloga destaca a naturalização do termo conforme o passar do tempo. Assim, percebe-se que o uso da palavra adquiriu amplas possibilidades de mobilização, mas que nesses casos é utilizada para referenciar aspectos da diferença expostos pelos intelectuais da época.

Sendo assim, ao mencionar algumas perspectivas sobre a ideia de sertão, Lima esquadrinha alguns pontos ressaltados por pensadores brasileiros nos quais os elementos do sertão alternam-se, mas, de modo comum, apresentam traços das percepções de sertão desenvolvidas pela socióloga. Partindo da concepção da localidade sertaneja como um espaço vazio (1998), as estratégias de ocupação e domínio por parte dos habitantes do litoral demonstram um processo de expansão de território e de povoamento, no qual o intercâmbio com esse meio, ainda desconhecido, gera objetivos de civilização, modernização e integração nacional. Dessa forma, Lima considera que o “sertão integra o mesmo campo semântico de incorporação, progresso, civilização e conquista” (1998, p. 167), sendo um termo elaborado, afinal, para se compreender as alteridades internas, e para assim justificar as intervenções do Estado nessas regiões.

Com base nesses aspectos, Nísia Trindade Lima apresenta as partes do território brasileiro referenciadas, geralmente, como sertão. Desde o Oeste de São Paulo, às áreas do Centro-Oeste e Nordeste, acrescentando-se ainda parte do estado de Santa Catarina, a espacialidade sertaneja teria como ponto inicial o subúrbio do Rio de Janeiro, ainda nas primeiras décadas do século XX (1998). A justificativa, de acordo com a socióloga, estaria nas ações do movimento sanitarista<sup>3</sup>, em avanço nesse período, em que se dizia: “o sertão no Brasil

---

<sup>3</sup> O movimento sanitarista iniciou-se no Brasil na década de 1910. Composto por médicos, tinha como objetivo compreender o quadro de saúde e higiene do país. O movimento tinha como foco a redução de casos graves de doenças e encontrar soluções para a conjuntura endêmica brasileira. Nos primeiros instantes, sua atuação se

começa onde termina a avenida Central” (1998, p. 167). Logo, observa-se que as concepções sobre sertão se sustentavam, majoritariamente, numa ideia de diferenciação que reside na contraposição às projeções das elites intelectuais em relação ao que era o Brasil e o seu povo, em que, em decorrência das distâncias, os discursos oriundos dos centros urbanos implicavam numa visão de alteridade para com o que não era considerado semelhante, transformando o sertão e o sertanejo numa representação espaço-social do alheio.

Ainda sobre essas questões, em meio aos discursos propagados pelos defensores da ciência e do progresso, ressalta-se que os imaginários sobre a ideia de nacionalidade se mostravam, simultaneamente, sujeitos às contradições elencadas na dualidade sertão/litoral. Nesse jogo de palavras, a primeira remetia-se constantemente a um cenário de atraso, barbárie, relegado e conduzido pela natureza, mas que também evidenciava um retrato genuíno do Brasil. De modo inverso, a região litorânea era percebida como um lugar civilizado, moderno e dotado de aspectos culturais relacionados à ideia de Ocidente, o que resultaria numa inautenticidade, colocando-a como uma antítese da nação (1998). Assim, as narrativas sobre o sertão aparecem como uma combinação dos argumentos produzidos pelos pensadores brasileiros do final do século XIX e início do século XX sobre a complexa ideia de nacionalidade, em busca de uma representação personificada e sócio-espacial do país, o que igualaria com os objetivos de consolidação da nação na Primeira República. A perspectiva de sertão como um outro geográfico conduziria a possibilidades de discussão e delimitação de uma ideia desenvolvida com a finalidade de construção de evidências de uma alteridade interna, mas que para tanto se utilizou de termos e categorias ainda hoje subjetivas sobre o território sertanejo.

## **2.2 Delimitando a ideia de Sertão**

As amplas maneiras de interpretar o Brasil datam principalmente do final do século XIX à década de 1930. Ensaios publicados por diferentes intelectuais do período demonstram o interesse desses pensadores em formular uma ideia de Brasil, que se aproximasse de suas perspectivas sobre a identidade nacional do território brasileiro. Dentre as diversas discussões apresentadas, o sertão surge como espaço físico, social e imaginário atravessado por versões sobre sua definição. Transitando entre a literatura e a sociologia, o interior do Brasil se tornou

---

direcionava aos centros urbanos e aos portos. Posteriormente, trabalhos foram desenvolvidos no interior do Brasil, com a intenção de se conhecer as formas de propagação de moléstias, as condições de vidas outras problemáticas relacionadas a saúde (Tamano, 2017).

o cenário de exposição paradoxal do atraso, mas também de autenticidade com relação ao que se entende popularmente como povo brasileiro. A oposição construída aqui se faz em paralelo ao litoral, onde se encontram as capitais do país de modo majoritário.

Nesse sentido, pode-se supor que uma das formas de se representar o Brasil seja por meio da definição do sertão, de seus habitantes e das relações sociais que se estabeleceram desde o período colonial. No livro “Os Sertões”, Euclides da Cunha realiza esse exercício, praticamente ao esboçar uma etnografia sobre o sertão. De caráter ensaístico e literário, a obra descreve a viagem do autor à região de Canudos, Bahia, onde se localizava o Arraial de Belo Monte, liderado por Antônio Conselheiro. Diante do confronto entre os soldados da recente República e os membros do Arraial, os registros da guerra (1896-1897), realizados por Cunha, são considerados ainda hoje como fonte de estudo e interpretação da região, do levante e das consequências do conflito.

O aceite dos demais intelectuais brasileiros da época aos escritos de Cunha permitiu a propagação das imagens por ele descritas, retratadas, afirmadas e questionadas se tornarem um modelo de representação do sertão no Brasil. O detalhamento das descrições, a estruturação da obra e o lugar de observador externo, propuseram ao texto de “Os sertões” autoridade.

No livro “Um Sertão Chamado Brasil”, Nísia Trindade Lima esmiúça a relação entre sertão e as produções intelectuais atreladas ao denominado pensamento social brasileiro. De acordo com a socióloga, o debate brasileiro se caracteriza por apresentar especificidades compatíveis a países de construção da nacionalidade tardia. Desse modo, o que se esboçou ao longo do processo de formação de identidade foi a concomitante estruturação de uma classe de intelectuais preocupados em construir, definir, exemplificar e representar o que é ser brasileiro. Conforme indica Lima:

A tentativa de elaboração de uma teoria sobre sociedade brasileira, apoiada na ideia de existência de dois ‘Brasis’, ocorre de forma concomitante ao próprio processo de formação de uma intelligentsia no país. É como se, no mesmo movimento, intelectuais e sociedade se constituíssem, superpondo-se os temas da identidade nacional e da identidade dos intelectuais (Lima, 1999, p. 26)

Sendo assim, os dois Brasis referidos pela socióloga demonstram a concepção de nação dividida entre a própria experiência em ser brasileiro, e a construção de um outro, até mesmo desconhecido, que também figuraria a imagem “autêntica” do Brasil. Além disso, a percepção de identidade nacional se colocava acompanhada da noção de atraso histórico, no qual orientava os ensaios produzidos durante o período do início do século XX, por esses intelectuais (1999).

Nesse ínterim, o conflitante lugar da classe intelectual se evidenciou à medida que seus membros tinham por base uma trajetória formativa atrelada à concepção ocidental de

conhecimento, principalmente europeia (1999). A construção de um projeto de nacionalidade tinha por atravessamento questões relacionadas à posição dominante de seus intelectuais, que escreviam sobre o Brasil, e por isso, reconheciam e investigavam um arquétipo inferiorizado também presente na sociedade brasileira (Lima, 1999). Ao trazer esses indivíduos para seus trabalhos, esses intelectuais tinham como um possível objetivo a integração nacional, em que se abarcaria o povo brasileiro, de modo mais geral.

Em relação ao atraso histórico, a depender do país, os debates se direcionavam à esfera econômica, ao desenvolvimento industrial, à constituição de um Estado nacional, entre outros. No episódio brasileiro, essa discussão permaneceu vinculada aos temas de raça e mestiçagem. Desse modo, obras escritas por intelectuais como Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e o próprio Euclides da Cunha apresentavam como premissa de análise as características étnicas brasileiras, principalmente destacando a diversidade. Na obra “Os Sertões”, ao descrever as categorias decorrentes da mestiçagem, Cunha direciona para a formação de uma sociedade calcada no hibridismo, entrelaçando ainda a herança colonial e escravocrata (2019). As discussões em torno da formação étnica são desenvolvidas encaminhando a interpretação do povo brasileiro como um resultado de mestiçagem, em que as três raças principais ocupassem estágios diferentes em um quadro evolutivo. Com isso, Cunha define, de modo objetivo, os três grupos étnicos que compõem o país: o negro bantu, o indo-guarani e o branco. Ao fazer referência a estes, considera-os em estágios diferentes, em atributos físicos e psíquicos, condicionados ao meio em que estão inseridos. Características como força e ferocidade são direcionados aos negros, a intelectualidade aos brancos e para a população indígena não há uma definição objetiva.

Ao analisar a distribuição das raças em 3, Cunha detalha sobre as tais três subcategorias decorrentes da mestiçagem. No texto, são apresentadas como mulato, mameluco e cafuz. A esses termos, o autor credita uma complexidade de investigação, a qual se distancia das análises anteriores vinculadas aos três tipos ideais (branco, preto, indígena). E por fim, Cunha define: “O brasileiro, tipo abstrato que se procura, mesmo no caso favorável (...), só pode surgir de um entrelaçamento consideravelmente complexo” (Cunha, 2019, p. 112).

Ao mesmo tempo em que tenta traçar o perfil brasileiro, Euclides da Cunha aponta para a complexidade da definição, em que não só a questão da miscigenação é levada em consideração, mas também a questão climática e da terra. Se a primeira seção do livro busca descrever rigorosamente a constituição geológica do território brasileiro, ao descrever o sujeito que ali vive, tende a caracterizá-lo como o resultado da convergência das circunstâncias encontradas no país. Em contrapartida, o autor demonstra a perspectiva da mestiçagem ocorrida



no Brasil como uma consequência do progresso, em sentido de resistência às configurações do meio. Soma-se a esse ponto de vista, a questão da variabilidade climática, que poderia ser um condicionante ao comportamento das pessoas (2019). Sendo assim, os determinismos biológico e geográfico podem ser compreendidos como chaves de interpretação das perspectivas desenvolvidas por Cunha, em “Os Sertões”.

De acordo com Kelton Gabriel (2014), o determinismo geográfico, acompanhado do olhar antropológico clássico tem como pressuposto a ação do clima, da flora e da fauna sobre os indivíduos. Desse modo, os costumes e as tradições das sociedades seriam consequências das condições do ambiente, e direcionariam o comportamento, produzindo, a depender do lugar e de suas características, sujeitos de atitude prevista. Considerando que o conceito apresenta uma interpretação ambígua, em que pode significar as adaptações realizadas pelos indivíduos a partir do meio em que vivem (2014), o termo também pode conduzir a criação de estereótipos. Ao relacionar o espaço geográfico às especificidades de um grupo social, e exprimir os possíveis cruzamentos em obras ensaísticas ou ficcionais, as representações desses indivíduos se tornam arquétipos, que podem ainda construir um padrão de pensamento e formar o senso comum.

No que concerne aos ensaios, os intérpretes do Brasil avocaram para si a tarefa de consolidar a história do país, construindo, por meio de suas revisitações, um panorama de formação da nação. Cada um desses intelectuais, tendo como base suas próprias visões de mundo, descreveram o Brasil como o lugar que reconheciam como seu, mas que também continha uma parcela de habitantes em posição de alteridade.

Nesse sentido, um exemplo a se ressaltar está no contexto em que Euclides da Cunha produz seus escritos. Engenheiro de formação, o autor se torna correspondente da missão da recente República, em combate ao movimento criado por Antônio Conselheiro, no Arraial de Canudos, Bahia. Enquanto correspondente de todo o confronto, Cunha produz suas anotações com base na viagem ao local dos conflitos. Desse modo, seu ponto de vista se faz como o de um observador, com olhar de estranhamento a questões do próprio país, e de seus conterrâneos. Essa análise também é realizada por Nísia Trindade Lima, quando a socióloga aponta para o distanciamento entre os intelectuais do início do século XX, e a figura do “homem brasileiro”, por eles investigado (1999).

Ao propor o jogo de palavras sertão/litoral, Lima estabelece respectivamente a relação entre outro debate dicotômico: barbárie/civilização. De acordo com a socióloga, a concepção de sertão recorrentemente se alojou em uma disputa discursiva, em que esse espaço geográfico imprime tanto características que o distanciam da ideia de progresso, quanto aproximam a

concepção de autenticidade. Mas, para se alcançar essa perspectiva, Lima associa as discussões do pensamento social brasileiro à construção da identidade nacional norte-americana (1999). Lançando mão de autores como Alex de Tocqueville e Max Weber, Lima destaca a reformulação do olhar europeu para com os Estados Unidos após a década de 1920, e sugere a influência de Tocqueville e Weber para a consolidação dessa nova perspectiva.

Nesse sentido, o debate sobre a ideia de sertão se torna um dos palcos possíveis de representação social do território brasileiro. O imaginário social atrelado a essa discussão tem como fonte os trabalhos realizados em torno desse espaço geográfico. Conseqüentemente, os indivíduos que ali vivem, seus costumes e tradições se transformam em elementos simbólicos, e de representação. A visão sobre a América como um lugar onde seria possível a instauração de uma ordem democrática, pautada nos valores de igualdade e liberdade, indicava a distinção dessa “sociedade nova”, em relação à Europa (Lima, 1999).

Desse modo, não apenas Tocqueville e Weber, mas outros intelectuais da América Latina atribuíram à figura do americano a representação do homem civilizado (Lima, 1999). O olhar comparativo indicava a condição do indivíduo norte-americano como que orientada por pilares políticos e culturais baseados na capacidade associativa, principalmente em sua vida privada. Assim, as marcas do novo país se imprimiam em seus princípios e objetivos, distinguindo-se tanto do modelo europeu, quanto da parte sul-americana.

Enquanto colônias, Brasil e Estados Unidos apresentaram debates semelhantes acerca da formação de sua identidade nacional. Nos dois casos, a questão territorial se tornou chave de interpretação para suas bases históricas. O conceito de fronteira, salientado por Nísia Trindade Lima, no episódio norte-americano sofre as mesmas indefinições encontradas nas discussões sobre o sertão brasileiro (1999). A problemática de expansão de territórios, e as conseqüências do contato com os povos originários se mostraram como aspectos integrantes da formação complexa e ambígua dessas “novas sociedades”.

No que tange ao sertão brasileiro, a falta de demarcação oficial para o espaço geográfico sertanejo pode sinalizar a segregação simbólica ocorrida entre as regiões ocupadas pela administração colonial inicialmente e as áreas desconhecidas, afastadas do poder público. O sertão, enquanto região brasileira, não obtém delimitação, e ainda hoje é compreendido como um lugar ermo, despovoado, abandonado, e até mesmo inseguro. As imagens que compõem o senso comum datam do período colonial e se reverberam por meio das obras literárias, principalmente de característica regionalista.

A despeito da definição do tamanho real do sertão brasileiro, as fronteiras que demarcam o início das veredas sertanejas incluem diferentes pontos do território nacional, onde abrangem,

em termos de localização, as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e até Sul. A partir da visão e das pesquisas elaboradas por Sérgio Buarque de Holanda sobre as Entradas e Bandeiras ocorridas no Brasil, e intensificadas no século XVIII, é possível identificar aspectos que contribuem para a compreensão da expansão das terras brasileiras. Tendo como base o adentramento do interior do atual estado de São Paulo, durante o período ressaltado, Holanda escreve “Caminhos e fronteiras” (1994), detalhando as técnicas e práticas utilizadas nos primeiros momentos de contato entre colonos e povos originários. O encontro entre nativos e adventícios orienta a discussão apresentada por Holanda, em que o potencial intercâmbio de saberes demonstra a apropriação dos conhecimentos dos indígenas pelos homens brancos, como forma de sobrevivência e estabelecimento na terra “descoberta”.

Na introdução da obra, Holanda indica que nos primeiros tempos da colônia o Brasil era povoado majoritariamente ao litoral. Com fins de conveniência às pretensões portuguesas, houve o processo de cultivo da cana-de-açúcar, estruturado pela criação de lavouras e engenhos, para alcance de mercado estrangeiro (1994). Essa conjuntura provocou o remanejamento do tráfico de escravizados para a colônia brasileira para se compor a mão-de-obra, com o intuito de atender as demandas de produção econômica do período. Concomitantemente, os nativos, ao serem retirados de suas terras para a exploração territorial, partiam para regiões mais distantes, os sertões (Holanda, 1994).

Conforme se tem o andamento para o interior do território, os participantes das expedições precisavam se adaptar às inóspitas condições do meio. A esse contingente de indivíduos, Holanda atribui a designação de civilização adventícia. Segundo Holanda, é por meio dessas entradas que se iniciou o povoamento, que geraria futuramente a população sertaneja (1994). A civilização adventícia, logo, se compôs pelos forasteiros que realizavam o processo de avanço de terras a Oeste e a Norte do país, com objetivo de expansão e domínio colonial.

A partir de uma visão mais aprofundada sobre as expedições de Entradas no Brasil, Sérgio Buarque de Holanda descreve como, no período inicial, essas viagens tiveram por auxílio elementos do próprio espaço geográfico. Os primeiros a ocuparem essas regiões, segundo o autor, também foram os primeiros a desenvolverem estratégias para se estabelecerem (1994). Desse modo, pequenos detalhes fizeram parte das táticas de permanência adotadas para um contexto de mata considerado adverso. A exemplo dessas questões, tinham-se as marcações feitas pelos nativos em trajetos por eles criados, para se facilitar o deslocamento em meio a flora, e aos riscos advindos da fauna. Até as sombras do sol contribuía para o desenvolvimento de métodos de sobrevivência nessas regiões (Holanda, 1994).

Dessa forma, à medida que se acompanha os pontos apresentados por Holanda, percebe-se que o sociólogo aponta para processo de formação da população brasileira, em que a figura do sertanejo apenas começa a surgir após o contato entre indígenas e colonizadores. Com isso, um dos primeiros estágios de miscigenação ocorrido no Brasil pode ser indicado neste período, em que o encontro entre nativos e bandeirantes resulta na acumulação de conhecimentos adaptativos ao meio, e que posteriormente geram circunstâncias mais estáveis de habitação.

Em vista disso, a interação entre bandeirantes e nativos se coloca como um dos elementos que revelam o fortalecimento das Entradas. Apesar das condições em que ocorreram os contatos interculturais, pode-se inferir nesses eventos aspectos responsáveis pela construção do Brasil, principalmente por meio do povoamento. De acordo com Holanda, a relação entre indígenas e adventícios deveria ser considerada como uma característica “fecunda e positiva” (1994, p. 21). Isso porque, em comparação às práticas europeias, o recuo dos forasteiros à utilização desses costumes para se fazer uso das ferramentas locais também pode ser percebido como um dos fatores para o avanço territorial. O despreendimento aos próprios saberes, em contraposição a conhecimentos vistos como inéditos, possibilitou aos adventícios formas de adequação que suscitaram numa ordem social distinta ao que era observado no contexto da metrópole, o que passa a acontecer posteriormente por intermédio das ações colonizadoras (Holanda, 1994).

Dessarte, Sérgio Buarque de Holanda denomina essa configuração como um “processo de aclimação” (1994, p. 21), que surge como um estágio necessário para a formação da população sertaneja, em que as entradas ao Centro-Oeste do país ampliaram o domínio territorial realizado àquela circunstância. Para tanto, o perfil dos bandeirantes, de acordo ainda com Holanda, variava entre adventícios e invasores, não tendo o segundo termo uma conotação negativa, mas que sugere uma apropriação de regiões ocupadas pelos nativos da terra. Assim, a expansão do Brasil por meio do “desbravamento” dos sertões, com o acionamento de estratégias como o intercâmbio de recursos e a miscigenação, aparecem como elementos capazes de “estabelecer poderosos vínculos invasores e a nova terra” (1994, p. 21).

Seguindo essas questões, Holanda traz como perspectiva a ideia de que o futuro do país, em quesito de força ativa, estaria “nos instintos obscuros, nas inclinações muitas vezes grosseiras, nos interesses frequentemente imorais que animavam o bandeirante devassador dos sertões” (1994, p. 22). Nesse sentido, a condição de ser um espaço geográfico desviante aos moldes europeus faz do sertão um lugar propício a práticas distintas, voltadas para novas formas de estadia e permanência diante dos aspectos ressaltantes da terra ignota. Essas outras formas, a partir do que se observa, tem maior proximidade com os saberes acumulados pelos indígenas,

que, de acordo como Holanda, foram os primeiros a “triunfar sobre todas as contrariedades do meio” (1994, p. 22).

Desse modo, dentre os conhecimentos partilhados, a cartografia é descrita como um dos recursos elaborados pelos nativos que mais foram utilizados durante o contato entre bandeirantes e indígenas com finalidade de orientação territorial. Para se estabelecer em meio às matas, aos rios, e aos obstáculos da terra, os desenhos cartográficos detalhavam os trajetos, as rotas incipientes, e os possíveis desafios a serem enfrentados em deslocamentos específicos (Holanda, 1994). A precisão dos desenhos impressionava até os cronistas do período do século XVIII, principalmente por transpor a percepção dos indígenas com relação às características do ambiente. Conforme aborda Holanda, as representações expostas nas cartografias continham traços comparados às belas-artes (1994). Esse rigor para a produção dos esboços indicava muito mais um profundo conhecimento regional dos indígenas do que alguma aplicabilidade do desenho em si. A utilidade da cartografia seria ressignificada no processo de contato como os adventícios, em que o último grupo a equipararia a um instrumento de comunicação (Holanda, 1994).

Assim, o sociólogo afirma:

Entre povos que ignoravam a palavra escrita, esses meios de comunicação assumem um significado comparável ao dos roteiros e a aranzéis, tão abundantemente empregados durante a colonização pelos brancos. Em lugar de ser simples escravo das suas aptidões naturais, dos cinco sentidos, que tinha excepcionalmente apurados, o índio tornava-se, assim, o senhor de um admirável instrumento para triunfar sobre as condições mais penosas e hostis” (Holanda, 1994, p. 24).

Logo, percebe-se que as discussões iniciais apresentadas por Sérgio Buarque de Holanda consideram o papel introdutório dos povos originários na expansão do território do Brasil, seguidos pelas Entradas e Bandeiras. O sertão, nesse contexto, é visto como um lado desconhecido do território que vive um processo de desbravamento. Os responsáveis por essa empreitada, o fazem em dois momentos: ao fugirem do litoral, em razão da criação de engenhos e lavouras de cana-de-açúcar; e com partida para o Oeste, com objetivo de expansão do domínio colonial.

Nessa trajetória, o sertão passa a ser descrito como um lugar inóspito e ignorado (Holanda, 1994), mas que se faz personagem da formação histórica e social do Brasil. Com base nessa perspectiva, as investigações sobre as ideias em torno do conceito de sertão aparecem como possíveis caminhos de interpretação acerca da complexidade do termo, que evidencia os aspectos contraditórios do Brasil, principalmente de seu interior. Dessa forma, o olhar geográfico sobre a localidade sertaneja apresenta pontos relevantes, que se aproximam de

questionamentos salientados por Sérgio Buarque de Holanda, que propõem uma percepção sobre o sertão que será discutida no capítulo 3.

Ainda em tentativa de discutir e compreender alguns elementos que condensam as concepções sobre o sertão, Antônio Carlos Moraes direciona para as investigações contínuas do campo da geografia, o objetivo de elucidar as características físicas e sociais que tornam um espaço do interior do país em sertão (2003). Ao esmiuçar as possíveis formas de se delimitar a localização sertaneja, Moraes apresenta aspectos que, aos poucos, retiram o sertão de uma definição minimamente física, ou atrelada a particularidades do meio. Além disso, conforme o autor indica, o sertão também se coloca como um espaço marcado pela ausência das ações humanas, seguindo assim “o ritmo dado pela dinâmica da natureza” (2003, p. 1). Desse modo, entender o sertão consiste em considerar as faltas que esse lugar possui, avaliando também de que forma essas inações incidem nas representações referentes a essa localidade.

Assim, Moraes desenvolve sua primeira tentativa de delimitação do sertão, no que tange a aspectos geográficos:

Nesse sentido, enquanto realidade fático-material, a noção de sertão não representa uma individualidade específica que o identifique como um ente telúrico dotado de particularidades intrínsecas, não podendo ser estabelecido como um tipo de meio natural singular nem como uma modalidade própria de paisagem humanizada (2003, p. 1).

A partir dessa afirmação pode-se sugerir que as projeções em torno de sertão envolvem o desejo de compreensão de um espaço marcado por série de lacunas, tanto relacionadas ao ambiente quanto decorrentes da pouca presença dos indivíduos nessas regiões. Nesse contexto, Moraes considera que os aspectos do sertão não o permitem se interpor como uma categoria empírica. De modo contrário, as formas de investigação e de tentativas de definição do conceito demonstram o traço excepcional da ideia de sertão, principalmente no âmbito da geografia. Conforme o autor argumenta:

A ideia de sertão possui, portanto, um status teórico distinto das noções mais usuais de “habitat”, “ambiente”, “região” ou “território”, não se confundindo com elas. Enquanto estas teriam por referência limites e extensões materialmente aferíveis no campo, aquela recobriria situações telúricas díspares e variadas, não fornecendo fundamento para divisões objetivas do espaço terrestre (2003, p. 2).

Com base nas perspectivas apresentadas, o sertão se desenha como uma imagem resultante do entrelaçamento de condições em comum, para a criação e estabelecimento de um elemento simbólico. Para tanto, faz-se imprescindível ainda o seu acionamento na composição de contextos históricos (2003). Assim, o sertão enquanto símbolo aparece também como um retrato do agrupamento das ausências que percorrem o país. Conseqüentemente, esses aspectos

evidenciam que para a propagação dessas imagens, as narrativas tornam-se um canal importante de divulgação das visões sobre o cenário sertanejo. Literários, ou de cunho sociológico, os discursos sobre o sertão tiveram como alvo a elaboração de uma representação *sui generis*, que abarcou múltiplas esferas do conhecimento, e desse modo, tentou a ocupar as páginas de escritos que se debruçaram sobre elementos relacionados ao mundo-sertão. Nesse sentido, o sertão pode ser interpretado como um ponto vinculativo, mobilizado para balizar um fenômeno de alteridade incluso à ideia de nação brasileira.

Dessarte, em meio aos debates aparentes no campo das ciências sociais e nas obras do campo literário, o sertão trouxe singularidades que ampliam suas investigações no âmbito da geografia. Ao retirar do sertão o atributo de lugar, Antônio Carlos Moraes especifica:

Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo (2003, p. 2)

Desse modo, observa-se que as impressões sobre o sertão se construíram a partir da concepção de uma mentalidade que se utiliza das características distintivas desse espaço, tanto para diferenciá-lo quanto para criá-lo. Essa percepção inclui ainda a visão do sertão como uma condição espacial/temporal e contextual baseada na oposição de sua configuração aos objetivos de seus pensadores do início do século XX. O sertão é elaborado pela distinção, seja ela positiva ou envolta de aspectos negativos. Com isso, identificar o sertão no imaginário brasileiro se torna uma tarefa atingível à medida que seus aspectos se entrelaçam, tendo como consequência a construção de uma perspectiva das possíveis conjunturas do país.

Nesse sentido, Moraes apresenta uma relação entre presente e futuro à ideia de sertão. Ao avaliar a forma escrita no plural, “sertões”, o geógrafo sugere que os diversos modos de apresentação da localidade não foram impeditivos para sua projeção em objetivos futuros (2003). Os sertões simbolizam o que os pensadores do Brasil do final do século XIX e início do século XX encontraram no interior do país, contudo, que sugestiona uma contradição com os anseios da República recém-instaurada. Assim, Moraes ressalta que “definir um lugar como sertão significa, portanto, projetar sua valorização futura em moldes diferentes dos vigentes no momento dessa ação” (2003, p. 2). A partir desses pontos, infere-se ainda que a elaboração de uma alteridade interna revela os distantes percursos experienciados entre as regiões onde o Estado se fez presente e onde houve essa ausência. As diferentes características direcionadas a cada um desses espaços podem elucidar as interpretações realizadas por intelectuais sobre o mundo-sertão. Na tentativa de evidenciar as distinções observadas, esses pensadores foram

responsáveis pela criação de discursos, que posteriormente embasaram perspectivas sobre o interior do Brasil.

Desse modo, o olhar para o sertão pode ser orientado também pelos interesses do Estado, de maneira a projetar nessas regiões práticas voltadas para um processo homogêneo, no qual o inseriria nos mesmos modelos que direcionam o cotidiano das localidades não sertanejas. Para essa questão, Antônio Carlos Moraes evoca que “os lugares tornam-se sertões ao atribuírem o interesse de agentes sociais que visam estabelecer novas formas de ocupação e exploração daquelas paragens” (2003, p. 2). Essa perspectiva pode sugerir à ideia de sertão um traço desconhecido que se faz pertinente para um processo posterior de incorporação desses espaços às concepções acerca do Brasil. Entretanto, deve-se ressaltar que esse movimento ocorre tendo também como característica a apropriação simbólica de regiões do território nas quais há simultaneamente uma espécie de prática colonizadora (Moraes, 2003). Essa questão indica que, das projeções advindas da ideia de sertão, as descrições narradas sugestionam o imaginário de terras a serem assimiladas pelas dinâmicas da modernidade e do progresso. Os elementos pertencentes a esses meios passariam a concorrer com as estruturas econômicas e políticas vigentes, criando-se assim um cenário propenso às alterações procedentes dos centros urbanos.

Tendo em vistas esses pontos, é possível considerar que as instabilidades encontradas no sertão seriam resultadas das ausências da soberania do Estado, dos sistemas econômicos, e de forma mais primária, dos interesses dos indivíduos. Esse entrelace de faltas geraria uma percepção esvaziada do meio sertanejo, ou até mesmo isolada. Nesse sentido, Moraes avalia o sentido de isolamento aplicado à discussão. Para o geógrafo esta é uma visão relativa, baseada na impossibilidade de descrição total do sertão em razão de seu aspecto desconhecido (2003). Com isso, a ideia de descoberta emerge ao propor o sertão como um espaço a manifestar elementos destoantes das concepções de modernidade. Assim, a questão da diferença se torna evidente, pois atinge a visão sobre esses lugares e, conseqüentemente, de sua população, embora concebida como irrisória.

Dessa forma, o aspecto cultural se apresenta como mais um ponto a se analisar no que se refere aos possíveis elementos do sertão. Os habitantes das regiões sertanejas também sofrem as influências emanadas dos discursos advindos dos centros econômicos, políticos e intelectuais do país. O olhar adjetivado trouxe consigo a construção da ideia de alteridade, na qual os sujeitos do sertão esboçam retratos dos tipos nacionais simultaneamente a uma percepção estrangeira desses mesmos indivíduos. Logo, a figura do sertanejo é composta de dualidades que acentuam o caráter complexo de sua descrição. Entre a imagem de adventício e de modelo



autêntico, o uso de narrativas fundamentou e estruturou essas visões, moldando-as conforme as inclinações de seus pensadores, sendo essa uma questão pertinente ao próximo capítulo.

Em retorno às discussões desenvolvidas por Antônio Carlos Moraes, com relação às concepções sobre a localidade sertaneja, o processo de formação socioespacial dessa região é acompanhado pela discussão relativa à colonização no Brasil e na América Latina. Ao se debruçar no caso brasileiro, Moraes considera as tentativas de incorporação do interior como um projeto pautado nas diferenças evidenciadas por políticos e intelectuais do início do século XX (2003). Esse percurso teria como objetivo promover uma ideia de Brasil homogêneo, o que incidiria principalmente na consolidação das percepções sobre a identidade nacional. Posto isso, transformar o sertão em um elemento simbólico do país pode ser compreendido como um movimento intelectual, realizado a partir do entrelaçamento de imaginários sociais, culturais, econômicos e políticos. Assim, o povo sertanejo passa a representar o somatório de características em expectativa de serem observadas, ao passo que intrinsecamente preteridas. Nesse sentido, a alteridade manifestada na ideia de sertão revela também o caráter de diferenciação necessário para as formas de colonização praticadas nas ações mais evidentes, como as missões civilizatórias, ou na produção de discursos e narrativas que indiquem o quadro de atraso, inferioridade e descaso, embora trajado de autenticidade.

Sendo assim, Antônio Carlos Moraes igualmente credencia ao sertão uma espécie de imaginário que se sustenta a partir da ideia de contraposição (2003). Com base nesta perspectiva, para existir sertão faz-se necessário a coexistência de outras regiões que não se adequem à mesma definição. A dualidade da localidade sertaneja aparece mais uma vez correspondente ao denominado espaço litoral, sobretudo no campo do pensamento social brasileiro (2003). Nessa conjuntura, tendo em vista a condição sertaneja projetada como um outro referencial no território nacional, é possível encontrar nas descrições sobre o interior do país uma forma de argumento na qual insere-se o sertão em um estágio anterior ao apontado ao litoral, que por sua vez também apresenta em sua ausência de forma um contraponto que o aproxima dos padrões ocidentais de práticas culturais, sociais e políticas. Essa perspectiva pode ser encontrada nas obras literárias do início do século XX, que se ocuparam de representar imagens do sertão propagadas por intelectuais que tinham como objetivo descortinar outras visões de Brasil, distintas do retrato do litoral e dos centros urbanos. Essa percepção abrange autores como Graciliano Ramos e João Guimarães Rosa, que elaboraram representações de uma nação, ainda que por meio de cenários até ali desconhecidos. O mundo sertanejo abordado por esses autores endossa o olhar distanciado sobre essas regiões, nas quais seus moradores são vistos como sujeitos-outros de um mesmo Brasil.

Com base nos pontos anteriores, a relação entre as imagens do sertão e as discussões sobre sua delimitação geográfica apontam para a complexidade do termo, que ora é utilizado para simbolizar um aspecto nacional genuíno, ora é atribuído para demarcar as lacunas do país. Tanto os aspectos relacionados às terras do interior, quanto a seus habitantes sugerem que as concepções sobre o conceito de sertão se iniciaram num período anterior às produções literárias ambientadas nessas regiões.

Ao analisar o processo de colonização da América Latina, Moraes (1994) avalia como as sociedades europeias utilizaram de sua capacidade plástica para dominar territórios distintos, e direcioná-los a um padrão europeu, consequentemente. Para tanto, o geógrafo traça, de modo inicial, o significado de colônia. Com base em suas observações, o pesquisador declara “colônia é o resultado de uma conquista territorial. Ela é um espaço novo, na perspectiva do colonizador. Um espaço ganho da natureza, de outros povos e de outros Estados. Uma adição de terras ao fundo territorial sob sua soberania” (1994, p. 81). O olhar do colonizador, nesse contexto, tem como pilar o domínio e a subordinação dos elementos constituintes do lugar dominado. Assim, as consequências da colonização podem ser percebidas no processo de hierarquização de espaços e sociedades (1994), nos quais o conquistador tende a difundir seus aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos, emoldurando os grupos subjugados em um contexto de inadequação, voltado para o Ocidente, e assim, de árduo alcance.

Seguindo a discussão sobre a ideia de colonização, de acordo com Moraes, para se ter uma colônia faz-se necessária a chegada de agentes colonizadores, dotados de perspectivas externas e capazes de incidir sobre o cotidiano dos povos subordinados. Tendo como ênfase inicial a construção e consolidação de formas de comercialização e lucros, as adaptações aos territórios conquistados tinham também como fundamento de orientação os interesses dos Estados nacionais empreendedores dessas atividades. Desse modo, as práticas de submissão das terras e de seus prévios habitantes mostram-se como pilares do processo colonial, e que são responsáveis pela hierarquização sociopolítica-cultural ocorrida (1994). Para tanto, o assentamento do território expressa a ação definidora e estruturante do sistema colonial, em que, conforme relata o geógrafo, “o controle dos habitantes é a chave da conquista” (1994, p. 82). Essas intervenções apresentam como impacto interferências que atingem o imaginário social das sociedades dominadas, de modo que seus pontos de orientação estão interligados à metrópole.

À medida que a colonização prioriza o retorno comercial de seus investimentos nas terras conquistadas, as influências socioeconômicas sofridas pelos colonizados são refletidas também em microalterações nos aspectos culturais. Em meio a necessidade de estruturação de

uma rede de circulação de produtos explorados, o âmbito cultural aparece também como espaço de subjugação de concepções de ideias e interesses, em que tem-se o predomínio dos padrões metropolitanos. Nesse contexto, percebe-se um panorama em que as perspectivas apresentadas para se compreender a formação territorial de um país colonizado perpassam as consequências do domínio, em sentido objetivo, como a demarcação das terras e o extermínio de parte da população originária, mas também a interferência nos aspectos culturais primários do grupo subjugado. Assim, no caso brasileiro, os desdobramentos da colonização podem ser evidenciados tanto no que tange às lutas internas desde o século XVI, atravessando a formação histórica-social e quanto ao atingir a criação de uma linha de pensamento fundamentada nas indagações das elites intelectuais do final do século XIX.

Em vista disso, o campo do pensamento social brasileiro, desenvolvido nesse período (século XIX), demonstra um processo de leitura e interpretação do Brasil, que se utiliza de aspectos ocidentais de produção de conhecimento para consolidar e validar a discussão. Com base neste cenário, o conceito de sertão se coloca como uma percepção territorial, a ser conquistada por diferentes meios, em que, por se tratar de um espaço elaborado através de esboços geográficos, e de ideias de diferenciações regionais, ele (o sertão) imprime também um aspecto de subordinação, diante da tarefa de adentrá-lo ou decifrá-lo. Nesse contexto, a colonização se faz presente em múltiplas esferas de ação, pois suas influências desencadearam formas de concepção de outras terras e povos, estranhos a seus colonizadores, ou ainda investigadores, como acontece no conceito de sertão.

Dessarte, a ideia de sertão é acompanhada de questões adjacentes, que incidem em suas propostas de mobilização. Se acionado como uma categoria ou classificação regional informal, esta localidade apenas alcança suas projeções por meio das representações elaboradas a partir de interpretações realizadas também sobre seus habitantes. Dessa forma, o sujeito sertanejo apresenta consigo características justificadoras, que servem como base para narrativas sobre o outro geográfico (Moraes, 2003). Essas questões se tornam pertinentes para o exercício de compreensão do mundo-sertão, sabendo-se que a alteridade presente no significado do termo contribuiu para o imaginário ainda corrente sobre o interior do Brasil. Tendo em vista esses pontos, as discussões acerca do sujeito sertanejo aparecem como mais um pilar de investigação, ao se aspirar um olhar mais aprofundado sobre o sertão, enquanto conceito. Assim, essas indagações traçam as discussões presentes no próximo capítulo, no qual as diferentes formas de representação do sertanejo serão esmiuçadas, considerando a perspectiva de dois intelectuais do final do século XIX e início do século XX.

### 3 O SERTÃO E SEUS PERSONAGENS: O HOMEM DA TERRA E O DESBRAVADOR PAULISTA

#### 3.1 Entre o cenário e a categoria: um imaginário

Em meio às discussões que cercam a palavra sertão, torna-se imprescindível se debruçar sobre as interpretações realizadas no campo literário sobre o termo. Tendo em consideração as aproximações entre a literatura e as ciências sociais, observa-se que as narrativas que abordam o interior do país buscam também apresentar um panorama nacional, diante das controvérsias encontradas na formação e consolidação da ideia de nação.

No que tange a relação entre sertão e literatura, Albertina Vicentini (1998) realiza um panorama sobre as associações entre esses conceitos e explana de que modo, no Brasil, algumas correntes literárias fundamentaram suas temáticas nas especificidades encontradas e ressaltadas no sertão. Dessa forma, ao referir-se às características aparentes na literatura regionalista, Vicentini avalia essa vertente como um movimento que tem como predominância os cenários do Centro-Oeste, Norte, Nordeste e Sul, trazendo ainda como plano paisagens rurais, somadas a costumes rústicos. Essa sequência de elementos, que recorrentemente aparecem nas obras regionalistas, demonstram uma certa atenção e apreensão de mundo, no qual o aspecto regional é valorizado e assume o protagonismo literário, ao invés do critério estilístico.

Além disso, em relação ao contexto de produção de um retrato sobre uma determinada localidade, segundo a visão de Vicentini, a literatura sertaneja tende a se atualizar, incorporando ainda aspectos que justifiquem seu elemento regional, o que ocorre, conseqüentemente, com uso da *mimesis* como recurso narrativo para a projeção de uma conjuntura sócio-espacial. Logo, o uso da verossimilhança se faz presente como forma de transmissão das especificidades daquele meio, de maneira que tem-se como desdobramentos a criação de figuras estereotipadas, também denominadas de sujeitos sertanejos. Assim, a autora afirma:

A literatura regionalista trabalha sempre a um passo da estereotopia da paisagem, da personagem e da ação, da reprodução da linguagem, seguindo de perto o imaginário que se encontra pronto - matéria feita, elaborada pela realidade na sua concretude física e pela história e pelo pensamento social nos seus valores (1998, p. 42)

Essa observação sugere o papel narrativo dos autores da literatura regionalista, que, ao recriarem um cenário sertanejo, o fazem por meio de figuras envoltas de aspectos ambíguos, de modo a estabelecerem um imaginário marcado por características reducionistas, ao mesmo tempo que definidoras. Com isso, pode-se ainda analisar que os escritores dessas correntes apresentam em suas obras conjunturas passíveis de diferentes interpretações, embora, em última

instância, se direcionassem a seus pares intelectuais, que também podem ser vistos como narradores de um espectro de nação. Nesse sentido, os escritores da virada do século XX, no Brasil, retrataram percepções acerca das diferenças regionais, em que a produção cultural aparece como o grande propagador de imaginários. Tendo em vista essas questões, a literatura passou a esboçar os principais cenários sertanejos e seus habitantes. Conforme continua Vicentini:

Os cangaceiros, boiadeiros, caatinga, veredas, jagunços, guerras e lutas no sertão, tropeiros, pagodes, festas de santos, quadrilhas, benzeduras, superstições, vaquejadas, corridas, mortes, violência, assombramentos, amores passionais, coronéis, cavaleiros, heróis, desvalidos, engenhos, parceiros, camaradas, rios, sóis, arroz com pequi etc., acabam por ser tão pouco diferentes e tão pouco na qualidade, que terminam iguais em todos eles, de Bernardo Guimarães a Hugo de Carvalho Ramos, de Graciliano Ramos a Guimarães Rosa (1998, p. 42)

Essa coleção de tipos e imagens estereotipadas demonstram um movimento de rearranjo da narrativa nacional, no qual distintas visões são alocadas em um mesmo enquadramento, para que assim as contraposições culturais se tornassem mais evidentes, se analisadas por meio de um panorama nacional. As diferentes perspectivas sobre o sertão se tornam uma mesma percepção de alteridade, baseada em elementos que, unidos, se opõem a uma outra forma de se projetar o país, mais silenciosa e invisível: litoral e urbana.

Nesse contexto, Albertina Vicentini avalia que a gama de estereótipos produzidos por meio das obras literárias apresentam um lado negativo, no qual a inventividade e a renovação estariam limitadas em razão do persistente imaginário, reforçado muitas vezes sem algum sentido político ou social a essas criações (1998). Sendo assim, surge o questionamento quanto às pretensões de elaboração de personagens e cenários com os mesmos tipos de configuração. Isso porque, conforme Vicentini detalha, essas projeções têm como consequência descrições reducionistas, que se tornam “signos representativos de uma mesma região” (1998, p. 43), aproximando-se de uma linha tênue equivocada, que retira sutilmente o caráter literário dessas obras, transformando-as em uma vertente tradicionalista. Contudo, há de se considerar que, em meio a essas problemáticas, alguns autores se sobressaíram, e conseguiram desenvolver a temática sertaneja de modo singular ou apresentaram a renovação de alguns paradigmas. Escritores como Graciliano Ramos e Guimarães Rosa enunciaram esse quadro distintivo, demonstrando as possibilidades literárias diante do uso da realidade como conjuntura de elaboração narrativa.

Desse ponto, Albertina Vicentini observa as questões referentes ao papel da alteridade na construção da ideia de sertão. Segundo a visão da autora, a literatura sertaneja, enquanto tal, não consegue existir apenas como representação letrada de um mundo iletrado (1998). Sendo

assim, as produções literárias dessa corrente, ao acompanharem as regras estilísticas esperadas da literatura urbana, evidenciam uma expectativa de produção e recepção, na qual, de modo subjetivo, o escritor cria obras voltadas aos seus pares, apresentando o sertão desconhecido como um outro geográfico em estágios de aproximação com o litoral, ainda que consideradas as diferenças. Com isso, Vicentini declara: “o mundo da literatura sertaneja é o mundo do escritor cidadão fingindo de sertanejo que escreve para um leitor também ele cidadão, a respeito de uma cultura diferente da sua” (1998, p. 44).

Ademais, de acordo com Vicentini, as interpretações que envolvem a palavra sertão imprimem ainda o peso da colonização e das relações de poder subjacentes com o colonizador (1998), em que o próprio termo se torna um substantivo-símbolo que condensa uma visão externa, dominante sobre determinada região e seus habitantes. Logo, nesse contexto, lança-se mão de uma forma de hierarquia que estrutura as percepções sobre esses espaços e suas condições em relação a outra parte do país. Nesse sentido, o termo sertão também apresenta como significado aspectos que o inserem numa conjuntura de subversão, como uma ampla lacuna territorial, indomável aos desígnios do colonizador, o que, posteriormente, reverbera nas narrativas desenvolvidas baseadas nesse universo. Contraditoriamente, esses mesmos elementos são responsáveis por alçar o tipo sertanejo como uma figura representativa da nacionalidade brasileira.

Dessarte, Custódia Sena também analisa a noção de sertão, ressaltando seu papel desde a instauração da República, na construção da identidade nacional, apontando sua presença recorrente em produções culturais, com ênfase na literatura do início do século XX (1998). Nesse contexto, Sena avalia o termo sertão como uma categoria de pensamento coletivo, utilizada como modo de compreensão do Brasil, envolta de significados diversos, mas que tem como resultado uma possível visão da sociedade brasileira.

Para tanto, em um primeiro momento a autora realiza uma aproximação entre a antropologia e a literatura, em que, observando o caráter interpretativo-cultural presente nos primeiros trabalhos antropológicos, as etnografias foram produzidas como textos repousados no aspecto narrativo concebido por seus pesquisadores. Nessas obras, encontram-se processos de descrição e interpretação que entrelaçam as duas áreas, de modo que também as habilidades de escrita dos pesquisadores demonstram a fluidez e a interdisciplinaridade que ocorre entre esses campos. A despeito do rigor dos métodos de produção das obras de cada um desses campo de saber, a influência dos aspectos literários será verificada constantemente, o que resultará numa relação histórica encontrada, principalmente, entre as áreas de literatura e pensamento social brasileiro, desde o final do século XIX (Sena, 1998).

Ao acionar Antônio Cândido para fundamentar essas concepções, Sena analisa o processo de elaboração de uma reflexão sociológica-científica no Brasil como tardia, ao passo que a literatura assumiu este posto nos primeiros movimentos de interpretação do país (1998). Esses elementos se tornaram base para uma produção literária voltada para temáticas que retratavam o interior do país e suas problemáticas. A literatura, nessa conjuntura, transformou-se no campo de saber responsável por investigar, descortinar e construir as concepções sobre a nação, articulando esferas distintas e transmitindo uma mentalidade social, até aquele instante ignoradas.

Com isso, o gênero ensaio aparece como o entrelaçamento das necessidades de descrição e análise social, considerando-se os aspectos científicos e literários orientadores, afinal, do pensamento social brasileiro (1998). A construção de um imaginário a partir de obras desse gênero demonstra a influência da literatura no Brasil, ainda no final do século XIX, que condiciona a construção de conhecimento em outras esferas. Pode-se sugerir, então, o uso da literatura nesse contexto como um recurso de desenvolvimento de uma perspectiva de formação histórica, em que as incertezas podem ser ajustadas ou adaptadas por meio do aspecto ficcional presente nas obras, literárias ou ensaísticas.

Levando em consideração essas questões, Custódia Sena discute o peso de algumas representações coletivas no imaginário social, interpelando o privilégio de algumas figuras, tanto nas artes quanto nas ciências sociais. Desse ponto, Sena insere a ideia de sertão, fundamentando-a em uma conjuntura de construção de percepções sobre o Brasil no período da recém-República. Assim, de acordo como as visões da autora, o sertão não pode ser compreendido como uma escolha estritamente arbitrária, mas sim uma autorreflexão do sujeito brasileiro, que ao se colocar no papel de investigador da nação, resolve analisar a si, tendo em conta fatos e ideias de sua sociedade (1998). Dessa forma, o sertanejo surge como uma referência às diferenças indicadas na ideia de povo brasileiro. Com isso, Sena afirma: “o antropólogo brasileiro, como de resto dos intelectuais do país, enfrenta um duplo dilaceramento: por um lado a cultura europeia mascara nele o sertanejo, dentro do próprio país; por outro, ela o evidencia, perante o olhar da sociedade europeia” (1998, p. 22). Esse lugar conflituoso sugere, assim, um cenário de instabilidade prévio, com o qual as percepções sobre o país foram se solidificando gradualmente, para, afinal, criarem imaginários e representações sobre contextos territoriais brasileiros e seus habitantes. Nesse sentido, o poder da narrativa se mostra nítido para a construção de bases para a formação da corrente de pensamento social brasileiro, na qual essas discussões se colocam como pilares para se apreender o Brasil, nos moldes de uma nação.

A partir desses pontos, Sena aprofunda mais uma vez suas observações sobre o sertão, no qual a vertente literária aparece como a mais sensível tentativa de compor e apreender essa localidade. Desse modo, a autora investiga os possíveis contornos da ideia de sertão, considerando-o como um termo que abrange uma “pluralidade de significados” (1998, p. 22). Nessa conjuntura, o aspecto de estranheza surge como um elemento que distancia o narrador de seu termo observado, compreendendo que essa distinção aparece como uma forma de separação entre quem não se sente parte do cenário sertanejo, mas que decide retratá-lo. Por essa razão, a surpresa de se reconhecer tão brasileiro como o sertanejo ocorre aos poucos, num movimento de autoidentificação, em que este processo é percebido por meio das indagações presentes nas obras literárias ali encenadas. Os questionamentos sobre o sertão, nessas obras, se tornam as características mais aproximadas das provocações que geram uma linha de pensamento comum em meio aos diversos significados atribuídos ao termo. Assim, Custódia Sena analisa: “O sertão é, simultaneamente, singular e plural, é um e muitos, é geral e específico, é um lugar e um tempo, um modo de ser e um modo de viver, é o passado sempre presente, o fora do tempo, o que não está nunca onde está” (1998, p. 23)

Entre os escritores que realizam a elaboração do sertão, Euclides da Cunha apresenta-se como o precursor a analisar o termo como uma referência a um lugar geográfico, olhar esse que, posteriormente, se altera, avaliando-o como uma forma de organização social específica (1998). Dessas percepções resultam-se a concepção de descoberta do sertão, que passa a ser visto como um outro Brasil. Assim, o estranhamento ressurgiu como um recurso discursivo, que ressalta as diferenças, no entanto, entre o sertão e o projeto republicano de pátria. Esse afastamento conduz à concepção conflituosa que se estabelece dentro da ideia de sertão, na qual, diante dos aspectos de atraso e ausências, o brasileiro genuíno se apresenta (1998), posto que esse é um tema que reverbera na visão intelectual brasileira acerca da formação do povo, enquanto elemento da nacionalidade.

Com bases nessas questões, percebe-se que as descrições sobre o sertão envolvem um progresso de associação de outras descrições e ideias, tendo-se como consequência uma adequação do significado do termo para o objetivo narrativo conveniente aos escritores preocupados com a temática. Em meio a criação de imaginários estereotipados, o mundo sertanejo e seus habitantes apenas puderam ser vistos através de um exercício autorreflexivo, alicerçado nas contradições culturais entre os litorais, que também podem ser diversos, mas que aqui se tornam uno, para equivalerem a ideia de sertão. Logo, o aspecto literário presente intrinsecamente na palavra permite sua entrada, de modo correspondente, em outros debates, caros à nação. Dessa forma, de acordo com a visão de Sena, “o que se busca no sertão é o Brasil



e o brasileiro” (1998, p. 24), ainda que considerando todas as controvérsias. Posto isso, a autora infere: “o sertão é uma forma de ser, é aquilo que, dentro de nós, nos distingue, ontem e permanentemente, como brasileiros (1998, p. 24).

Sob a óptica de Ana Carolina Negrão Berlim de Andrade, as concepções em torno da ideia de sertão estariam associadas a debates relacionados a produções regionalistas, nas quais os significados empregados ao termo, além de conceber a visão espacial de um lugar esvaziado, passa também a considerar um cenário marcado pela seca e suas consequências (2019). Assim, para a autora, a concepção de sertão está atrelada a diacrônica transformação do uso da palavra, que posteriormente passa a simbolizar aspectos distintos do interior do Brasil. Nesse sentido, Andrade se atém à origem etimológica do termo, em que, segundo sua observação, a possível raiz angolana teria como grafia primeira *certão*, advindo de *mulceltão*, referindo-se a regiões distantes da costa (2019).

Com base nesse ponto inicial, Ana Carolina de Andrade ressalta diferentes significados atribuídos à palavra sertão, nos quais, a constituição do bioma se faz presente como elemento relevante para a sua composição sócio-espacial. Entre as imagens de região agreste, coberta por mato, preparada para cultivo e criação de gado, simultaneamente tem-se como representação de sertão os cenários ligados à caatinga, e de forma mais intensa, à seca (2019). Essas percepções indicam uma apreensão sobre as partes internas do país, em que a natureza se mostra como um personagem coadjuvante, que impacta na construção da ideia de interior. Assim, o sertão aparece como uma elaboração discursiva voltada para os aspectos destoantes do litoral, sustentando uma proposta de narrativa que idealiza a nação brasileira como um encontro entre o genuíno interior, dotado de características ainda desconhecidas, e região costeira, marcada pelo intercâmbio com as ideias advindas dos centros ocidentais, principalmente a Europa. Desse modo, é possível também compreender a palavra sertão como uma substantivação de uma forma de pensamento, oriunda de um grupo dominante da sociedade, com relação a seus opostos.

Com base nessa questão, Andrade insere o ponto de vista de Darcy Ribeiro na discussão sobre a ideia de sertão. Com uma abordagem distinta dos demais autores referenciados, Ribeiro confirma a existência de uma localidade sertaneja, sendo esta justificada pelas representações associadas ao termo e seus derivados (2019). Seguindo esta perspectiva, o sertão seria resultado de um projeto histórico-social amparado em confluências climáticas, geográficas e de ações de exploração ou descaso com essas regiões. Conseqüentemente, as populações ocupantes dessas localidades portariam características que as enquadrariam na figura sertaneja.

Todavia, ao avaliar as concepções gerais acerca da ideia de sertão, Andrade ressalta que ambas as perspectivas o consideram uma região de oposição (2019), sujeita assim aos

construtos narrativos que retratam as diferenças locais, salientando os aspectos do interior do país. Assim, diante das discussões presentes, a autora verifica a elaboração de um pensamento geográfico, no qual se estabelece uma relação paisagem-imagem, que conseqüentemente, influencia na formulação de um imaginário comum à concepção de sertão. Posto isso, Ana Carolina de Andrade considera que “as manifestações culturais colaboram na criação de uma imagem do sertão, cuja literatura, mesmo *in situ*, é influenciada por elas” (2019, p. 82). E continua: “a literatura, em conjunto com os outros construtos discursivos, contribuiu na elaboração de textos e imagens sobre o sertão, além de fornecer ou renovar parâmetros, valores e conceitos culturais acerca do espaço sertanejo” (2019, p. 82).

Desse modo, o campo literário aparece como um espaço aberto à representação do sertão, em que há um movimento cíclico, fundamentado nas tradições representativas. A representação, neste caso, consolida visões pré-estabelecidas sobre o cenário sertanejo, possibilitando ainda a recriação de projeções por meio das interpretações pessoais de cada autor. Ainda nesse movimento, percebe-se que uma mentalidade sistematizada por esses mesmos elementos corrobora para as imagens difundidas sobre a localidade sertaneja.

Dessarte, observa-se que as imagens do sertão se estabeleceram por meio de narrativas que tiveram como finalidade abordar aspectos transversais ao contexto histórico-social brasileiro, ressaltando outras partes do país, para além do litoral. Desse modo, ressalta-se o regionalismo como um movimento direcionador desses debates.

A partir desse ponto, Juliana Santini se debruça sobre a literatura regionalista (2009), e a avalia como uma vertente literária amparada por um jogo dialético, no qual tem-se como características a presença de formas estilísticas europeias simultâneas a descrições de uma localidade específica. Nesse contexto, o regionalismo se coloca como também uma possibilidade de representação da ideia de nacionalidade, sendo o sertão o espaço onde os fatos acontecem.

Assim, embora considerada eventualmente como anacrônica e pitoresca (Santini, 2009), a literatura regionalista lança mão de elementos que aparecem no percurso histórico da literatura brasileira, e que sofrem um movimento de alternância. Observa-se nesse modelo uma espécie de paradigma da representação da brasilidade, que, apesar dos estereótipos, permanece como uma das perspectivas clássicas de interpretação do país. Nesse contexto, o regionalismo se estabelece, ainda no século XX, como uma forma de incorporação e representação de regiões, ao passo que transmite as alterações sociais e políticas ali ocorridas. Além disso, esse movimento evidencia rupturas culturais e de visões de mundo, diante de um processo histórico de desenvolvimento.

Desse modo, ao abordar a geração de literatura regionalista do início do século XX, Santini apresenta a perspectiva de uma produção literária que se opõe às características do processo de modernização e industrialização, intensos naquele momento. Com isso, o regionalismo é exposto como um movimento voltado para os aspectos internos do país, em contraste com as demandas culturais advindas da Europa. Conseqüentemente, a figura do sujeito interiorano assume um papel de representação desses elementos, e dessa conjuntura. Seus traços passam a delinear um imaginário sobre uma região do país afetada pela ausência de investimentos econômico, político, educacional, embora resguarde aspectos que serão mobilizados como modelo de interpretação do Brasil.

A exposição de contradições e desigualdades opera, nessas produções, como um retrato nacional, baseado tanto em trabalhos de ficção realista como em obras de objetivo científico, principalmente de cunho sociológico. Sendo assim, o termo literatura pode ser apreendido de maneira mais ampla, em que outros gêneros se debruçam pela temática regional, embora não se enquadrem, especificamente, na concepção de literatura regionalista.

### **3.2 Dos atrasos à autenticidade: o mundo sertanejo de Euclides da Cunha**

Euclides da Cunha tem como uma de suas principais características inaugurar de modo contundente o imaginário brasileiro sobre a ideia de sertão. A partir das narrativas apresentadas em “Os Sertões”, a figura do sertanejo no Brasil se tornou alvo de observações e análises, marcadas tanto pelos impactos da República recém-instaurada, quanto pelas conseqüências da administração militar num primeiro momento. O cenário descrito por Cunha expõe um país ainda desconhecido, traçado por abandono e ausências. Logo, o sujeito ali inserido apresenta e representa os aspectos apreendidos pelo autor, de acordo com suas perspectivas, mas que foram propagadas por meio de um processo de interpretação de personagens também denominados como tipos nacionais, ainda que em viés negativo.

Dessarte, na seção “O Homem”, Cunha se despende a escrever acerca da formação etnológica do Brasil. Com o intuito de unir algumas linhas de pensamento sobre a temática, o autor se inclina, de modo inicial, à gênese das raças mestiças (2019), em que classifica essa investigação como um problema desafiador para a nação. Essa concepção pode estar relacionada ao conflituoso cenário experienciado por Cunha, ao ter contato com a população do interior do país.

Em momentos prévios de análise sobre o tipo etnológico brasileiro, Cunha esmiúça a composição racial do país, na qual apresenta três elementos. Sendo o primeiro os povos originários, tem-se como aspecto relevante de sua argumentação a ideia da existência do *Homo americanus* dissociada dos povos da Ásia Central. Assim, os indígenas são apresentados como os primeiros ocupantes das Américas, o que indicaria também um domínio sobre a terra e seus saberes. Com isso, o autor define: “os nossos silvícolas, com seus frisantes caracteres antropológicos, podem ser considerados tipos evanescentes de velhas raças autóctones da nossa terra” (Cunha, 2019, p. 110).

No tocante ao elemento africano, o autor avalia que, em razão da seleção natural, os aspectos preservados a esse tipo seriam a força e a ferocidade, como características de sobrevivência que potencializaram a permanência deste povo. Esta visão, conforme Cunha explica, aproxima-se das pesquisas realizadas por Raimundo Nina Rodrigues, que salientam estágios distintos para cada um dos elementos raciais brasileiros. Dessa forma, o elemento branco aparece como um terceiro componente, apontado como o aspecto intelectual valorativo para criação de um povo.

Todavia, após avaliar e conceder características aos designados tipos etnológicos, Euclides da Cunha analisa o entrelaçamento destes como uma miscigenação entre elementos de níveis distintos, com relação principalmente a questões físicas e psíquicas (2019). Esses fatores somam-se ainda às instabilidades do meio, do clima e das condições de vida, que sugere, na concepção do autor, consequências negativas, que colocariam o sujeito brasileiro em desvantagem. O malefício indicado por Cunha tem por fundamento as combinações imprevisíveis das raças, em que os gens positivos, resultantes da seleção natural, não apareceriam obrigatoriamente nessa população. A grande questão, evidente nos argumentos do autor, está no inesperado desdobramento das combinações raciais, em que não haveria um controle dos gens herdados nesse processo. Desse modo, pode-se inferir que o receio de Cunha se mostra na imprevisibilidade da formação etnológica brasileira, em que, até aquele instante, eram desconhecidos. A adoção do evolucionismo social, neste caso, conduz a um imaginário de riscos no que se refere a composição e consolidação de povo, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Essa concepção, ainda que intrinsecamente, mobiliza a ideia de eugenia, presente em discursos e investigações científicas entre os séculos XIX e século XX.

Segundo Maria Eunice Maciel, a eugenia é um conjunto de pensamentos e práticas que tiveram como objetivo o aprimoramento da raça humana (1999). Criada por Francis Galton, essas ideias, embora controversas dentro do pensamento científico, funcionaram como “justificativa para práticas discriminatórias e racistas” (Maciel, 1999, p. 121). Partindo de uma

concepção europeia de análise genética sobre o comportamento humano, essa visão resultou em regimes totalitários, como o fascismo e o nazismo. Dessa maneira, ao ser adaptada para o contexto brasileiro, ainda no início do século XX, a eugenia serviu como um caminho interpretativo para o quadro brasileiro da época. Tendo em vista a percepção de atraso, vinculada a população do Brasil daquele contexto, de acordo com os pressupostos eugênicos, os aspectos hereditários interfeririam nas condições de vida dos indivíduos, de modo que haveria uma forma de classificação, baseada em critérios específicos. Essa visão contribuía para uma ideia de predestinação, relacionada tanto aos êxitos quanto aos insucessos ou moléstias sofridas pelo povo. Sendo assim, para Maciel, a superioridade e a inferioridade de uma população estariam determinadas a partir de sua origem familiar/genética, o que mais a frente explicará as circunstâncias de atraso no Brasil, dentro da concepção eugênica.

O movimento eugenista defendia práticas para extinguir indivíduos percebidos como indesejáveis. O objetivo de sanar populações, considerando esses aspectos, se ampliava às raças, em sentido de classificação e hierarquização racial (Maciel, 1999). Apontando para o tipo europeu como uma meta para a ideia de pureza genética, os demais tipos apresentariam elementos perigosos, que atingiriam questões de saúde e moralidade. Por essa razão, políticas públicas foram elaboradas, tendo como finalidade um dual processo de estímulo à procriação dos grupos considerados superiores, e a inversa inibição dos contingentes inferiorizados, com o objetivo até de extinção.

O caráter mestiço da população brasileira, no início do século XX, era um aspecto que evidenciava o conflito entre as reflexões sobre o futuro da nação e o crescimento populacional estimado. O entrelaçamento de raças indicava uma situação pior do que a classificação de grupos ou raças inferiores, pois, segundo o conceito de eugenia, provocaria a degeneração dos indivíduos, sem contar os elementos imprevisíveis da mestiçagem (1999). Logo, o Brasil se encontraria em um quadro prejudicado, em razão de sua conjuntura majoritariamente miscigenada.

Com base nesses princípios, referindo-se ao caso do Brasil, a associação entre raça, eugenia e nacionalidade propiciou o interesse de intelectuais, e causou a construção de linhas de pensamento preocupadas em salvar o país de um quadro iminente, no tocante as características já percebidas. Avaliando esses pontos, Maciel verifica que no contexto brasileiro a situação vigente apresentava caráter ambíguo, em que intelectuais precisaram elaborar alternativas para aquele cenário, ponderando sobre o futuro do país, e tendo em conta o quadro brasileiro, incompatível com os ideais de progresso (1999). Essas alternativas propuseram possibilidades de civilização, dentro dos paradigmas científicos do período. Consequentemente,

essas ideias passaram a preconizar formas de hierarquização racial, o que colaborou para uma visão desigual sobre determinados grupos da sociedade.

A partir de discussões sobre o pensamento eugênico no Brasil, e relação desse pensamento com a construção de um imaginário de incertezas no que se refere ao futuro do povo brasileiro, é possível verificar no ensaio as preocupações de Euclides da Cunha para com os desdobramentos imprecisos, diante do enquadramento encontrado por ele no interior do país. Deve-se salientar que esta visão compreende uma das latentes interpretações sobre a formação e consolidação social brasileira, mas que está sujeita a postulações, como será apresentado posteriormente.

No que tange às consequências da miscigenação, em meio às indagações desenvolvidas por Cunha, tem-se simultaneamente um olhar ambíguo para essa questão, na qual os resultados advindos das combinações das raças não confirmam o total fracasso desse processo, de forma objetiva. Na verdade, segundo a percepção do autor, esse entrelace tem como desdobramento outras três subformações: o cafuz, o mameluco e o mulato (2019). Sendo estes tipos derivados, a mestiçagem ocorreria de forma embaralhada, o que sugeria uma investigação acerca da ideia de brasileiro. Dessa forma, Euclides da Cunha vê o brasileiro como tipo etnológico inconclusivo, decorrente de um movimento complexo de miscigenação. Não só isso, conforme segue o autor, “teoricamente ele (o brasileiro) seria pardo, para que convergem os cruzamentos do mulato, do curiboca e do cafuz (2019, p. 112).

Diante das investigações em torno do tipo brasileiro, Cunha destaca as diferentes concepções sobre o tema, que se ajustam às visões difundidas por antropólogos coevos, mas também apresentam justificativas questionáveis. Em meio a ideias, como o embranquecimento da população e a consolidação do mulato como tipo mais característico das subcategorias, ou o retorno do predomínio indígena no território, Cunha aponta para essas perspectivas como uma concepção una de raça brasileira, mas que não se concretiza efetivamente (2019). Conforme argumenta, o autor considera que o tipo etnológico brasileiro é resultado de uma raça histórica ainda em processo, não podendo ser pensado sem todos os aspectos externos que a compõem. Além disso, para um desenvolvimento biológico, tal qual esperado por ele, torna-se necessária a “garantida da evolução social” (2019, p. 114), amparada pelo processo civilizatório, ideal propagado àquelas circunstâncias. Assim, Cunha declara: “Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos. A afirmativa é segura” (2019, p. 114). Outro aspecto salientado pelo autor é a instabilidade do meio, que ocorre ao longo do território. Essas diferenças, segundo ele, trariam disparidades, afetando os tipos étnicos derivados que compõem

a população brasileira. Não por menos, Cunha define o meio físico como “elemento igualmente ponderável” (2019, p. 114) aos elementos etnológicos do povo brasileiro.

Assim, ao se debruçar sobre as questões do meio físico brasileiro, Euclides da Cunha frisa as mudanças bruscas encontradas em toda a extensão do território, em que as diferenças se evidenciam mediante a um reduzido percurso no sentido Oeste do país. Para tanto, inicialmente o autor avalia a localização do Brasil com relação às divisões do globo terrestre, para, em seguida, analisar as interferências que essas demarcações apresentam nas instabilidades de ambiente e clima. Com esse intuito, Cunha considera as condições climáticas como um reflexo das características do meio, diante das alterações de temperatura a partir do distanciamento da linha do Equador.

Todavia, não apenas esses aspectos, mas o movimento de entrada ao interior do país mostra, segundo ele, uma transformação abrupta de cenário, em que as paisagens costeiras e de mata dão lugar a extensões desérticas, num trajeto breve. Desse modo, o autor descreve:

Revela-o curta viagem para o ocidente, a partir de um ponto qualquer daquela costa. Quebra-se o encanto de ilusão belíssima. A natureza empobrece-se; despe-se das grandes matas; abdica o fastígio das montanhas; erma-se e deprime-se - transmudando-se nos sertões exsicados e bárbaros, onde correm rios efêmeros, e destacam-se um chapadas nuas, sucedendo-se, indefinidas, formando o palco desmedido para os quadros dolorosos das secas. (Cunha, 2019, p. 115-116)

O trecho acima aponta para uma percepção baseada num percurso ao desconhecido, mas que previamente esboça um aspecto árduo para as circunstâncias encontradas no sertão. Ao detalhar as contradições entre os cenários do litoral e do interior, Cunha introduz e sustenta a perspectiva das influências do meio físico nas condições climáticas, e conseqüentemente no modo como os habitantes, expostos àquelas conjunturas, construiriam o futuro do país. Assim, o autor ressalta as diferenças regionais entre a costa e os sertões, em que este último, embora plural, configure aspectos em oposição ao litoral. Com isso, Cunha continua: “O contraste é empolgante. Distantes menos de cinquenta léguas, apresentam-se regiões de todo opostas, criando opostas condições de vida. Entra-se, de surpresa, no deserto” (2019, p. 116). A partir dessas observações, é possível considerar a visão de contraposição que se estenderá na perspectiva de Euclides da Cunha acerca da estrutura ambiental brasileira, na qual as diferenças se acentuarão, desenhando um quadro de contrariedades para justificar defasagens no processo de formação e crescimento do contingente populacional.

Ao esmiuçar as distinções geográficas do país, Cunha apresenta um panorama de divisões, referentes aos conhecimentos científicos até aquele momento estabelecidos. Assim, as delimitações climatológicas aparecem como aspectos relevantes, ressaltados pela posição de

cada região com relação ao globo (2019). Nesse contexto, as diferenças entre litoral e sertão intensificam-se ao serem acrescidas pelas divisões Norte-Sul. Por salientar essas oposições, Cunha se debruça sobre a parte central do território, em que as características do meio embasam essas concepções. A região de Mato Grosso é vista como uma localidade emblemática, que constitui majoritariamente os aspectos relacionados à ideia de instabilidade meteorológica, como descreve o autor. As condições geológicas, com amplitudes termométricas, têm como efeito um regime climático atroz e imprevisível. Essas circunstâncias têm como consequência impactos nas relações mesológicas, pois resultam, de acordo com Cunha, num regime anômalo meteorológico, que caracteriza a variabilidade climática existente nessa parte do território. As intempéries, nesse contexto, sinalizam o aspecto imprevisível do clima brasileiro, que dificulta as perspectivas de domínio daquela localidade. Desse modo, Euclides da Cunha detalha:

A sua feição aparente é a de benignidade extrema - a terra afeiçoada à vida; natureza fecunda erguida na apoteose triunfal dos dias deslumbrantes e calmos; e o solo abrolhando em vegetação fantástica - farto, irrigado de rios de irradiam pelos quatro pontos cardeais. Mas esta placidez opulenta esconde, paradoxalmente, germens de cataclismo, que irrompendo, sempre com um ritmo inquebrantável, no estio, traindo-se nos mesmos prenúncios infalíveis, ali tombam com finalidade irresistível de uma lei (2019, p. 118)

As alterações climáticas descritas acima demonstram como Cunha avalia o elemento meteorológico como um dos aspectos responsáveis pelas adversidades encontradas no processo de desenvolvimento populacional. Adentrar regiões caracterizadas pelas incertezas do meio pode ser visto como um processo constituído de obstáculos, mas que fazem parte do movimento de ampliação do território nacional, em que a natureza aparece como um elemento importante para a formação social brasileira. Assim, a ideia de relação mesológica se torna um caminho para se compreender as perspectivas de Cunha no que tange às possibilidades de crescimento e desenvolvimento da nação. Entre cataclismos e intempéries, o sertão se apresenta como uma terra intempestiva, em que também tem-se um retrato do Brasil.

Além do clima instável da região de Mato Grosso, Cunha descreve as intempéries que se concentravam ao Norte do país. Conforme apresenta as sequências meteorológicas, o autor relaciona as alterações repentinas do clima com o surgimento de patologias. Assim, a umidade do ar aparece como uma das possíveis causas de sentimentos como depressão e fadiga, o que, conseqüentemente, levaria a outros transtornos emocionais e de comportamento. Todos esses elementos culminariam numa conjuntura imprevisível, mas que influenciaria e interferiria na conduta dos que viviam nessas localidades. Segundo Cunha, “toda a atividade (nessas regiões) cede ao permanente desequilíbrio entre energias impulsivas das funções periféricas fortemente excitadas e a apatia das funções centrais: inteligências marásticas, adormidas sob o explodir das



paixões (...)” (2019, p. 122). Essas observações sugerem a associação entre o aspecto geográfico e as moléstias desencadeadas nos indivíduos, em razão do contato com aquele meio. Aqui, o determinismo se apresenta como justificativa para tantos casos de prejuízo à saúde como para os danos aos aspectos morais, considerando os efeitos do meio. Logo, as premissas do sertão indicam-o como uma extensão de terra indomada e rude, que agride quem tenta adentrá-lo, precisando, desse modo, sobreviver e se adaptar a região, para enfim dominá-la.

A partir dessas percepções, Cunha exprime ainda uma visão de preocupação como o movimento de Entradas para o interior do Brasil, precisamente ao Norte. A questão climática mostra-se como um obstáculo de povoamento, que, embora continue por meio das missões realizadas pelos bandeirantes, seriam afetadas pela exposição ao forte calor, com o passar dos anos. Assim, com base na ideia de seleção natural, Cunha avalia que, diante de um ambiente extremo, as características a sobressaírem estariam relacionadas à autopreservação. Com isso, entre a fortaleza moral e a adaptação às condições do ambiente, a última opção prevaleceria (2019). Nesse contexto, observando os estágios das raças adotados pelo autor ao analisar os tipos etnológicos brasileiros, as características meteorológicas interferiram nas capacidades físicas e de inteligência do português (branco), de modo que os silvícolas<sup>4</sup> passariam a dominar aquela região em sobreposição aos potenciais dominadores, como pode-se observar:

o português no Amazonas, se foge ao cruzamento, no fim de poucas gerações tem alterado os caracteres físicos e morais de uma maneira profunda, desde tez, que se acobreia pelos sóis e pela eliminação incompleta do carbono, ao temperamento, que se debilita despido das qualidades primitivas. A raça inferior, o selvagem bronco, domina-o; aliado ao meio vence-o, esmaga-o, anula-o na concorrência formidável ao impaludismo, ao reumatismo, às pirexias esgotantes, às canículas, e aos alagadiços maleitosos (2019, p. 122-123).

Diante do contexto de questões de raças e disputas por extensões de terra, Cunha desenvolve a origem da população sertaneja, desprendendo-se da parte Norte do país, e direcionando suas análises para as regiões subtropicais. A mudança de localização, para o autor, é o que contribui para a constituição de um contingente que apresentará, a seu ver, uma representação da autêntica nacionalidade.

Todavia, para realizar o exercício de análise, Cunha retorna aos aspectos geográficos que colaboraram para esse novo quadro. Segundo o autor, o Rio São Francisco tem um papel fundamental para a formação social das regiões interioranas. A partir de sua longa extensão, o Rio possibilitou a aproximação entre populações de pontos do território, podendo até mesmo ser considerado um unificador étnico da nação (2019). Assim, quando começam as Entradas e

---

<sup>4</sup> Termo que também designa indígenas.

Bandeiras, o entorno do Rio passa a ser ocupado por migrantes, que anteriormente viviam no litoral, ou na busca por ouro nas minas de exploração. Com isso, o autor ressalta que este processo de povoamento caracteriza-se pelo aspecto de tranquilidade e pela regímen pastoril que passam a exercer. Dessa configuração surge a zona de gado, amparada pelas vilas e cidades criadas em consequência das Entradas. Ao desenhar essa formação social do interior do Brasil, salienta ainda que, pela origem paulista dessa população, haveria nesse grupo um aspecto varonil, decorrente do caráter aventureiro de seus antepassados, os bandeirantes.

Nesse sentido, percebe-se que Euclides da Cunha, ao compor a ideia de sertanejo, em princípio, o separa a depender da região em que vive. Associando seu comportamento às questões climáticas e ambientais, elabora distinções acerca desse sujeito, que tem sua descrição validada, pela percepção do autor, com base em seus antecedentes familiares e ao meio em que vive. Além disso, observa-se que ao desmembrar visões sobre os processos de povoamento do país, Cunha estabelece ainda o estágio entre raças, em que a subformação mameluco ou curiboca aparecerá como elemento superior no contexto de miscigenação, avaliando-o como um “tipo extraordinário do paulista” (2019, p. 141), responsável pela expansão territorial à Oeste.

Contudo, é possível conceber que, para Cunha, a ideia de sertanejo aos poucos se amplia, e tende a integrar outras formas de miscigenação, embora essas descritas de modo menos valorativo. Sendo assim, o sertanejo se torna cada vez mais presente no encontro das raças que ocorre no interior, nas terras do gado, nas extremidades Norte-Sul, que se distanciam do litoral, mas que se encontram pelos afluentes do Rio São Francisco. Nesses encontros, tem-se por desdobramento a formação social do interior do país, o que também será visto como um elemento nacional. Assim, o autor enuncia:

As entradas de um e outro lado da meridiana, impróprias à dispersão, facilitavam antes o entrelaçamento dos extremos de país. Ligavam-no no espaço e no tempo. Estabelecendo no interior a contiguidade do povoamento, (...), e surgindo os nortistas, que lutavam pela autonomia da pátria nascente, e os sulistas, que lhe alargavam a área, abastecendo-os por igual com as fartas boiadas que subiam para o vale do Rio das Velhas ou desciam até as cabeceiras do Paraíba, **aquela rude sociedade, incompreendida e olvidada, era o cerne vigoroso da nossa nacionalidade** (2019, p. 142, grifo nosso)

A atenção direcionada para a ideia de nacionalidade, como pode-se observar, indica a relevância do tema para a elite intelectual do período. As características atribuídas por Cunha à população sertaneja expressam um olhar ainda inconclusivo, porém de tentativa de definição da concepção de povo. Com isso, o sertanejo, nesse contexto, se transforma num sujeito representante, mas que para tal, passa a ser descrito de maneira a ressaltar um lado autêntico

racial brasileiro. Consequentemente, essas discussões acionam o aspecto mestiço presente na formação social do país, em que, a depender da região, os entrelaçamentos raciais recebem uma visão positiva ou negativa.

De acordo com Kabengele Munanga (2019), as discussões sobre mestiçagem se tornaram mais frequentes no Brasil, ao final do século XIX, decorrentes dos referenciais teóricos europeus, em que pensadores brasileiros tratavam a temática como o objetivo de compreender o enquadramento nacional em relação à mestiçagem. Ressaltando-se o lado pseudocientífico das abordagens, Munanga salienta a interpretação ambígua sobre o processo de miscigenação, ora voltado para degeneração, ora como meio de superação á traços considerados inferiores, referentes a outras raças.

Assim, a ideia de mestiçagem repousa sobre o pensamento social brasileiro como também um conceito de orientação para leituras e análises acerca de perspectivas sobre o Brasil desse período. Ao se debruçar sobre o pensamento científico europeu para tentar responder questões correspondentes ao caso brasileiro, os pensadores do final do século XIX e início do século XX tinham como pretensão justificar o retrato vigente, mas também discutir e idealizar alternativas para a construção da nacionalidade. Atentando-se para o fim do sistema escravista, em 1888, e para as transformações políticas confluentes, os debates realizados pelas elites intelectuais, nesse período, demonstravam maior ênfase aos possíveis caminhos do Brasil, enquanto nação e povo. Dessa forma, para a elaboração de um tipo étnico genuíno, especulações eram constantes, o que desencadeou a consolidação de um conjunto de ideias, fomentadoras do pensamento social.

Dessarte, para Munanga, as perspectivas apresentadas por Euclides da Cunha em “Os Sertões” indicam um aspecto de hibridez, no qual a moral se altera diante dos gens herdados das raças inferiores, imprevisíveis no processo de mestiçagem. A miscigenação, aqui, aparece como o problema da nação, em que estimula a instabilidade como elemento característico desse tipo étnico. Todavia, esse quadro ainda sofre distinções ao estabelecer cunho valorativo a depender de cada subformação étnica.

Dessa forma, ao desenhar a ideia de sertanejo, Cunha desenvolve uma perspectiva de raça autêntica, originada pelo cruzamento entre o português e o indígena. Assim, o curiboca se torna a representação étnica do sertão. Eximindo o mulato desse contexto, o interior do Brasil passa a ser povoado por um tipo etnológico atravessado, contudo, ainda dotado de elementos valorizados (Munanga, 2019). Esses sujeitos, embora miscigenados, e assim imprevisíveis, estariam em estágio superior aos mulatos, considerados degenerados.

Embora tivesse como objetivo compreender as características da população brasileira no final do século XIX, segundo Munanga, Euclides da Cunha não percebia o Brasil como uma nação etimologicamente definida, ao contrário, ressaltava a falta de tradições e costumes que pudessem unir contingente populacional, para, afinal, se consolidarem como um povo. Assim, ainda de modo contraditório, ao sugerir a figura do sertanejo como um representante da nacionalidade, o autor tem como premissa a ideia de surgimento de uma raça brasileira. Todavia o traço autêntico depositado nessa raça baseia-se no entrelace dos tipos etnológicos branco e indígena, e pelo distanciamento desse processo de povoamento da parte litoral do território. Com isso, observa-se que, inicialmente, a ideia de sertão desenvolvida por Cunha, utiliza o movimento de povoamento como uma expansão territorial que se realiza por meio da ocupação de terras, mas também pelo crescimento populacional, ocorrido, principalmente, por meio da miscigenação.

O sertanejo idealizado por Euclides da Cunha é um descendente da subformação curiboca (mameluco), que ao conquistar as terras férteis do entorno do Rio São Francisco, cria uma rede pecuária, e uma nova forma de organização econômica e social. No entanto, o êxito desse empreendimento socioespacial estaria associado ainda ao fato de esse contingente populacional ter a ausência do tipo etnológico negro (Munanga, 2019). O olhar valorativo atrelado à figura original do sertanejo demonstra simultaneamente a perspectiva evolucionista de raças, em que as diferenças são acentuadas pela gradação racial estabelecida. Nesse percurso, de acordo com Munanga:

o negro era o componente de raça inferior. Na tríade da mestiçagem, o português, apesar de demonstrar que já era mestiço, mas não deixa de ser a raça superior, aristocrática. O próprio índio, que ele (Euclides da Cunha) ressaltava não tinha a capacidade de se afeiçoar às mais simples concepções de um mundo mental superior. Quanto ao africano, não há esforços que consigam aproximá-lo sequer do nível intelectual do indo-europeu (Munanga, 2019, p. 58).

A partir dessas observações, pode-se inferir que a ideia de sertanejo, iniciada por Cunha, se concretiza pelo anseio de criação de um sujeito-representante da nacionalidade brasileira, mas que se afaste dos traços de atraso, associados ao tipo etnológico negro, embora se ressaltassem aspectos que inferiorizavam o tipo indígena. Além disso, deve-se compreender que a região costeira, entre o final do século XIX e o início do século XX, era percebida como um lugar influenciado pelos saberes e conhecimentos advindos do Ocidente. Os intelectuais, nesse contexto, assim como Euclides da Cunha, ao contatarem os habitantes dessas partes mais longínquas, externalizaram as diferenças verificadas no sertão (e sertanejos), em comparação aos próprios costumes. Desse modo, em suas obras, a ideia de sertão apenas se consolida por

meio de uma percepção conjunta desses intelectuais para com um outro, sujeito desse espaço interno do território nacional a ser investigado. Dessa forma, o sertanejo, dentro das esferas do pensamento social brasileiro, elenca os aspectos de contrariedade e conciliação, tornando-se um elo ambíguo de interpretação de uma outra realidade do Brasil, até ali desconhecida.

Nesse sentido, a questão racial se torna um aspecto relevante, pois integra as formas de percepção acerca do país, num momento em que o ideal de nacionalidade ainda está em desenvolvimento, isso porque a construção da ideia de povo é um dos pilares dessa discussão. Com isso, pode-se verificar que o exercício realizado por Euclides da Cunha, de descrição e análise, tem ainda por efeito, a criação de uma linha narrativa, baseada em aspectos científicos convergentes com o período em que “Os Sertões” é escrito. Esses fundamentos serão importantes para a formação de um imaginário social, aproximado de uma perspectiva de apresentação da ideia de Brasil, e de suas características, mas que restringirão o olhar para a população sertaneja, conduzindo-a ao senso comum.

Desses aspectos, em relação às perspectivas apresentadas por Cunha, durante a obra, a formação do contingente sertanejo abrange também um processo de interações sociais, em que as disputas pela terra aparecem também como um fator significativo na construção dessa sociedade “separada”. Assim, ao esmiuçar as questões acerca do domínio regional do interior do país, Cunha considera o sertanejo como o entrelaçamento entre vitoriosos e vencidos, mas que para tanto, se utilizaram das condições do meio para sobreviverem e se adaptarem. Nesse sentido, os sertanejos são apontados como resultados da seleção natural, em que a disposição para se aventurarem nas novas terras, desconhecidas, soma-se aos atributos genéticos remanescentes, que contribuíram para a adaptação às condições de vida no sertão.

Dessa forma, pode-se observar que, para Cunha, a ideia de sertanejo se constrói como uma resposta ao meio adverso, e capacidade de autopreservação. Consequentemente, a perspectiva para com esse meio está associada ao quadro encontrado pelo escritor a partir de suas observações. Embora, durante a primeira seção da obra Cunha se atenha às características geológicas, até mesmo como um modo de aproximar seus escritos ao viés científico, aclamado no período em que foi escrita, é no sertanejo que se inicia a perspectiva de interação e domínio das terras do interior do Brasil. Se aquela sociedade ainda era desconhecida, descrever o processo de entrada e estabelecimento se mostra como fundamental para justificar o êxito diante dos perigos da paisagem ignota. Além disso, esse ato auxiliaria na compreensão dos elementos contrastivos presentes na nação.

Com isso, ressalta-se que os aspectos culturais passam a se destacar como os elos de consolidação dessas sociedades. Os costumes e as tradições demonstram as contradições entre

sertão/litoral, e apontam para uma forma distinta de povoamento nas regiões internas. Essa distinção é vista como um traço inaugural de autenticidade, que sustentará a abertura dos sertões, pois une elementos que impulsionaram o processo de Entradas e Bandeiras. Assim, Cunha afirma:

Fora longo traçar-lhes a evolução do caráter. Caldeadas a índole aventureira do colono e a impulsividade do indígena, (...), a conservação dos atributos e hábitos avoengos, ligeiramente modificados apenas consoante as novas exigências da vida. E ali estão com as suas vestes características, os seus hábitos antigos, o seu estranho aferro às tradições mais remotas, o seu sentimento religioso levado até o fanatismo, e o seu exagerado ponto de honra, e o seu folclore belíssimo de rimas de três séculos... (2019, p. 142-143)

A partir do trecho, é possível verificar um movimento de valorização das tradições dos sertões como uma forma de consolidação das diferenças entre sociedades, dentro do Brasil. Os hábitos são descritos com teor de distanciamento social, em que aspectos como o sentimento religioso e o folclore são avaliados de acordo com os parâmetros de Cunha, com base em suas vivências prévias. Desse modo, a interpretação do escritor evidencia-se, e acentua um olhar de alteridade, direcionando ao sertão e à população sertaneja o lugar de outro, em meio a elaboração da ideia de outras sociedades dentro do país.

Nesse sentido, deve-se ressaltar que a relação entre meio e sujeito, para Euclides da Cunha, é o que conduz para a criação de um imaginário. Com isso, as tradições e costumes subsequentes podem ser percebidos como recursos sociais para a sobrevivência e estabelecimento naquelas regiões, consideradas adversas. O uso de trajes adaptados para o trabalho naquele ambiente demonstra um exercício de adequação às exigências da terra, para que, posteriormente, se logre o seu domínio. Além disso, outros elementos se tornam presentes como elo social naquelas localidades, é o caso da religião, uma vez que a mesma é uma manifestação coletiva de crença.

Contudo, ao se referir ao sentimento religioso como uma profissão de fé aproximada ao fanatismo, essa observação indica duas possíveis formas de interpretação do autor, nas quais a crença assume outros significados. A primeira tende a perspectiva de inferiorização da fé da outra sociedade, que está relacionado, intrinsecamente, a visão de estabelecimento de diferenças, e, conseqüentemente, de sua hierarquização, em termos de credo, o que sugere, por fim, a concepção etnocêntrica dos saberes. A outra perspectiva está atrelada à elaboração da ideia de uma sociedade completamente distinta a encontrada no litoral brasileiro, em que todas as características se transformarão em aspectos de distinção entre esses povos. Desses pontos que se reforçam a imagem de autenticidade atribuída ao sertão. Os sertanejos, nesse contexto,

aparecem como o retrato da alteridade interna, em que até mesmo suas vestimentas se tornam instrumentos de diferenciação, diante da tentativa de compreender quem são os tipos brasileiros.

Em vista disso, pode-se inferir que a ideia de povo brasileiro, no pensamento euclidiano, está amparada nas diferenças, mas que, para tanto, se utiliza do aspecto narrativo para propagar suas justificativas e também para se consolidar. Essas distinções se estendem de maneira a homogeneizar paisagens discrepantes, e a todas designar o termo sertão. Sabendo-se que a região próxima ao Rio São Francisco é descrita como região fértil, para a criação de gado, e assim, para o povoamento valorizado por Cunha, outros retratos da paisagem interiorana se unem a narrativa euclidiana sobre o sertão, de modo que as veredas, serranias, os grandes gerais e as paragens marcadas pelas secas se transformam num mesmo lugar. E o povo que por ali atravessa, ou decide viver, se torna um outro: o sertanejo.

Conforme se aprofunda na descrição sobre a gênese, e o povoamento da população sertaneja, Euclides da Cunha, gradualmente, apresenta uma narrativa que se distancia do caráter valorativo, previamente explanado: a região de Canudos. Se, de modo antecedente, a imagem do sertanejo é descrita como uma representação genuína de nacionalidade, os aspectos negativos surgem, aos poucos, num percurso de descoberta de um quadro de alteridade vinculado à ideia de atraso, de miséria e de dificuldades de desenvolvimento. O sertanejo de Canudos se apresenta como uma excepcionalidade, a contrastar com a seleção natural empregada ao povo habitante das regiões do São Francisco, oriundos do Oeste paulista. As configurações sociais que implicam nesse retrato são esmiuçadas pelo autor, que em “Os Sertões”, amplia a visão sobre o sertanejo, ao se debruçar, principalmente, sobre o caso de Canudos.

Embora Euclides da Cunha desenvolva um olhar valorativo para o sertanejo, sua principal ressalva está na capacidade adaptativa dessa população com relação ao meio adverso. A sobrevivência e permanência em regiões em que as condições de vida, até então, eram impensadas atribuíam ao sertanejo a imagem de forte. Conferindo esse adjetivo ao povo dessas localidades, o autor considera a realidade que encontra, observa e descreve como um caso excepcional, sustentado pelo enquadramento de circunstâncias que ocorria no sertão por ele descrito.

Sendo assim, torna-se importante salientar que, mesmo com as declarações positivas em referência ao processo de povoamento do Oeste brasileiro, principalmente por meio das entradas e bandeiras, o caráter científico presente nos argumentos de Cunha demonstra o uso do pensamento evolucionista ao longo da obra. Dessa forma, ainda que diante de fatores que contrapunham a visão cientificista do final do século XIX, o autor endossa essa perspectiva

como o percurso racional a se analisar a construção de um povo. Por essa razão, o conceito de mestiçagem é apresentado por Cunha, de modo que os possíveis motivos para as condições de atraso e miséria tivessem relação com essa incidência no Brasil, desde a colonização.

Fazendo alusão sempre ao evolucionismo social, Cunha dispara considerações sobre o entrelaçamento das raças, em que o viés prejudicial permanece aparente, mesmo que, posteriormente, tenha-se que se avaliar a contradição do caso brasileiro. A premissa do processo de povoamento, de acordo com o autor, está acompanhada de situação de isolamento social, em que as gerações decorrentes das missões, bandeiras e outras formas de abertura dos sertões, num segundo momento continuaram a existir numa configuração de sociedade afastada, isolada, mas que se adaptou ao meio, como modo de autopreservação (2019). Tendo em vista essa questão, Cunha salienta os povos indígenas como os responsáveis por essas instalações, no sentido de que são os primeiros a ocuparem as regiões mais adentradas, embora, subsequentemente, ocorreram os encontros entre esses grupos e os bandeirantes, ou alguns grupos de escravizados fugidos.

Dessarte, a mestiçagem no interior do país, segundo Cunha, tem como elo principal as tribos indígenas ali presentes, pois delas resultaram as subformações mameluco e cafuz, sendo esses os tipos majoritários de sertanejos. O aspecto físico, nesse contexto, demonstraria uma tendência racial uniforme, mas que disfarçaria os receios presentes no pensamento evolucionista. Assim, no que tange às suas percepções acerca da discussão, Euclides da Cunha dispara: “a mestiçagem extremada é um retrocesso. (...). De sorte que o mestiço - traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares - é, quase sempre, um desequilibrado” (2019, p. 151). Ao desenvolver essa visão, o autor altera a percepção valorativa, anteriormente aprofundada, para uma perspectiva que aponta os perigos da mestiçagem para o futuro do país, enquanto nação. A mistura de raças, nesse sentido, é percebida como um instrumento arriscado de concepção da população, em que, diante das incertezas dos gens herdados nesse processo, as consequências também se mostrariam imprevisíveis para a ideia de Brasil.

Conforme sustenta esses argumentos, Cunha desenvolve, dentro da perspectiva evolucionista, indagações sobre o caso excepcional da mestiçagem com relação aos aspectos comumente atribuídos aos tipos etnológicos, de modo específico. Assim, o mestiço é traçado como um sujeito fadado a infortúnios, malezas e prejuízos, todos esses associados a sua condição alterada geneticamente. Esse pensamento fica expresso no seguinte trecho: “E o mestiço, - mulato, mameluco ou cafuz-, menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores



(2019, p. 151). As avaliações conduzidas pelo autor expressam uma perspectiva que, embora destaquem as capacidades adaptativas dos bandeirantes, e do processo de povoamento realizado por eles, ressaltam, controversamente, as consequências negativas que este movimento teria, tendo em vista o caráter científico propagado entre o final do século XIX, e início do século XX.

Ainda nesse quadro, durante as observações sobre a ideia de mestiçagem, Cunha confere ao mestiço adjetivos como intruso e produto anômalo, em que essas descrições apontariam, dentro da sua excepcionalidade, para um sujeito prestes a degenerar-se, em razão de sua defasagem intelectual e dos danos provavelmente adquiridos durante o entrelaçamento de raças. Essa situação seria acentuada ainda pelo contato com o processo civilizador.

Assim, o autor diferencia as mestiçagens ocorridas entre sertão e litoral, em que a civilização insere-se como um fator que impacta na capacidade adaptativa do mestiço, localizado num estágio de atraso e de possível eliminação. As distinções, nesse quesito, estariam atreladas a imposição de adequação aos padrões civilizatórios no litoral, ao passo que no sertão este processo ocorria de forma alheia, e sem os compromissos morais com esses aspectos (2019). Nessa perspectiva, a civilização apareceria como um movimento fundamental e inevitável para o progresso do país, mas que incidiria nas condições de vida do mestiço, pois o levaria ao desaparecimento. Com isso, a experiência sertaneja apresentaria uma situação atípica, e inversa, em que a miscigenação se estabeleceria num processo lento e gradual, conduzido pelas necessidades do meio, e sem as inadequações sociais advindas do processo civilizatório.

Considerando a perspectiva de Euclides da Cunha, para se compreender uma das vertentes do pensamento social brasileiro sobre a formação do país, enquanto nação e povo, a expansão ao Oeste do Brasil e às regiões interioranas demonstra um processo de encontro com o inesperado, mas que se sustenta também pelos saberes adquiridos ao longo do percurso de entradas. Assim, tendo em vista as discussões apresentadas por Cunha, em “Os Sertões”, o campo da intelectualidade brasileira do início do século XX também é composto por outros trabalhos, elaborados por outros pensadores, preocupados em descrever suas indagações e possíveis respostas acerca da formação do Brasil.

### 3.3 A abertura dos sertões e a identidade nacional no pensamento de Sérgio Buarque de Holanda

Desse modo, diferentemente do mundo narrado em obra única por Euclides da Cunha, Sérgio Buarque de Holanda amplia a discussão, ao elaborar obras dedicadas a traçar os trajetos percorridos, desde o século XVI, no interior do país, e que permitiram o povoamento do território. Em trabalhos como “Raízes do Brasil”, de 1936, “Monções”, de 1945 e “Caminhos e Fronteiras”, de 1956, o autor esmiúça e ressalta aspectos importantes para a tentativa de interpretação do Brasil. Nesse processo, torna-se importante identificar as perspectivas apresentadas por Holanda, ao passo que o escritor cria uma narrativa própria sobre o país, demonstrando intrinsecamente suas concepções sobre ideia de nação, povo e território.

Em primeiro momento, em “Raízes do Brasil”, Sérgio Buarque de Holanda (2016) constrói um panorama sobre a formação social do país, abordando o processo histórico empreendido para tal consolidação. Desse modo, Holanda retorna aos aspectos e às estruturas de Portugal, enquanto metrópole, que desencadearam na sociedade brasileira. Nesse percurso, a dominação colonial torna-se evidente, e, além disso, explicita o caráter hierárquico que se desdobrará no Brasil, a partir do século XVI.

Sendo assim, no ensaio “Trabalho e Aventura”, Holanda recompõe o processo de expansão territorial, liderado pelos portugueses, em que avalia essa atividade como uma missão histórica e valorativa do Império português. Ao desenvolver uma estrutura narrativa dos empreendimentos de Portugal, o autor realiza uma comparação entre dois tipos ideais relevantes para o processo de expansão colonial. As figuras do trabalhador e do aventureiro são descritas como perfis complementares, compostos de determinantes psicológicas necessárias para o empreendimento colonial. O perfil aventureiro recebe maior protagonismo no caso brasileiro, pois, segundo Holanda, esse tipo fora fundamental para os movimentos de expansão, desde ainda na metrópole.

O detalhamento entre dois tipos de possíveis colonizadores se mostra como uma pré-justificativa para o cenário que se desencadeará na estrutura social brasileira. As características psicológicas apresentadas por Holanda apresentarão indícios de sua visão sobre o sujeito brasileiro em outros momentos, mas já aparecem em suas análises introdutórias. Sendo assim, os primeiros apontamentos se evidenciam com as comparações entre os tipos aventureiro e trabalhador. Com relação ao espírito de aventura, o autor comenta:

Para uns (aventureiro), o objetivo final, a mira de todo esforço, o ponto de chegada assume relevância tão capital, que chega a dispensar, por secundários, quase

supérfluos, todos os processos intermediários. Seu ideal será colher sem plantar a árvore.

Esse tipo de humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele com generosa amplitude e, onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes (2016, p. 62-63).

Com base a uma perspectiva complementar, o trabalhador também tem sua definição elaborada por Holanda:

O trabalhador, ao contrário, é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço lento, pouco compensador e persistente, que, no entanto, mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo proveito do insignificante, tem sentido bem nítido para ele. Seu campo visual é naturalmente restrito. A parte maior do que o todo (2016, p. 63).

Diante desses perfis, Holanda considera que, embora não possam se compreender como tipos isolados, essas representações pertencem ao campo das ideias, e servem para organizar as formas de interpretação do processo de colonização de determinado território. Essas diferenças indicam uma espécie de ética da aventura e uma ética do trabalho, passíveis de mobilização, a depender do empreendimento a alcançar. Com isso, os aspectos atribuídos ao aventureiro, de acordo com o autor, serão imprescindíveis para os projetos de conquista e colonização, que reverberarão na ampliação das fronteiras da vindoura nação brasileira. Os planos audaciosos de tomada e domínio de território com objetivos de prosperidade imediata, títulos nobres e reconhecimento se mostrarão como fatores estimulantes à essa expansão.

Dessas discussões, a questão da nacionalidade é trazida à baila. Ao expor uma relação de fatores que contribuíram para a construção da ideia de Brasil-nação, Holanda credits ao espírito de aventura um dos pilares à formação social do país. Ressaltando o entrelaçamento de raças, os costumes e tradições inerentes e as adaptações ao meio e ao clima, a concepção de aventura permeia essa jornada e recria um teor literário para a narrativa produzida pelo autor sobre o processo histórico brasileiro. A questão se torna mais aparente desde o momento em que a figura do sujeito português passa a ser descrita com elementos que se aproximam de uma visão heroica dos eventos apresentados. Assim, em meio às adequações realizadas pelos colonizadores, os sucessos com relação a própria sobrevivência e a apreensão de novos saberes se mostram como um primeiro estágio de domínio da terra, em que os intercâmbios de conhecimento com os povos indígenas se transformarão em fundamentos para a expansão colonial. “Aos índios tomaram ainda instrumentos de caça e pesca, embarcações de casca ou tronco escavado, (...), o modo de cultivar a terra ateando primeiramente fogo aos matos” (2016, p. 68). Consequentemente, as coincidências de descobrimentos de produtos proeminentes em climas tropicais e o período pré-industrial europeu, culminou na expansão do sistema agrário.

As lavouras se tornaram espaços de plantação e exploração de produtos, voltados para a questão comercial. Com objetivos de expansão territorial, os portugueses usaram da exploração latifundiária e monocultura para ocupar as terras, amplamente férteis do início da colonização. Esse cenário criou uma percepção de que as *terras brasílicas*, tão férteis, ainda poderiam (e deveriam) ser desbravadas com a finalidade de produção rural. Para essa empreitada, o uso da mão-de-obra escravizada é visto como um dos pilares de estruturação do sistema agrário, tal como se tornaria tradicional no Brasil-colonial. A forma de trabalho subjugada permitiu a elaboração de uma ordem de plantação e colheita adaptada a obtenção de benefícios imoderados por parte dos grupos dominantes da terra.

Desse modo, a questão do uso da terra será compreendida de duas formas por Sérgio Buarque de Holanda. A primeira tem relação com a utilização de métodos danosos ao solo, contínuo das práticas indígenas, mas que possibilitaram um resultado imediato nas lavouras. Sob essa ótica, as terras brasileiras ainda teriam extensas regiões para se usufruir extensivamente, o que causaria o sacrifício do solo, contudo sem a mesma retribuição de seus produtores. A partir dessa visão, e em referência ao espírito de aventura, Holanda comenta: “O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas a riqueza que custa ousadia, não que custa trabalho (2016, p. 72). De acordo com a perspectiva do autor, o sistema agrário que se instalou no Brasil tem como destaque o caráter desperdiçador, que explora a plantação de monocultura tal qual o esgotamento realizado pela mineração. Com este paralelo, Holanda aborda o processo de busca por mais terras, “mato dentro” (2016, p. 74), para o prosseguimento da exploração da terra. Com isso, a segunda observação de Holanda sobre o uso da terra tende a aproximação e adoção de costumes indígenas para tal atividade. A transitividade é apontada pelo autor como um comportamento que demonstra essa troca de saberes, e que acaba por evidenciar, conseqüentemente, uma postura do colonizador português, de modo mais amplo.

O colonizador português, como protagonista desta narrativa de formação social brasileira, constrói relações sociais que resultarão na hierarquia racial, a partir de um olhar exterior/superficial. Desde o emprego de mão-de-obra escravizada, as condições que se estabeleceram para essa estruturação se elencaram por meio das atribuições sugeridas pelo colonizador aos demais grupos. Assim, é possível verificar o deslocamento da função de mão-de-obra dos povos indígenas para a população negra trazida ao Brasil especificamente para o trabalho nas lavouras. Independentemente do quadro que se desenvolveu com relação ao sistema escravocrata no país, o lugar de subjugação fica aparente para os dois grupos, em que suas atribuições passaram a ser ordenadas por outrem – os colonizadores.

A partir desses pontos, a questão racial se mostra como um ensejo para se verificar a elaboração de uma identidade de trabalho endereçada a cada tipo étnico subjugado. Essa perspectiva é visualizada no seguinte trecho:

E verificou-se, frustrada as primeiras tentativas de emprego de braço indígena, que o recurso mais fácil estaria na introdução de escravos africanos. (...) Pode dizer-se que a presença do negro representou sempre fator obrigatório no desenvolvimento dos latifúndios coloniais. (...). Dificilmente (os indígenas) se acomodavam, porém, ao trabalho acurado e metódico que exige a exploração dos canaviais. Sua tendência espontânea era para atividades menos sedentárias e que pudessem exercer-se sem regularidade forçada e sem vigilância e fiscalização (2016, p. 71)

Os constantes contatos com os primeiros habitantes da terra a ser colonizada desencadeou uma relação de subordinação instável, considerando-se diversos pontos. A necessidade de aquisição de técnicas de manipulação do solo, para fins de produção e exportação, resultou numa apreensão de conhecimento, mas também demonstrou uma simultânea tentativa de imposição de poder a um grupo já habituado com as intempéries e adversidades do meio e do clima, e que tinha costumes e padrões condizentes às suas necessidades de estadia nas terras brasileiras. Essas interações, segundo a perspectiva de Holanda, apontavam para uma relação ambígua entre portugueses e indígenas, como veremos mais à frente. Em referência ainda a discussão racial, Holanda esmiuça as percepções sobre delegações de trabalho, em que a escravização de povos africanos é apresentada como uma forma de organização mais eficaz para ampliação da exploração agrária por meio da manufatura em comparação à mão-de-obra indígena forçada.

Sem eximir as críticas à implementação do sistema escravocrata às terras brasileiras, observa-se que as concepções de Holanda sobre esse processo (sistema agrário) indicam uma distinção entre os tipos étnicos, sempre com a finalidade de obtenção de lucros de forma de mais rápida e imoderada, orientada pelo espírito de aventura presente na formação social. Sendo esses um dos argumentos do autor com relação ao processo histórico de expansão colonial, o anseio pela prosperidade imediata também exibiu, de acordo com o autor, outro aspecto intrínseco a colonização portuguesa: a plasticidade social.

Segundo a perspectiva de Sérgio Buarque de Holanda, a plasticidade social é uma característica que salienta a capacidade de sobrevivência e adaptação de um grupo com relação a estabelecimento de novas conexões sociais. Nesse contexto, a ausência de orgulho racial próprio é mostrada como um elemento que “os aproxima (os portugueses) das outras nações de estirpe latina e, mais do que delas, dos mulçumanos da África (2016, p. 78). Com esse apontamento, a questão da miscigenação é atrelada primeiramente ao tipo étnico português, que, posteriormente, ocorrerá novamente no processo de povoamento do Brasil. Desse modo,

Holanda detalha o papel do trabalho de pretos escravizados na conjuntura anterior à colonização:

A mistura de gente de cor tinha começado amplamente na própria metrópole. Já antes de 1500, graças ao trabalho de pretos trazidos das possessões ultramarinas, fora possível, no reino, estender a porção do solo cultivado, desbravar matos, dessangrar pântanos e transformar charnecas em lavouras, com o que se abriu a passo à fundação de povoados novos. Os benefícios imediatos que de seu trabalho decorriam fizeram com que aumentasse incessantemente a procura desses instrumentos de progresso material (...) (2016, p. 79).

Essa relação também se mostra complexa ao longo da expansão da escravização, e será passível de reinterpretações por outros intelectuais, mas que ressaltam uma fluida dominação portuguesa, em comparação ao caso da América Espanhola. Em oposição a rigidez estabelecida nessa região, as terras do Brasil, de acordo com o autor, encontraram o seguinte quadro:

O escravo das plantações e das minas não era um simples manancial de energia, um carvão humano à espera de que a época industrial o substituísse pelo combustível. Com frequência as suas relações com os donos oscilavam da situação de dependente para a de protegido, e até de solidário e afim. Sua influência penetrava sinuosamente o recesso doméstico, agindo como dissolvente de qualquer ideia de separação de castas ou raças, de qualquer disciplina fundada em tal separação (2016, p. 81)

A partir dessas observações, percebe-se que a ideia de miscigenação se desenvolve aos poucos no pensamento de Holanda como uma característica que perpassa a consolidação do reino de Portugal, e se transforma num aspecto marcante, que persiste e se introduz na expansão colonial. Dessas relações, o autor sugere também, entre o processo de dominação e exploração da terra e de seus subordinados, uma intermitência de tratamento, que se alternaria conforme a necessidade social de favorecimento da parte dos colonizadores. Novamente o caráter ambíguo se fará presente, corroborando para elemento de plasticidade social, em que o sujeito português ocupa o protagonismo narrativo no tocante a promoção de uma sociedade híbrida.

Além disso, a estrutura social que se desenha na colônia portuguesa da América, nos instantes iniciais, abrange um atravessamento de fatores que desencadearam no quadro social brasileiro analisado por Sérgio Buarque de Holanda, em sua tentativa de reorganizar uma narrativa coerente sobre o processo histórico aqui sucedido. Desse modo, é possível acompanhar, com o prosseguimento do ensaio, descrições e argumentos que tornam coesas e harmoniosas as elaborações realizadas pelo autor. Entre detalhamentos de informações datadas do século XV a comentários que justificam as colocações anteriores, o caráter literário do texto revela-se de forma implícita, mas que estabelece o teor da leitura.

Os cenários descritos por Sérgio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil” remontam os princípios da colonização portuguesa nas terras do Brasil. Sendo assim, seu enfoque está no

processo de expansão e povoamento, em que salienta as especificidades do caso brasileiro. Nesse sentido, pode-se sugerir que sua visão realiza um recorte temporal anterior ao que é detalhado por Euclides da Cunha em “Os Sertões”. Como característico, a produção intelectual de Holanda apresenta um teor histórico que se enreda a partir de alguns aspectos presentes na sociedade por ele vivenciada. Direcionado o olhar para o passado, o autor parte da figura do português, o precursor e protagonista desse processo, dentro de sua perspectiva, para desenhar as relações sociais que se estabeleceram com outros grupos étnicos, em meio às tramas também decorrentes dessas interações. Holanda não esconde o lado conquistador e dominante atribuído ao sujeito português, que será o antecessor de outras personagens da grande narrativa brasileira.

Dessa forma, a construção de uma ideia de identidade, de modo gradual, se esboça, seguindo um percurso que levará a concepção de povo brasileiro, apresentando um viés de subordinação e domínio. A questão da identidade nacional insere-se aqui como mais um elemento para dar coesão e coerência às narrativas sobre a formação do Brasil. Sendo assim, os arranjos que se desenvolvem para um pensamento em comum sobre a nação se mostram como um meio de organização e ordenamento das percepções acerca da autêntica brasilidade.

Nesse sentido, Stuart Hall (2006), ao se debruçar sobre o conceito de identidade, percebe-o como um termo que ao longo da História sofreu alterações de significados em razão das rupturas de paradigmas. Todavia, com relação à concepção sociológica, Hall destaca a noção de um sujeito complexo atravessado por uma consciência interna resultante de suas relações com um mundo externo. A identidade desse sujeito é pautada nas suas vivências e experiências em sociedade e pelas transformações simultâneas ocorridas. Em vista disso, há uma projeção dos próprios valores ao mundo público ao mesmo tempo em que os valores externos se internalizam nesse indivíduo. Esse jogo:

contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, "sutura") o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis. (2006, p. 12)

Essas observações demonstram a possibilidade de elaboração de culturas nacionais, consequentes das interações dos indivíduos numa mesma região, como uma trama social, que para tal sustentação, se entrelaça por meio de aspectos em comum. Ainda nesse contexto, para Hall, o conjunto de saberes e conhecimentos adquiridos por meio da vivência em sociedade para a consolidação da ideia de nacionalidade se concretiza a partir da representação. A partir desse ponto, a concepção de brasilidade, por exemplo, apenas se definiria originando-se de uma coleção de significados enredados para construção de uma ideia de Brasil. O conceito de nação,

como pode-se inferir, surge como uma síntese dessas questões. A relação entre um território e as pessoas que nele habitam se transformam, assim, numa circunstância estruturante de formas de pensamento que unem grupos de modo a torná-los povos. Com isso, Stuart Hall continua:

Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentido – um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da ideia de nação tal como representada em sua cultura nacional (2006, p. 49).

Desse modo, a representação de uma nação abarca aspectos simbólicos que se coadunam, justificando-se e produzindo interpretação a elementos comuns, partindo de um significado ordinário para um referencial de valores e características compartilhados. Nesse percurso, cria-se a necessidade de narrativas que entrelacem as trajetórias dos indivíduos, equiparando costume e tradições. De forma coesa, a elaboração de representações auxilia esse ordenamento, que pode ser visualizado por meio da propagação de uma cultura homogênea e ambientada em instituições que validam esse discurso. O sistema educacional, de acordo com Hall, é um dos grandes difusores desses padrões, em que os objetivos de ensino priorizam o estabelecimento de saberes que interajam com aquela sociedade, assentando valores, linhas de pensamento e visões de mundo que explicam (e harmonizam) a criação daquele Estado-nação. A estipulação de uma língua prioritária para a comunicação oficial é outro fator que colabora para a visualização de uma nação, pois obriga os cidadãos e imigrantes daquela região a se submeterem àquele sistema de comunicação, de modo a apreender sinais, sons e gestos previamente partilhados, para a realização de ações pouco ou muito complexas. As artes e as ciências envolvidas dessa conjuntura também apresentarão interesse e investigações que discorram sobre esses pontos. Dessa forma, em produções literárias ou que abordam o percurso histórico de uma nação, esses aspectos se materializam e verificam-se nos reflexos da construção de uma ideia de nacionalidade uniforme.

Com base nessas observações, deve-se ressaltar que a identidade nacional começa a aparecer de modo mais amplo e intenso a partir do século XIX. No Brasil, em razão do contato das vanguardas europeias, entre o final do século XIX e início do século XX essas discussões desencadearam investigações e interpretações sobre a formação social do país, com a finalidade de composição de uma narrativa da brasilidade. Sendo assim, a visão sobre o a expansão territorial e o povoamento assumem importância ao apresentar os encontros e as condições que provocaram a visão de povo brasileiro. Se em “Os Sertões” Euclides da Cunha salienta o caráter autêntico da população no sujeito sertanejo, frisando as circunstâncias e adversidades do meio que possibilitaram o domínio de regiões alcançadas no processo de interiorização do território,



Sérgio Buarque de Holanda, após delinear o caminho dos portugueses nos primeiros momentos da colonização, se debruça sobre o movimento de “Entradas e Bandeiras”, desenvolvidas pelos paulistas em direção ao Oeste. Nesse trajeto, Holanda evidencia também a construção de uma ideia de identidade brasileira, em que o sujeito que empreende essa jornada se torna, dentro do imaginário social, um dos heróis da nação. Em retorno à obra “Caminhos e fronteiras”, é possível examinar essas questões de modo mais detalhado. Ao abordar a vida material dos bandeirantes paulistas em direção ao interior do Brasil, Sérgio Buarque de Holanda descreve sobre a relação entre colonos e indígenas no percurso de expansão territorial. Partindo de São Paulo, a obra analisa historicamente as adequações realizadas pelos sertanistas, com as quais possibilitaram novas práticas econômicas e, conseqüentemente, o estabelecimento de relações sociais diferenciadas das regiões costeiras.

Considerando esses estágios iniciais, a abertura de caminhos por desconhecidas veredas tem como primeiros empreendedores os gentios da terra, que, de acordo com as observações de Holanda, realizaram esse trajeto a pé. Entre matas ignoradas e rios ainda não registrados, as trilhas indígenas tiveram como objetivo encontrar novas localidades, preferencialmente distantes de regiões dominadas pelos exploradores portugueses. Não apontada declaradamente como uma fuga, essa movimentação permitiu um avanço posterior de um segundo grupo, esse interessado em desbravar novas terras.

Nesse intervalo, Holanda ressalta como os saberes desenvolvidos por diferentes tribos indígenas foram fundamentais, ainda que involuntariamente, para o andamento das atividades dos colonos. Assim, as características dos gentios da terra são mencionadas como elementos que, mais a frente, se tornaram imprescindíveis para a formulação de uma identidade heroica:

Em lugar de ser simples escravo das suas aptidões naturais, dos cinco sentidos, que tinha excepcionalmente apurados, o índio tornava-se, assim, o senhor de um admirável instrumento para triunfar sobre as condições penosas e hostis. (...). Dentro dos limites que lhe permitia sua técnica, dentro do sistema de avanços e recuos, de liberdades e submissões em que se agitava, também podia desenvolver ao máximo um poder inventivo orientado para o bem do grupo, como se deve esperar de homens para que o viver era antes e acima de tudo um conviver (1994, p. 24-25)

Com olhar reservado aos indígenas, Holanda indica aqui uma prévia valorização de características como a capacidade de adaptação, ampliada pela necessidade de segurança do grupo, sendo esse um conhecimento que será passado aos explorados durante os primeiros contatos. Para o autor, essa é uma forma de colaboração, ainda que involuntária, na qual os caminhos abertos pela atividade indígena beneficiaram as trilhas percorridas pelos bandeirantes. Entretanto, deve-se salientar que, por não ser um intercâmbio proposital, os indígenas criaram estratégias de dissimulação dessas trilhas, com a finalidade de confundir seus

inimigos. As lendas relacionadas a personagens da floresta que apresentavam pés às avessas, por exemplo, seriam um modo de confundir direções ou esconder rotas. Curupira, Saci e Upupiara são apontados como algumas dessas lendas, que continham essa finalidade em comum.

Em vista desse contexto, a obra se debruça pela forma como é desenvolvida a vida material, em meio ao processo de expedições de descobrimento, empreendidas primeiramente pelos bandeirantes. O movimento de abertura dos sertões aparece aqui como uma prática que tem como alvo a conquista de terras a serem desbravadas, dominadas e por fim controladas. Essa inclinação expõe o atravessamento de delimitações, ainda que invisíveis, mas que atingem um outro ainda desconhecido.

Nesse sentido, Sérgio Buarque de Holanda elabora suas observações também em consonância ao conceito de fronteira, desenvolvido por Frederick Jackson Turner, no final do século XIX. De acordo com Robert Wegner (2000), Turner aponta esse termo como um dos pilares para se compreender valores e ideias presentes na formação histórica dos Estados Unidos. Considerando a diferença de uso do conceito para a realidade europeia e para a realidade norte-americana, no primeiro caso tem-se uma concepção política, de separação territorial entre dois países; o segundo caso indica uma linha imaginária que divide terras povoadas e terras ainda não dominadas. Há nessa perspectiva o momento de encontro entre um mundo civilizado e um meio adverso e ainda desconhecido. Assim, ressalta-se que a noção de fronteira, atribuída ao segundo caso, tem como visão inicial uma percepção de um lugar a ser atravessado e enfrentado. Essa percepção sugere também a ação de indivíduos que desempenharão o trabalho de conquista dessas regiões, que neste quadro se atribui aos colonos.

Nesse percurso, as interações realizadas pelos colonizadores têm como objetivo o domínio de uma nova terra para se estabelecer e prosperar, indicando uma projeção de igualdade de oportunidades (2000). Dessas perspectivas advém alguns dos ideais norte-americanos, em razão da possibilidade de ascensão econômica e social, e que fundamentam a sua concepção de nação. Com isso, a fronteira mais uma vez aparece como um fator que permite um movimento. Em meio a uma linha tênue, observa-se uma sucessão de encontros, todos protagonizados pelos colonos, em que ao final tem-se uma reorientação de saberes, a desencadear os esboços de uma nova nação. O contato com os indígenas diante das imprevisibilidades do meio resulta num processo de adequação amplo, que atinge toda uma concepção prévia de conhecimento (dos colonizadores) para garantir sua sobrevivência e estadia nas novas terras. Desse modo, Wegner pondera:

A partir da adaptação a padrões primitivos, o pioneiro desenvolve novas técnicas de trabalho, valores e padrões de sociabilidade, inclusive recuperando sua bagagem cultural – num primeiro momento abandonada –, formando uma nação compósita e tornando-se americano. Em outras palavras, na fronteira o pioneiro volta a estágios primitivos e, num processo contínuo, torna a evoluir rumo à civilização, apontando para uma nova nação (2000, p. 98-99)

Em vista dessas observações, percebe-se na perspectiva de Sérgio Buarque de Holanda uma constante aproximação ao conceito de fronteira e à formação social brasileira, especificamente no desenvolvimento de uma identidade nacional. Tendo em comum o processo de colonização, as semelhanças entre Estados Unidos e Brasil possibilitaram a elaboração de uma interpretação própria, da própria nacionalidade, que repousa nas reflexões de intelectuais inseridos em conjunturas parecidas aos episódios que condicionaram a ideia de nação brasileira. A projeção de um pioneirismo é o que desenvolve esse movimento realizado pelo colonizador, que, em referência a Holanda, ao imaginar a fronteira brasileira, segundo a tese de Turner, tem por meio do intercâmbio étnico uma forma de cooperação que traz a ascensão do conquistador.

Nesse sentido, quando Holanda elenca elementos da vida material para estruturar sua visão sobre o passado colonial, sequencialmente o autor aborda práticas, comportamentos, produtos que expressam a organização dos contextos. Ele evidencia a fronteira entre o primitivo e o civilizado, na qual as adaptações realizadas pelos colonos transcenderão as dificuldades do meio, como uma dominação via domaçaõ. Na seção “Índios e mamalucos”, em “Caminhos e fronteiras”, esse procedimento acontece num percurso de escrita que apresenta os primeiros passos dos colonos paulistas em direção ao Oeste, mas que ao se fixarem em regiões já adentradas por povos indígenas, criam estratégias de sobrevivência e permanência, que acabam por desenvolver novos saberes sobre a localidade fixada. Com isso, a figura do sertanejo aqui é descrita como o herdeiro das conquistas territoriais, e, conseqüentemente, aquele que adquiriu os conhecimentos sobre as veredas, até então desconhecidas e ignoradas. Sabendo-se as dificuldades com relação a obtenção e acesso à água, ainda nas bandeiras, as necessidades do meio permitiram ao sertanejo um olhar mais detalhado e condicionado a região, localizando quando preciso, fontes de água diante de léguas de terras, sem algum resquício aparente.

A visão experimentada do sertanejo, nesse contexto, é observada como o resultado da adaptação, mas também como um traço adquirido aos pertencentes a terra, não se aplicando aos primeiros colonos. Assim, Holanda afirma: “em regra, esses meios decorrem da extraordinária capacidade de observação da natureza, peculiar a esses homens e inatingível para o civilizado” (1994, p. 37). O grau de adaptação ao meio é o que sustenta a valorização do entrelaçamento racial entre brancos e indígenas, em que os aspectos valorativos atribuídos aos gentios da terra estarão presentes no sertanejo tal qual as aptidões e capacidades de dominação dos paulistas.

Pode-se inferir aqui que o sujeito sertanejo, na perspectiva de Holanda, é uma figura resultante das expedições desbravadoras, tendo como característica a capacidade de reorientação dos saberes previamente recebidos de seus antepassados (indígenas e brancos), para a criação e povoamento de vilas pelo interior do país.

Entre as diferentes paisagens do sertão apresentadas por Holanda, a predileção por regiões de vale ou baixadas, em razão da qualidade da água para uso, é um dos fatores estimulantes a sedimentação de vilas em localidades mais centrais do território. Contudo, essa preferência não reduz o olhar para o sertão como um mundo agreste. O imaginário sobre o desconhecido se traduz no modo como são descritos esses lugares, tal qual veredas ignoradas. Sendo assim, essas percepções também condicionam a visão sobre os habitantes do sertão, ora habilidosos com as terras adversas, ora chamados de “nossa gente rústica” (1994, p. 43). Essa perspectiva ambígua permite alçar ao sertanejo um protagonismo ao discurso Holanda, no qual, a escassez e as intempéries de um meio não foram impeditivos para a expansão territorial de um país. Com isso, a questão do povoamento torna-se relevante, pois desde as primeiras entradas a pé, posto a introdução de novas formas de transporte pelas terras brasileiras, a figura do sertanejo, adaptada a cada período de expedições paulistas, se mostrou como grande empreendedora desses movimentos, contribuindo para alterações sociais e econômicas no Brasil ao passar dos séculos.

No capítulo “Do peão ao tropeiro”, dentro da mesma seção, Sérgio Buarque de Holanda se atém ao processo de introdução de animais para o transporte. Com a mudança datada entre o final do século XVII e início do século XVIII, o autor esmiuça como o uso de equinos possibilitou a expansão territorial e a criação de novos elementos para as questões de comércio. De acordo com Holanda, as atividades de cavalgadura, além de acelerar os deslocamentos, e em certa medida, reduzir distâncias, permitiu uma construção de um tipo de comportamento, atrelado não apenas a questões externas, como abertura de estradas mais largas, mas também o uso de um novo vestuário e de costumes referentes a essas transformações. Desse modo, Holanda descreve: “Agora será a vez dos largos chapéus de palha e dos ponchos, sobretudo do poncho azul forrado de baeta vermelha, que ia tornar-se uma espécie de **traje nacional dos paulistas**” (1994, p. 129, grifo nosso). Percebe-se a partir desse momento uma mudança de vestimenta que colabora para o desenvolvimento da forma de representação que atinge o imaginário nacional. Gradualmente, a postura do paulista como um colono pelo Brasil, adquire a força de símbolo da nação. Esse conjunto de alterações ressalta a criação de um tipo nacional definido por uma forma de distinção baseada nas missões de aberturas dos sertões somadas a um estilo próprio de se compor, de modo a se consolidar com as fundações de vilas pelo interior

do país. Essas sequências permitem a criação de uma forma de tradição, corroborando a imagem do paulista desbravador.

Somando-se a essa visão, o progresso da sociedade paulista é detalhado por Holanda como um dos fatores que antecedem e contribuem para a consolidação da região de São Paulo como centro modernizador do país. A partir do século XVIII a estruturação do comércio de animais para transporte, com a realização de feiras locais promove um desenvolvimento econômico acentuado, gerando também modificações na mentalidade paulista. Sob a ótica de Holanda, tem-se nesse intervalo uma transição de pensamento, em que os valores do capitalismo passam a integrar a sociedade paulista. Com isso, pode-se sugerir ainda a passagem de uma mentalidade de espírito de aventura para uma ética do trabalho, discutidas anteriormente. O desencadeamento dessa mudança é descrito por Holanda:

Os grossos cabedais que nelas se apuram, tendem a suscitar uma nova mentalidade da população. O tropeira é o sucessor direto do sertanista e o precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro. A transição faz-se sem violência. O espírito de aventura, que admite e quase exige a agressividade ou mesmo a fraude, encaminha-se aos poucos, para uma ação mais disciplinadora. (...). O amor da pecúnia sucede ao gosto da rapina. Aqui, (...), uma ambição menos impaciente do que a do bandeirante ensina a medir, a calcular oportunidades, a contar danos e perdas. Em um empreendimento muitas vezes aleatório, faz-se necessária certa dose de previdência, virtude eminentemente burguesa e popular (1994, p. 132-133).

A sequência apresentada ilustra as transformações sociais que abrangem a sociedade paulista numa ascensão a assumir um protagonismo econômico e político no país. As implicações desse movimento são perceptíveis de modo a despontar outras interpretações sobre o Brasil, como a discutida por Raymundo Faoro em “Os donos do poder”, e aprofundadas no capítulo anterior. Nesses termos, a perspectiva de Sérgio Buarque de Holanda direcionada a São Paulo mostra o desdobramento de práticas e comportamentos que condicionaram essa alteração de mentalidade. Do bandeirante ao fazendeiro, o modo como as atividades econômicas se desenvolveram desde as expedições de abertura dos sertões, preconizaram a construção de uma identidade nacional assentada em valores também em transformação.

### **3.4 Das diferenças às aproximações do imaginário sobre o sertão para Euclides da Cunha e Sérgio Buarque de Holanda**

Nesse contexto, compreender as transformações sociais como parte de um processo de construção da nacionalidade possibilita uma perspectiva que auxilia as diferentes percepções

sobre a formação social brasileira. As buscas por uma ideia de brasilidade provocaram a investigação de um passado comum, em meio a aspectos diversos de um país com regiões ignoradas até mesmo pela administração pública. Assim, o sertão, como uma palavra-chave, que interliga presente e passado na história brasileira, também cria um imaginário do qual podem originar inúmeras narrativas sobre a nação. Não se restringindo a literatura ficcional, os ensaios sociológicos de Euclides da Cunha e Sérgio Buarque de Holanda transmitem concepções distintas sobre ideia de sertão, mas que consolidam a representação dessa localidade como um símbolo nacional. Considerando as análises realizadas por Cunha e Holanda é possível verificar que, em meio as diferenças, cada obra exerce seu papel de texto orientador para a elite intelectual brasileira do início do século XX, especialmente para os grupos interessados em promover um ideal nacional comum.

Em “Os Sertões” tem-se a primeira obra que cria o imaginário social propagado sobre o sertão e seus habitantes. Os relatos de Cunha observam o quadro presente, aprofundado pelo retorno ao passado e aos fatores encontrados àquela altura, consequentes do processo histórico de povoamento do interior, salientando a miscigenação como um elemento imprescindível tanto para o cenário de atraso como para criação de uma raça autêntica. A mestiçagem é colocada como um fator imprevisível e danoso, mas que é fundamental para se compreender o contingente populacional do interior do Brasil. As condições do meio também são ressaltadas, pois aparecem como determinantes para comportamentos e práticas, que explicariam a conjuntura encontrada por Cunha ao longo da viagem, como correspondente, para Canudos. Deve-se, portanto, frisar que a escrita desenvolvida pelo autor tem um tom informativo que pretende noticiar ao país, principalmente à capital, as imagens de um interior desconhecido, onde estariam até um primeiro momento os inimigos da República, recém-instaurada. A minuciosidade dos fatos relatados tinha como objetivo confirmar a veracidade das percepções elaborados por Cunha, depositando à obra o peso de narrativa inaugural de um cenário composto por elementos ignorados até ali.

O sertão euclidiano mostra um Brasil oposto às imagens do litoral, um lugar dotado de moléstias e atraso. Um lugar povoado por possíveis sujeitos desequilibrados, condenados à adversidade e aos maus tratos da terra e do clima. O sujeito sertanejo, embora seja percebido como forte, tem seu traço genuíno atravessado pelos riscos do caráter mestiço advindos do entrelaçamento racial entre brancos, indígenas e negros, de modo mais livre (ou desregrado), desde o período colonial. Assim, verifica-se na obra de Euclides da Cunha a relação socioespacial em que sertão e sertanejo se justificam e se consolidam como representações

nacionais oriundas de um outro lugar, distante do litoral, das regiões cosmopolitanas, todavia um Brasil genuíno.

Por outro lado, Sérgio Buarque de Holanda projeta suas análises sobre a formação brasileira tendo como ponto de partida o passado histórico, elaborando enredos para a compreensão do contexto do qual pertencia e escrevia. A ideia de sertão presente no pensamento Holanda indica um cenário adverso, ignorado, contudo, prestes a ser alcançado. E para tal jornada há dois momentos ressaltados pelo autor. Num primeiro instante o movimento de ida para interior do território é realizado pelos indígenas, numa tentativa de distanciamento dos colonizadores. Em um segundo período tem-se as entradas e bandeiras, apresentando como protagonistas os paulistas.

Refletindo sobre os dois movimentos, Holanda salienta o olhar para o sertão como a possibilidade de encontro com o desconhecido, e o que essa ação pode oferecer a seus empreendedores. Para tanto, em “Raízes do Brasil” as análises do autor se atem as atividades realizadas pelos colonizadores portugueses para transformarem as terras brasileiras em espaços de exploração, na busca por lucros e imediata prosperidade. Sendo assim, os trabalhos desenvolvidos nas lavouras demonstram não apenas uma conduta danosa ao solo, mas também uma estrutura que, implica no processo de dominação e subjugação de outros povos durante a colonização. As determinantes psicológicas do espírito de aventura, descritas pelo autor como forças necessárias para o empreendimento colonial, são também o ponto de partida para as expedições de descobrimento iniciadas em São Paulo, e que se estenderão ao Oeste de país. Uma vez começada a jornada, a adaptação ao meio, mesmo que diante de riscos, resulta na elaboração de novas estratégias de sobrevivência, em sua maioria advindas da interação com os indígenas. Nesse sentido, as discussões de “Caminhos e fronteiras” apontam para uma visão sobre a qual o sertão é plano de fundo para o desenvolvimento da vida material de uma sociedade incipiente, mas que se tornará a representação do povo genuíno brasileiro. Os elementos arrolados pelo autor tendem a se sobrepor, e por fim traçar os aspectos que contribuíram para a consolidação do estado de São Paulo como região precursora de uma mentalidade capitalista no Brasil, mas também a esboçar a formação de símbolos da identidade nacional.

Do bandeirante ao fazendeiro, passando pelo monçoeiro e o tropeiro, esses personagens aparecem como sujeitos que com o decorrer dos séculos e dos sucessos econômicos se transformaram em protagonistas da narrativa de construção do Brasil, em simultâneo movimento de predominância paulista no cenário político do país. Assim, Sérgio Buarque de Holanda, sobre essa concepção, compartilha seu olhar sobre os movimentos de deslocamento e

colonização do Oeste brasileiro, e o endossa por meio de uma trama enredada por pesquisas historiográficas, além do ensaio sociológico inaugural, que contém a autenticidade necessária para se validar a elaboração de figuras representativas da nação brasileira.

Tendo em vista essas análises, as perspectivas de Cunha e Holanda caminham por uma mesma direção ao se debruçarem sobre um objeto inquietante: o Brasil. Em trajeto a uma região ignota ou em retorno aos aspectos que criaram as condições para o quadro nacional do momento da produção das obras, os dois autores partilham da vontade de apresentar as diferenças, as contradições, as especificidades do que faz o Brasil ser uma nação. Nesse processo de construção da identidade nacional, alguns conceitos em comum são indicados como elementos que apreendem a discussão. Desse modo, ao se aterem ao sertão e ao sertanejo, essas investigações repousam sobre questões referentes a raça e território. Na busca por características unificadoras, porém distintivas, a dificuldade de domínio das novas terras em razão das adversidades do meio e do clima é um primeiro fator apresentado em ambas as perspectivas, que resultam na mestiçagem, sendo esse segundo fator o responsável tanto pelas inconstâncias do progresso como a representação da autenticidade brasileira.

Sendo assim, pode-se inferir que a partir das interpretações realizadas por esses autores, há a criação de um imaginário social sertanejo, que passa também a ser símbolo nacional. O sertão como uma palavra que transmite a ideia de localidade distante torna-se um termo para explicar o Brasil, reunindo dentro de seu significado as origens, a expansão territorial e o povoamento de um país. O sertão passa a pertencer a cultura nacional.

De acordo com Stuart Hall (2006), as culturas nacionais resultam de símbolos e representações. Elas se apresentam a partir de discursos que dão sentido e organizam as concepções sobre o mundo. E nesse percurso, a ideia de nação se consolida por meio da construção de identidades, que se efetua no processo de conciliação desses sentidos. Eles “estão contidos nas estórias que são contadas sobre uma nação, memórias que conectam seu presente com o passado e as imagens que dela são construídas” (2006, p. 51). Dessa forma, a elaboração de uma narrativa sobre nação ocorre por meio do estímulo e da criação de representações, que se formulam e se reforçam no imaginário social quando em eventos históricos, nessas conjunturas, propagam e histórias, trazendo em comum elementos a serem compartilhados por uma mesma sociedade.

Com isso, a questão nacional aparece como um enredo que se utiliza de valores e aspectos para produzir uma ideia linear, cronológica e contínua, interligando o passado e o presente sem perder o caráter imutável atribuído a uma nação consolidada (2006). Essas tramas inserem-se nas lembranças dos membros de determinada comunidade conectando-os a uma



história cotidiana comum. Os episódios e fatos descritos por seus autores se tornam páginas da ficção narrativa de uma nação e colaboram para a consolidação de uma história nacional autêntica. Desse modo, no caso brasileiro, pode-se inferir que para a realização desse processo a palavra sertão se consagrou como um conceito-chave para a leitura e interpretação do país. A ligação entre espacialidade e sujeito se encontram nos possíveis significados do termo, e contribuem para a percepção de um Brasil, um outro Brasil distante, mas em vias de ser alcançado. Nesse caminho, a escrita de intelectuais do início do século XX interessados em se debruçar sobre a temática nacional permitiu a existência de um jogo narrativo endossado tanto pela validação atribuída a esses pensadores quanto ao aspecto literário, também necessário para a elaboração coesa e harmônica de obras pertencentes ao cânone da sociologia brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas discussões apresentadas ao longo desta pesquisa, olhar para o sertão enquanto termo interpretativo da ideia de nação brasileira apenas é um caminho possível quando entrelaçam-se conceitos que fundamentam essa perspectiva. Assim, a análise sobre a relação entre sociologia e literatura, realizada no capítulo 1 desta Dissertação, teve como foco compreender as aproximações e diferenças que proporcionaram a essas áreas de conhecimento a possibilidade de operarem como terrenos da representação. Cada uma, a partir de suas metodologias e especificidades se coloca como refletidora da realidade social, e contribui para a criação de um imaginário comum conforme as obras de cada campo são respectivamente propagadas. Por um lado, a sociologia obtém elementos que a inserem no amplo campo do conhecimento como uma disciplina responsável pela observação criteriosa dos fenômenos sociais, por outro modo a literatura tem como função propor ilustrações da sociedade, de modo a criar cenários, experiências e interpretações que podem implicar no mundo real.

Dessa forma, a ênfase ao papel da representação aparece como um fator predominante e que fomenta a difusão das ideias apreciadas nos textos literários-realistas e sociológicos. Os cenários, os atores, as descrições, as suposições formulam, e conseqüentemente reforçam, traços que passam a simbolizar elementos relevantes de um imaginário nacional. As características concernentes a essas produções também evidenciam um lugar de alteridade, necessário para se realçar as diferenças, que também corroboram para o contorno das representações sociais.

Nesse contexto, debruçar-se sobre as representações sociais propiciou conceber as conseqüências das experiências coletivas para a construção de um pensamento social de uma nação. A ideia de identidade cultural e nacional, conforme as análises realizadas corresponde à associação desses processos ao desejo de elaboração de uma comunidade, principalmente por uma elite intelectual interessada nessa temática. Sendo assim, a construção de uma alteridade atrelada aos efeitos da representação pôde ser acompanhada em diferentes meios, como nas artes e nas ciências sociais em que ficções literárias e ensaios sociológicos se tornaram portavozes de um pensamento comum da elite intelectual brasileira, no início do século XX. Sabendo-se das diferenças existentes, esses gêneros de escrita apresentam um retrato do Brasil. No tocante a literatura, as questões referentes à imitação da realidade e à verossimilhança ressaltam o caráter ficcional sempre presente em textos literários, embora o objetivo de recriação do mundo real fizesse parte das características de alguns movimentos literários desde o século XIX. A literatura documental, nesse quesito, aparece como o encontro de perspectivas

e mentalidades, em que a realidade inventada se insere como um dos caminhos para se retratar o Brasil. Por essa razão, os ensaios sociológicos produzidos por autores como Gilberto Freyre, Euclides da Cunha e Sérgio Buarque de Holanda, ainda que elaborados a partir de um certo rigor de pesquisa, se encontram repousados dentro das concepções de literatura documental. Nessas obras os elementos de oralidade e simplicidade de escrita se destacam como os aspectos que reforçam o estabelecimento de uma mentalidade com o desejo de se investigar o Brasil, de modo, inclusive, a desenvolver tramas e enredos.

A partir dessas observações, a palavra sertão surge como um termo que atravessa esses debates e que se torna central para esta Dissertação. Diante disso, as discussões realizadas no capítulo 2 direcionam-se para uma investigação sobre o conceito, principalmente após a instauração do governo republicano no Brasil, em 1889. A conjuntura social e política do período é abordada com a finalidade de refletir sobre os eventos contemporâneos às produções ensaísticas, que influenciaram a consolidação do sertão como uma palavra-chave para a ideia de identidade nacional.

Desse aspecto, o segundo capítulo ainda aprofunda uma análise teórica sobre o termo sertão, em que são evidenciadas percepções sobre a palavra dentro do pensamento social brasileiro e do âmbito da geografia. Dentre essas reflexões, algumas perspectivas são retomadas no capítulo 3. Em todo o caso, a distância entre o mundo sertanejo e o mundo litoral se coloca como um aspecto a ressaltar as diferenças regionais, mas também a apontar elementos simbólicos para a nação, como a eleição de um povo autêntico. As dificuldades de definição geográfica do termo não impedem sua introdução ao imaginário social, de modo oposto, o inserem num lugar de alteridades, contornado tanto pelos pensamentos republicanos quanto pelas discussões referentes à palavra em si.

Em vista disso, a localidade sertaneja, considerando as descrições realizadas ao longo da pesquisa sobre diferentes áreas do conhecimento, se mostra como o cenário escolhido para se compreender a formação social do Brasil. Assim, as investigações pertinentes ao capítulo 3 observam a consolidação de sertão como uma categoria que introduz um contexto desconhecido, porém, relevante para se interpretar o país. Debruçando-se sobre alguns aspectos da literatura regionalista, a análise sobre o mundo-sertão perpassa alguns traços presentes nas obras produzidas pela geração de 1930, da literatura, e por fim se depara com duas perspectivas concernentes ao campo da sociologia brasileira: “Os Sertões”, de Euclides da Cunha; “Raízes do Brasil” e “Caminhos e fronteiras”, de Sérgio Buarque de Holanda.

As reflexões realizadas com relação as percepções de Cunha e Holanda tiveram como objetivo identificar as visões pessoais de cada um desses pensadores referentes a formação

social brasileira, observando como ponto de partida o universo sertanejo. As diferenças encontradas entre essas perspectivas possibilitam sugerir a existência de um aspecto narrativo-literário nesses trabalhos, que presta a coesão e a harmonia necessárias para o andamento do texto. Nessas circunstâncias, o peso da autenticidade se imprime ao relacionar os interesses de uma classe intelectual em busca de uma concepção de si enquanto nação e o rigor de pesquisa apresentado por esses autores ao longo de seus escritos.

Sendo assim, olhar para o sertão envolve uma escolha que abrange o caráter contraditório do Brasil, e de suas interpretações. A controvérsia se exhibe como uma característica intrínseca que acompanha o termo desde sua concepção como uma localidade oposta ao litoral até mesmo ao ser descrito como um outro lugar dentro do país. Os contrastes do sertão não se resumem aos aspectos da terra e do clima. Eles se estendem aos seus habitantes, analisados como sujeitos distantes das regras e dos costumes da costa, o que possibilitaria a criação e o povoamento do interior de um povo distinto, autêntico.

A partir dessas questões, as investigações direcionadas as obras de Euclides da Cunha e Sérgio Buarque de Holanda percebem a ideia de um sujeito atravessado pelo processo de mestiçagem, simultâneo ao movimento de domínio da terra. O sertanejo, enquanto protagonista dessas narrativas, se enquadra no centro das perspectivas em que pode ser visto como quem subordina a terra ou que por ela é subordinado, considerando seu entrelaçamento racial.

Tendo em vista todos esses pontos, de um imaginário repousado no atraso e na miséria, ao vislumbre de um povo heroico, pode-se inferir que o sertão é para o Brasil a representação de um outro lugar, longe, porém necessário, para se compreender suas contradições e diferenças. Sendo assim, o termo também é imprescindível para demarcar o início de um traço genuíno à ideia de nação brasileira, pois abrange uma escolha de se olhar para o país em seu interior, em sentido de formação de seu povo. Nesse caminho, os ensaios sociológicos produzidos entre o final do século XIX e início do século XX assumiram um papel fundamental como acervos dessa jornada, de modo que esses enredos propiciaram uma visão coesa e “quase que” unificada acerca do percurso histórico brasileiro, contestadas apenas pelas controvérsias advindas das interpretações pessoais desses intelectuais. Aqui, sociologia e literatura encontraram-se amparadas pelo anseio de se identificar uma nação: o Brasil.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. Editora 34, 1994.

ANDRADE, Ana Carolina Negrão Berlini de. A representação do sertão no imaginário nacional. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 29, n. 58, p. 77-93, 2019.

AUERBACH, Erich. **Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.

BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social. **Sociologia e sociedade**, v. 25, p. 193-199, 1977.

CLARO, Vinicius. **Denotação e Conotação: a Teoria da Ressignificação aplicada aos tropos de linguagem**. Disponível em:

[https://www.17snhct.sbhc.org.br/resources/anais/11/snhct2020/1599653634\\_ARQUIVO\\_286f9dd913086a03364ce38e303ec12a.pdf](https://www.17snhct.sbhc.org.br/resources/anais/11/snhct2020/1599653634_ARQUIVO_286f9dd913086a03364ce38e303ec12a.pdf). Acesso em: 04 fev. 2023.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Companhia das Letras. São Paulo, 2019.

DURKHEIM, Emile. O que é fato social. **As regras do método sociológico**, v. 6, 1978.

ELÍAS, Norbert. O Processo Civilizador: uma história dos costumes. **Rio de Janeiro: Jorge Zahar**, v. 1, 1994.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Companhia das Letras, 2021.

GABRIEL, Kelton. O Determinismo Antropogeográfico Clássico e a Paisagem Etnográfica Rural. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 41, n. 2, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLANDA, S. B. de. **Caminhos e fronteiras**. 3a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LIMA, Luiz Costa. A análise sociológica da literatura. **A teoria da literatura em suas fontes**. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2002.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan; Iuperj, 1999

\_\_\_\_\_. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 5, p. 163-193, 1998.

MAAS, Wilma Patricia Marzari Dinardo. **O cânone mínimo: o Bildungsroman na história da literatura**. Unesp, 2000.

MACIEL, Maria Eunice de Souza. A eugenia no Brasil. **Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História**. Porto Alegre. N. 11 (jul. 1999), p. 121-143, 1999.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão. Um “outro” geográfico. **Terra Brasilis (Nova Série)**. *Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, n. 4-5, 2003.

\_\_\_\_\_. A dimensão territorial nas formações sociais latinoamericanas. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 7, p. 81-86, 1994.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Autêntica Editora, 2019.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. 1990.

OYÈWÚMI, Oyèrónké. “A visualização do corpo: teorias ocidentais e sujeitos africanos”. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo** São Paulo: Companhia das Letras, 2011

SANTINI, Juliana. Entre memória e a invenção: a tradição na narrativa brasileira contemporânea, 253. **Revista Cerrados**, v. 18, n. 27, 2009.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do conceito de representação. **rth**, v. 6, n. 2, p. 27-53, 2011.

SENA, Custódia Selma. A categoria sertão: um exercício de imaginação antropológica. **Sociedade e cultura**, v. 1, n. 1, 1998.

SEVÄNEN, Erkki. Literatura Moderna como forma de discurso e de conhecimento sobre a sociedade. **Sociologias**, v. 20, p. 48-85, 2018.

SHOHAT, Ella. Des-orientar Cleópatra: um tropo moderno da identidade. **cadernos pagu**, p. 11-54, 2004.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. A República e o Sertão. Imaginação literária e republicanismo no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 82, p. 133-147, 2008.

TAMANO, Luana Tiekko Omena. O movimento sanitarista no Brasil: a visão da doença como mal nacional e a saúde como redentora. **Khronos**, n. 4, p. 102-115, 2017.

VICENTINI, Albertina. O sertão e a literatura. **Sociedade e cultura**, v. 1, n. 1, 1998.

VINCI, Christian Fernando Ribeiro Guimarães. A cultura ensaística entre a fabulação e o ensaísmo acadêmico: uma leitura. **Educação e Pesquisa**, v. 48, p. e243164, 2022.

WEGNER, Robert. **A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Robert Wegner, 2000.